

ANDERSON BERTHOLI

**O LUGAR DA PECUÁRIA NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL
SUL-MATO-GROSSENSE**

Florianópolis, SC
2006

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Anderson Bertholi

O lugar da pecuária na Formação Sócio-espacial Sul-mato-grossense

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, setembro de 2006.

O lugar da pecuária na Formação Sócio-espacial Sul-mato-grossense.

Anderson Bertholi

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Orientador:_____

Prof. Dr. Carlos José Espíndola (Orientador-Coordenador GCN/UFSC)

Membro:_____

Profa. Dra Cleonice Alexandre Le Bourlegat (MDLocal/UCDB/MS)

Membro:_____

Prof. Dr. José Messias Bastos (Membro-GCN/UFSC)

Membro:_____

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva.(Membro-GCN/UFSC)

Florianópolis/SC, setembro de 2006.

A Noção de FES é indissociável do concreto, representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizaram uma sociedade numa época determinada.

Godelier

RESUMO

As construções a seguir correspondem a uma análise da evolução do modo de produção capitalista no estado de Mato Grosso do Sul. À luz da seqüência histórica que marcou a sua formação sócio-espacial, considerando as determinantes de caráter cíclico, emanadas do centro hegemônico, bem como as inversões das formações duais brasileiras como resposta a esses impulsos. Para isso elegemos a atividade pecuária, notadamente em destaque no contexto estadual, como fio condutor desta análise, de modo a buscar uma compreensão do desenvolvimento das forças produtivas numa evidência das relações sociedade e espaço, respaldados pela perspectiva metodológica que contempla os elementos da *estrutura, processo, função e forma* na síntese desse *continuum* que se processa ao ritmo da divisão territorial do trabalho.

Palavras-chave: Formação Social. Modo de Produção Capitalista. Divisão do trabalho. Mato Grosso do Sul. Pecuária.

ABSTRACT

To understand the evolution in the Way of Capitalist Production in the State of Mato Grosso do Sul, starting from the path of the livestock, as activity that answers to the multiple determinations in the context of the territorial division of the work, of the relationships with the dynamics of other social formations, starting from the century XVIII and that it still has direct relationship impelled by the territorial division of the work. To rescue the processes of no-Indian occupation, together, in the genesis of the economical and social formation of the State of Mato Grosso do Sul. To apprehend the specificities of the three macro-formations as reflexes different to the social and physical-natural determinations and as answers to the Iberian settlers' inversions. To evidence the organization of the groups of interest and the structuring of the first productive practices of commercial character, bringing to the light the influxes of the Brazilian dualities and of the cyclical determinations of the world economy, according to the intensification of the territorial division of the work and the consequent insert of the State of Mato Grosso do Sul in that context. To present a general and current picture of the productive forces.

Key words Socio-space formation, , Capitalism, Division of Work, State of Mato Grosso do Sul, breeding.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:Esquema de periodização (didática) – As múltiplas determinações (físicas) na fase de arrumação dos objetos geográficos.....	30
FIGURA 2: As <i>Entradas</i> para o MS – Até o século XIX.....	31
FIGURA 3: Territórios indígenas antes da apropriação ibérica.....	34
FIGURA 4: Características físicas do Pantanal e principais acessos até os fins do século XIX.....	37
FIGURA 5: A Entrada pelo <i>Planalto</i>	47
FIGURA 6: A Entrada pelo <i>Sul</i> e a área de arrendamento da <i>Matte Larangeira</i>	56
FIGURA 7: Síntese das relações Sociedade – Natureza na condução do processo de Formação Sócio-Espacial do Sul do Mato Grosso – até os fins do século XIX.....	65
FIGURA 8: Atividades da economia de monopólio que antecederam a chegada do Modo de Produção Capitalista no MT – Empreendimentos até o século XIX.....	89
FIGURA 9: Estágio geral das forças produtivas – Formação Sócio-Espacial do Mato Grosso do Sul.....	91
FIGURA 10: Interfaces em Mato Grosso – Relações sistêmicas na composição do espaço - Século XX.....	99
FIGURA 11: (Re) Organização do espaço Sul-mato-grossense à luz das áreas de influência com a chegada da RFFSA.....	110
FIGURA 12: Novos componentes da rearrumação dos objetos geográficos – Reservas minerais e latossolos.....	111
FIGURA 13: Chegada de novas culturas e ocupação dos solos férteis.....	118
FIGURA 14: Espaciologia Sul-mato-grossense – vários critérios.....	135
FIGURA 15: Espaciologia da <i>pecuarização</i> Sul-mato-grossense.....	136
FIGURA 16: Distribuição do rebanho por Microrregião Geográfica – MS, 2000.....	151
FIGURA 17: A cadeia produtiva da carne bovina – relações generalizadas.....	162
FIGURA 18: Agregação de valor pela cadeia produtiva da carne – MS, 1999.....	168
FIGURA 19: Funcionalidades nas etapas da bovinocultura.....	169

FIGURA 20: Caracterização dos <i>Clusters</i> da pecuária de corte: complexo produtivo.....	172
FIGURA 21: Principais características dos <i>Circuitos Pecuários Brasileiros</i>	181
FIGURA 22: Chegada recente da indústria de frigorificagem em MS.....	184
FIGURA 23: Espacialização da pecuária brasileira por critérios sanitários.....	189
FIGURA 24: Matriz Espaço/Tempo da FSE Sul-Mato-Grossense.....	201

LISTA DE FOTOS

Créditos à Magalhães (vários anos)

FOTOS 1 e 2: Elementos de destaque na paisagem Sul-mato-grossense.....	18
FOTO 3: Índios e exploradores – início do século XX.....	33
FOTO 4: Embarcações típicas dos monçoeiros – fins do século XIX.....	38
FOTOS 5 e 6: Aspectos gerais da <i>paisagem</i> pantaneira – atual.....	43
FOTO 7: Gado <i>vaccum</i> adaptado às condições do ambiente – fins do século XIX	44
FOTOS 8 e 9: Marcas da apropriação do Pantanal – 1930.....	45
FOTO 10: Marcas do povoamento do Planalto – década de 1920.....	50
FOTO 11: A presença do gado no Planalto – 1920.....	52
FOTOS 12 e 13: A chegada da RFFSA no Sul do MT – início do século XX.....	53
FOTOS 14 e 15: Marcas do “novo” em MT – primeira metade do século XX.....	53

FOTOS 16 e 17: Atuação da Cia Matte Larangeira, destaque para a quantidade de mão de obra empregada e para a estrutura produtiva – início do século XX.....	58
FOTO 18: Caracterização da hegemonia da Cia Matte Larangeira sobre a apropriação e organização dos espaços no extremo Sul do MT – início do século XX.....	59
FOTOS 19 e 20: Recrutamento de mão de obra pela Cia Matte Larangeira – início do século XX.....	61
FOTO 21: Marcas da <i>pecuarização</i> no extremo Sul – comitiva na Fazenda Esperança (Porto Murtinho) - ATUAL.....	63
FOTO 22: Marcas da <i>pecuarização</i> no extremo Sul – aprimoramento das raças, anos de 1920.....	63
FOTOS 23 e 24: O charque, o quebracho e o transporte fluvial pelo Rio Paraguai – constatações sobre as práticas produtivas do Sul do MT – fins do século XIX e início do XX.....	67
FOTO 25: Grupo de separatistas representantes da nova classe em ascensão – início do século XX.....	70
FOTOS 26 e 27: Tradição <i>versus</i> modernidade, contrastes entre as forças produtivas da pecuária Sul-mato-grossense.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 : Arrecadação de ICMS – MS, 1998.....	143
GRÁFICO 2: Taxa de abate <i>ranking</i> dos estados brasileiros.....	143
GRÁFICO 3: Relação entre os principais dados que caracterizam o crescimento econômico – regiões brasileiras, 2003.....	146
GRÁFICO 4: Relação entre os principais dados que caracterizam o crescimento econômico – dez maiores receitas entre as U.F., 2003.....	146

GRÁFICO 5: PIB por U.F. – panorama comparativo (por milhões/R\$).....	147
GRÁFICO 6: Incidência de impostos sobre a produção de carne bovina – Circuito pecuário Centro-Oeste, 2000.....	147
GRÁFICO 7: Distribuição e evolução do rebanho – por Microrregião geográfica – MS, 1995 a 2000 (por mil cabeças).....	150
GRÁFICO 8: Comparativo entre taxas de abate - 2003.....	151
GRÁFICO 9: Especialização produtiva na fase de produção de bovinos – MS, 2000.....	153
GRÁFICO 10: Agregação de valor na cadeia produtiva da carne MS, 1999.....	167
GRÁFICO 11: Evolução da saída de bovinos de MS para SP – 1996 a 1998.....	182
GRÁFICO 12: Capacidade instalada e percentual de utilização do setor frigorífico – MS, 2001.....	192

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Evolução da população de Mato Grosso do Sul sob o reflexo da intensificação da Divisão Nacional do Trabalho.....	117
TABELA 2: Evolução do rebanho mundial de bovinos (milhões/cabeças) – 1991 a 2000.....	139
TABELA 3: Evolução do abate mundial de bovinos (milhões/cabeças) – 1991 a 2000.....	139
TABELA 4: Evolução das principais taxas de abate mundial de gado bovino (%) – 1991 a 2000.....	139
TABELA 5: Balanço da pecuária bovina de corte – Brasil, dez últimos anos.....	140
TABELA 6: Evolução do rebanho bovino brasileiro (cabeças) – 1991 a 1999.....	141
TABELA 7: <i>Ranking</i> de abate bovino (milhões/cabeças) – Brasil, 1991 a 2000....	142
TABELA 8: Municípios com os maiores efetivos bovinos – MS, 2000.....	144
TABELA 9: Indicadores básicos da pecuária de corte – MS, 1999.....	144
TABELA 10: Melhores IDH – <i>Ranking</i> mundial, 2003.....	148
TABELA 11: IDH - comparativo entre as unidades da federação, 2003.....	148

TABELA 12: Piores IDH – <i>Ranking</i> estadual – MS, 2003.....	149
TABELA 13: Setor frigorífico em MS – 1999.....	154
TABELA 14: Relação entre a formação dos Circuitos Pecuários, a área ocupada e o tamanho do rebanho – BRASIL, 1998.....	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANUALPEC – ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PECUÁRIA DE CORTE.
- ABIEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA EXPORTADORAS DE CARNE.
- ABAG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE *AGRIBUSINESS*.
- CNPC – CONSELHO NACIONAL DA PECUÁRIA DE CORTE.
- CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA.
- C & T – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
- CEUC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – *CAMPUS* DE CORUMBÁ
- DEA/MS – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.
- EMBRAPA/GC – EMBRAPA GADO DE CORTE.
- FIEMS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
- FSE – FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.
- GEA – GRUPO DE ESTUDOS DE AGRONEGÓCIO, DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.
- IAGRO/MS – DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO
GROSSO DO SUL.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS.
- ICMS – IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS.
- MAA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.
- MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
- OIE – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE *EPIZOOTIES*.
- OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.
- P & D – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.
- PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO.
- RFFSA – REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA.
- SEF/MS – SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO DO SUL.
- UCDB – UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: A APROPRIAÇÃO E O USO DO ESPAÇO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO SUL DE MATO GROSSO.....	24
1.1 As entradas ao território.....	29
1.1.1 Entrada <i>Pantanal</i>	32
1.1.2 Entrada <i>Planalto</i>	46
1.1.3 Entrada <i>Sul</i>	54
1.2 A formação dos novos grupos de interesse e a organização das atividades produtivas.....	64
1.2.1 As vias de acumulação como peculiaridade da formação social do Sul do Mato Grosso.....	71
1.2.2 Capital comercial e capitalismo no âmbito da organização das forças produtivas.....	84
CAPITULO 2: NOVAS CONFIGURAÇÕES COMO REFLEXOS DAS ARTICULAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS E O PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO.....	92
2.1 A chegada da RFFSA e o redirecionamento dos fluxos.....	100
2.2 Novos componentes espaciais à luz da <i>terceira dualidade brasileira</i>	105
2.3 Conjuntura política e divisão do estado	119
CAPÍTULO 3: A PECUÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM MATO GROSSO DO SUL, HOJE.....	136
3.1 Números como evidência.....	138
3.2 Análise vertical & Mercados, um ensaio sobre a espacialização da cadeia produtiva.....	155
3.3 Conjuntura.....	173
3.4 Inovações.....	187

CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	202
ANEXOS	213
1. <i>Recorte Espacial da pesquisa O MatoGrosso do Sul</i>	
2. <i>Os Ciclos Longos de Kondrattief.</i>	
2. <i>Leis da dualidade básica da economia brasileira (Inácio Rangel)</i>	
3. <i>Síntese dos Planos de Desenvolvimento no Brasil – décadas de 60 a 80.</i>	
4. <i>Relação dos Empreendimentos no Mato Grosso - 1891 a 1929</i>	
5. <i>Números atualizados sobre o PIB e a pecuária Sul-mato-grossense.</i>	
6. <i>Custos de produção em propriedade de nível tecnológico médio – fase de cria -MS, 2000.</i>	
7. <i>Variação nos índices de preços do boi gordo – Brasil, 1990 a 1998.</i>	

INTRODUÇÃO

Somente a história da sociedade mundial aliada à história da sociedade local pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. (Milton Santos)

Partindo da perspectiva da formação sócio-espacial, buscar-se-á uma compreensão do caráter heterogêneo desigualmente desenvolvido ao longo da estruturação econômica e social pelo espaço do antigo estado do Mato Grosso, sob as influências das múltiplas determinações - das leis históricas e naturais (MAMIGONIAN, 1996) - para poder encontrar o caráter universal que conduziu à arrumação dos diferentes objetos geográficos, e instituiu a cada tempo, a identidade Sul-mato-grossense.

Estrutura essa, complexa e peculiar, intimamente associada à evolução dos modos de produção, refletindo as nuances na organização das suas forças produtivas.

Com efeito, incluir a pecuária, delegando a ela o *status* de atividade essencial, dada sua íntima relação com dinâmica da divisão territorial do trabalho.

Fundamentalmente apoiados por uma análise que se pretende *conjuntiva*¹, das relações desiguais e combinadas inerentes ao modo de produção capitalista, especificamente àquelas construídas sobre o referido recorte espacial – o Sul do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

Há de se reconhecer que muitos são os trabalhos dedicados a resgatar os fatos históricos que conduziram essa formação, com destaque às intocáveis

¹ MONTEIRO, C. A. F. In: Três palestras (simples) introdutórias à (complexa) abordagem da epistemologia da Geografia. UFSC/CFH – PPGeo, Florianópolis, junho/2004, demonstra que, mais importante que a análise linear da ciência geográfica, as dicotomias e a pluralidade de atributos são comuns às diferentes formas de conhecimento, inclusive a geografia.

construções de Visconde de Taunay, *Retirada de Laguna* (1871), *Inocência* (1872); Rosário Congro, *O Município de Campo Grande - Estado de Mato Grosso* (1919); Athamaril Saldanha, *História e Estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul* (1932); José de Melo e Silva, *Fronteiras Guaranis* (1939) e *Canaã do Oeste* (1947); V. Corrêa Filho, *A propósito do boi pantaneiro* (1926), e outras, de reconhecida importância, como a de Eurípedes Barsanulfo Pereira, *História da Fundação de Campo Grande* (2001), uma especial referência à Cleonice de Lê Bourlegat, *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais* (2000) e Sérgio Oliveira Martins, *Mundo da fumaça: a vida e o trabalho dos carvoeiros em Ribas do Rio Pardo - MS* (2000). Sem esquecer de autores reconhecidamente marcantes como Nelson Werneck Sodré (1941), Orlando Valverde (1986) e Armem Mamigonian (1986)², independente da posição político-ideológica envolta em cada construção, mas considerando o caráter abrangente do conjunto destes relatos, como uma gama de informações essenciais àqueles que pretendem saber mais sobre as peculiaridades desta parte do Brasil.

Considerados os tempos e a importância de cada obra, a corrente pesquisa busca então reunir o maior número de eventos na modelação de uma “teia” de relações que definiram e definem a configuração social, política, econômica e cultural, espacialmente distribuída e efetivamente considerada para instituição do dinamismo ao qual o tratado estado dispõe nos nossos dias.

Define-se assim, como objetivo norteador dessa pesquisa, entender a evolução do modo de produção capitalista em Mato Grosso do Sul, analisando o comportamento de uma atividade produtiva específica – a pecuária.

² Destacam-se ainda os trabalhos de Roquete Pinto, F. Paulo de Oliveira, Aroldo de Azevedo, Vacury Ribeiro Assis Bastos, Fernando F. Almeida, Miguel Alves de Lima, Marília Veloso Galvão, Valmir Batista Corrêa, Lucia Salsa Corrêa, Vera Lúcia dos Santos Abrão, José Barbosa de Sá, Luiz de Allincourt, Augusto do Leverger, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Barbosa Rodrigues, Julio César Diogo, F. C. Hoene, J. G. Kuhlman, Miranda Ribeiro, Alcyr Lenharo, J. Carlos Ayala, Feliciano Simon, Gilberto Luiz Alves.

Para alcançar tal objetivo, fez-se necessário um resgate da formação social em escala regional, desde a gênese do processo de ocupação não-índia, passando pela introdução das práticas de produção capitalistas, sua acomodação e a delimitação dos grupos de interesse, incorporando novas determinantes à (re) arrumação do referido espaço.

Diante do exposto, seguem-se as construções teóricas formuladas a partir das categorias de Modos de Produção e Formação Social, na busca por considerar a importância destas referências para se atingir a maior gama de informações que assim permitam abarcar - o mais próximo o possível - a totalidade dos processos. Intentando reconhecer as especificidades e entender a dinâmica do todo, a qual estão inseridas.

Situa-se alguns momentos históricos marcantes, associados aos influxos da economia mundial (Kondrattief) e às *dualidades brasileiras* (Inácio Rangel), como forma de atribuir as dimensões econômica e política ao *continuum* da tratada organização do espaço³.

Logo,

[...] quando a economia mundial entra em fase de expansiva, o Brasil (e o Mato Grosso do Sul) reage aprofundando seus laços na divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma [...] adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser, e o tem sido, uma forma de crescimento [...]. (RANGEL, 1985 *apud* ESPÍNDOLA, 2002: 10)

³ É com essa perspectiva de análise que Rangel apresenta suas concepções acerca das formações sociais brasileiras e possibilita um entendimento pormenorizado da nossa condução político-econômica. Entre suas obras podemos citar, *"Dualidade básica da economia brasileira"* (1957), *"Questão agrária e agricultura"* (1979), *"Recursos ociosos e política econômica"* (1980), *"Ciclo, tecnológica e crescimento"* (1982), *"Economia: milagre e anti-milagre"* (1985), *"Inflação brasileira"* (1986), *"Economia brasileira contemporânea"* (1986) e *"Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro"* (1990).

Complementados com o contexto da dualidade brasileira, proposta por RANGEL, e que,

[...] reside no fato de que, nas fases depressivas da economia mundial, são abertos dois modos de produção dominantes na economia nacional. Essas dualidades possibilitam a compreensão da superposição (em permanente conflito) das relações sociais de produção internas e externas, coexistindo, simultaneamente, em uma mesma formação social, oferecendo-nos subsídios para a interpretação da composição das classes sociais dirigentes do Estado e as suas diretrizes no direcionamento dos regimes políticos e das medidas político-institucionais adotadas." (*op cit* p.11)

É importante ressaltar que não se trata de um trabalho de técnico sobre a pecuária, mas sim de uma análise do conjunto das manifestações que marcaram e marcam a formação sócio-espacial desta parte do Brasil, que tem na atividade pecuária de corte sua prática de excelência.

Olhar o processo de expansão da pecuária é, sobretudo, permitir a visualização das contribuições deste segmento à dinâmica de organização do espaço em algumas formações-chave, caracterizadas pelas *Entradas* à porção Sul do antigo estado e pelo incremento ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Portanto, é constatar que o estado Sul-mato-grossenses têm na fisionomia de suas paisagens a presença marcante do processo de *pecuarização*, intimamente associado ao cotidiano de seus habitantes. O que vale dizer, denota a prevalência desta atividade, ainda hoje (e mais acentuadamente), como hegemônica no âmbito das suas relações econômicas e sociais.

O modo de vida quase sempre remete à *bovinocultura*, seja pela vestimenta, o vocabulário, as festividades, a comida, etc.



A presença do nelore ao longo das vastas pastagens do estado, demonstra o quanto a atividade pecuária é destaque na configuração da paisagem



FOTOS 1 e 2: Elementos de destaque na paisagem Sul-mato-grossense.

O fazendeiro pecuarista têm, nos meios sociais o reconhecimento como classe de destaque, serve como inspiração à ascensão social.

Diante disso, reuniu-se algumas fotografias e relatos que ilustram a redação e permitem, pelo esforço da síntese, relacionar os processos e as formas, o tempo e o espaço, no contexto da tratada formação sócio-espacial.

Ressalta-se o aporte teórico da obra de Maria Graciana Vieira (1986), “*Formação social e geografia: reflexões sobre um debate interrompido*”, que nos

disponibilizou uma conceitualização imprescindível ao conhecimento geográfico, sobretudo ao que se pretende *marxista*.

Também considerar nesse processo aquilo que Mamigonian (1996) define como determinações, ou seja, as interferências sofridas pelo setor, sejam elas de ordem política, econômica e mesmo naturais, bem como seus períodos de expansão e contração e as respectivas alternativas encontradas para a adaptação aos períodos cíclicos, colaborando para que gradativamente ocorresse a especialização da produção pelo espaço estadual.

Entender as motivações que conduziram e conduzem a dinâmica de expansão da tratada cadeia produtiva, as transferências de capital para outros setores (agroindústrias, suplementos, curtumes e outras), bem como as suas estratégias de localização tendo como conseqüência os reflexos na reconstrução dos respectivos espaços locais.

Outra referência, serão os pactos constituídos ao longo do processo de pecuarização, às ações do setor público no planejamento econômico-produtivo que constituem mecanismos de controle da atividade.

Nessa seqüência, serão caracterizados ainda os investimentos em P&D e a evolução técnica das práticas de produção e manejo, que colocam Mato Grosso do Sul sob os olhos do mundo, refletindo as perspectivas mais promissoras no setor.

Ainda no que diz respeito às determinações teórico-conceituais e metodológicas, considerado o contexto ao qual está inserida a pecuária, tratada aqui como atividade produtiva essencial, dar-se-á prioridade aos recortes: econômico, político e social, considerando-os como evidências espaço-temporais – portanto geográfico-históricas - na análise e construção da seguida pesquisa.

Para isso a pesquisa corresponderá, em síntese, a alguns critérios estabelecidos com relação à base teórica de sustentação, utilizando-se de conceitos como: análise espacial a partir da compartimentação em *estrutura*, *processo*, *função* e *forma*, desenvolvimento econômico, formação sócio-espacial, ciclos econômicos e dualidades, acumulação capitalista, relações de produção não-capitalistas, pequena propriedade mercantil, vias de acumulação capitalista, capacidade ociosa e outras..., apoiadas nas construções de autores como Marx, Lênin, Milton Santos, Inácio Rangel, Armen Mamigonian, entre outros.

Pretende-se com isso, evitar os conflitos decorrentes da miscelânea teórica que envolve tais vertentes e que certamente conduziriam o trabalho a condição de dispensável.

É com esse amparo teórico que levanta-se a hipótese acerca da caracterização da pecuária e seus reflexos para o Mato Grosso do Sul. Ou seja, de uma atividade peculiar que teve sua origem marcada pelas diferentes frentes de povoamento, desde o século XVII, passando por diferentes processos de organização que permitiram com que gradativamente ela adquirisse um *status* de relevância na formação sócio-espacial do estado, não constituindo apenas um reflexo d'outras formações (mineira, paulista ou gaúcha). Mas fundamentalmente, como parte que é do Conjunto do Brasil Central Pecuário (MAMIGONIAN, 1976), dispõe de uma especificidade umbilicalmente associada a outras determinações históricas, sociais e naturais, particularmente Sul-mato-gossenses.

Assumi-se aqui, o risco de caracterizar esta formação como sendo uma *Formação Social de Transição entre as vias de acumulação*, o que de geral denota, como será destacado, o caráter peculiar ao qual estamos nos referindo.

Tal intenção, porém não significa fazer delimitações reducionistas, mas principalmente, considerar (e deixar clara) uma ou algumas referências como mecanismos norteadores.

Além dos referenciais citados, a presente pesquisa contou com exaustivo trabalho de campo. Partiu-se para um levantamento de informações que desse suporte empírico à gama de dados, relatos e conceitos acerca da formação social Sul-mato-grossense.

Foram realizadas entrevistas com alguns expoentes de cada grupo social relevante, a saber, os pecuaristas, os empresários da agroindústria e os representantes do poder público estadual. Seguindo o trajeto que incluiu visitas sequenciais aos municípios de Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Miranda, Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho, Caarapó, Bela Vista, Antonio João, Ponta Porã, Distrito de Campanário, Dourados, Nova Alvorada, Bataguassu, Três Lagoas, Paranaíba, Chapadão do Sul, Camapuã e retorno para Campo Grande⁴.

Em grande parte delas, excetuando-se àquelas onde predomina a expansão das culturas de soja, milho e cana, pode-se observar a importância da atividade pecuária no modo de vida dos grupos locais, o que pode ser confirmado através dos depoimentos.

Evidenciou-se, as peculiaridades de cada macro-formação, identificando as especificidades sociais e naturais de cada conjunto, correlacionando-as a uma prática econômica comum, mas que, sobretudo, respondem de maneira diferenciada aos estímulos da divisão do trabalho.

Por conseqüência, estruturou-se um mosaico desigual e combinado, com áreas mais homogêneas, com influência da formação brasileira de caráter *prussiano*, e outra, mais heterogênea, com pistas da influência da formação gaúcha de caráter democrático, cujos processos históricos marcaram-nas como peculiaridades da formação regional.

⁴ Nos meses de julho, agosto e setembro de 2005, efetuamos uma “expedição” pelas três *Entradas*, com vistas a catalogar documentos e levantar informações acerca da atividade produtiva pecuária em geral e, do modo de vida da gente Sul-mato-grossense em particular.

Assim, pela ordem o primeiro capítulo traz o processo histórico de povoamento da parte Sul do antigo estado de Mato Grosso, divididos em três *entradas*: a *Pantanal*, de característica Pioneira-Fluvial; a *Planalto*, resultante da expansão paulista-mineira e a *Sul*, conseqüência direta da expansão platina/gaúcha. Inclui-se nessa análise os processos que marcaram a organização espacial da produção e constituíram uma complexa “teia” de relações sociais pioneiras, fundamentadas pelas condicionantes que influenciaram na escolha pela *criação do gado* no referido espaço, no intitulado capítulo: A APROPRIAÇÃO E O USO DO ESPAÇO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO SUL DE MATO GROSSO.

No segundo capítulo, a problemática das relações sociais de produção será encaminhada sob a perspectiva da consolidação dos grupos de interesse e da chegada dos novos objetos geográficos que pontualmente determinaram a modernização do espaço regional, em especial a Rede Ferroviária que efetivou a economia pastoril como hegemônica e, cada vez mais sob o invólucro dos objetivos capitalistas, em: NOVAS CONFIGURAÇÕES COMO REFLEXOS DAS ARTICULAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS E O PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO.

Dadas as condições de especialização regional da produção do Sul de Mato Grosso com a consolidação da pecuária como atividade central e a conseqüente delimitação da posição do estado na divisão nacional do trabalho, fruto dessas interferências, é que, com mais vigor a partir do último quartel do século XX, empreende-se um novo ritmo às transformações do setor, principalmente por ocasião da intensificação do comércio internacional. Análise detalhada no capítulo 3: A PECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL, HOJE.

As conexões entre as partes desta dinâmica, à luz da evolução das relações do ser humano com o meio e destas, o reflexo na estruturação da produção, serão o objeto das considerações finais, sempre com a ênfase das construções teóricas formuladas sob o invólucro da Formação Sócio Espacial.

CAPÍTULO 1: A APROPRIAÇÃO E O USO DO ESPAÇO NO CURSO DA FORMAÇÃO SOCIAL DO SUL DE MATO GROSSO

Diante do exposto, buscar-se-á neste capítulo, resgatar as diferentes frentes de povoamento que, de pioneiras a contemporâneas, permitiram a ocupação não índia dos extensos espaços vazios⁵, consideradas as vias abertas naturalmente (Rio Paraguai, Rio Taquari e Rio Pardo), estrategicamente (militares) e politicamente (concessões de terras) como *veias* que fizeram da parte Sul de Mato Grosso um novo lugar de morada para os grupos que se apropriaram do espaço *tupi-guarani*, fazendo deste, algo mais além do que simplesmente um lugar de passagem às outras partes e províncias.

Tendo que, os núcleos de povoamento no Sul do Mato Grosso distinguem-se da maioria dos povoamentos notados no Brasil por seu caráter fronteiriço, em grande parte incentivados ou dirigidos por iniciativa do Estado⁶.

No que concerne às motivações pelos povoamentos espontâneos, nota-se que alguns surgiram às margens dos rios, ao longo do trajeto das *monções*, como Camapuã e Coxim, outros que, como Corumbá, Aquidauana e Aparecida do Taboado demonstraram potencial comercial, fruto de suas localizações geográficas, diferentemente de Amambaí e Bela Vista que, marcadamente assumiram um caráter de Entrepósito de Gado, assim como aqueles que estavam

⁵ Denominação disseminada pelos "voluntários da Pátria", durante a Guerra do Paraguai para relatar a existência de terras passíveis de ocupação pelos mineiros do século XIX. (CONGRO, 1919)

⁶ Segundo Martins (2000), o povoamento de Mato Grosso do Sul foi marcado por dois tipos de motivações: àquelas relativas aos núcleos de povoamento "Dirigidos" e àquelas relativas aos núcleos de povoamento "Espontâneo". (ver mais sobre o assunto em: O fenômeno da urbanização em Mato Grosso do Sul. UCDB. Campo Grande, 2000)

no território da Matte Larangeira serviram de Entreposto de Erva, como Ponta Porã e Caarapó e por fim, em destaque, Campo Grande, que estrategicamente localizada entre as áreas de Vacaria e as principais rotas de comercialização, ligava os mercados dos grandes centros brasileiros ao platino e às áreas mais remotas do norte (via porto de Corumbá), tornando-se por isso o centro mais dinâmico do estado, já no início do século XX⁷.

Nota-se aí a importância das condições naturais para o processo de ocupação, uma vez que, tanto as vias fluviais que permitiram (e permitem) a comunicação do Pantanal com os países platinos e com a parte mais ao Norte do Brasil (direção à Cuiabá), quanto a permissividade do terreno plano e da vegetação esparsa do cerrado que motivaram a vinda de grande leva de cuiabanos no século XIX, mineiros, paulistas e gaúchos que se voltaram à criação do gado, bem como à exploração de erva-mate ao longo dos séculos XIX e XX., além é claro da disponibilidade de terras para exploração, encampando juntas as motivações pela busca da ocupação efetiva do espaço Sul-mato-grossense.

A ocupação se dava pela posse, o que era corrente no Brasil, visto que o não existia uma legislação que regulamentasse a ocupação das terras públicas, o que só viria a ocorrer 1850 com a Lei de Terras.

Sobre a referida Lei, é consenso de que ela fora mais um instrumento para garantir a permanência de significativo contingente de mão-de-obra na grande lavoura, do que de democratização do acesso a terra à população pobre. A Lei de

⁷ LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais. (tese) UNES/PP. Presidente Prudente, SP, 2000.

Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho.

Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura.

De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso (MARTINS, 1981, p. 59).

A nova lei passou a regulamentar e colocar fim ao sistema de posse que vigorava desde 1820, já que, nesse regime, a terra estava livre, bastando que a pessoa se instalasse numa área, cultivasse-a durante um certo tempo para solicitar o documento. Com a lei, em seu Art. I, ocorre a proibição da aquisição de terras por outro meio que não a compra. Eram fixados preços mínimos, muito superiores aos praticados no país. Dava-se um prazo de quatro anos para que aqueles que tivessem começado a cultivar o solo requisitassem legalização, mediante prova (FABRINI, 1995, p. 27).

Nota-se que, não por acaso a Lei de Terras de 1852 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos. (VIOTI *apud* ALBANEZ, 2003 p. 26)

A legislação então em vigor só iria atingir a província de Mato Grosso com a criação da “Repartição Especial das Terras Públicas”, em 1858, possibilitando a

posse por mais tempo àqueles que conseguissem enfrentar os obstáculos naturais e os índios, refletindo a *latifundiarização* característica.

Considerando especificamente a motivação dos grupos sociais que abarcaram em território Sul-mato-grossense, conduzidos ou não pelas políticas de Estado e, evidentemente influenciados pelas peculiaridades físicas do espaço em questão, apresentamos neste capítulo, uma releitura do conjunto deste processo, formulada com o propósito de considerar a universalidade destas novas formações a partir das iniciativas e das conjunturas que atrelaram gradativamente aqueles lugares às outras dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Seguida a apropriação, fluem as tramas que marcam, *a posteriori*, as relações sociais de produção, cronologicamente associadas aos impulsos do modo de produção dominante e que encontraram em solo mato-grossense uma reação ímpar, uma vez notada a coexistência de vias diferenciadas as quais o capitalismo foi se desenvolvendo e trabalhando a formação sócio-espacial em curso.

Ademais, a gênese das atividades produtivas em Mato Grosso está atrelada, assim como a apropriação, à necessidade de firmar as conquistas territoriais de Portugal e Espanha (século XVI e XVII), além da exploração do ouro (século XVIII) e dos influxos internacionais após a Revolução Industrial na Inglaterra (século XVIII e XIX). Já, as práticas agrícolas pioneiras voltavam-se para a sobrevivência, uma vez que o ouro⁸ constituía o principal produto daquelas áreas até a primeira metade do século XIX.

⁸ Com o esgotamento das reservas no sudeste (Minas Gerais) os exploradores buscam em Mato Grosso novas fontes, dando sobrevida ao ciclo iniciado no século XVII.

Os comerciantes se tornaram um grupo favorecido pela economia aurífera, estando à frente das relações e trocas, entre a gente das minas e d'outros lugares, concentrando-se nas adjacências de Cuiabá⁹.

Destaca-se, em tempos de auge da mineração, que, (...) terra não é condição imprescindível ao enriquecimento individual e social - mais vale uma licença para minerar (ou explorar ervais) do que um título de propriedade". (SODRÉ,1987:34)

Em síntese, busca-se neste primeiro capítulo resgatar o processo de fixação não-índia, trazendo detalhes pormenorizados deste processo, bem como vislumbrar a compreensão das diferentes relações que ditaram o ritmo das transformações espaciais o que, efetivamente influenciou a construção de uma identidade para o atual estado, dando bases para um desenvolvimento peculiar das suas forças produtivas, notadamente Sul-mato-grossenses.

Na esteira dos acontecimentos internacionais, cada vez mais intensos e presentes na configuração dos espaços locais/regionais, na eminência da evolução do sistema capitalista pelos países colonizadores e destes, os colonizados¹⁰.

Cabe destacar como recorte temporal deste capítulo, o período anterior ao *Primeiro Ciclo Longo*, onde se deu o auge da economia aurífera de Cuiabá, até aquele que culminou na crise da economia ervateira no extremo Sul de Mato

⁹ Mais sobre o Capitalismo em Mato Grosso consultar: SAKAMOTO, 1989.

¹⁰ Nota-se que no caso do Brasil, por ocasião da colonização portuguesa, ocorrera a transferência do modelo dual português, que combinava o feudalismo com o capitalismo no âmbito de sua formação econômica e social. Mais sobre as *dualidades brasileiras*, consultar: RANGEL, I. M.A *história da Dualidade Brasileira* Revista de Economia Política, (4) 1. Brasiliense. São Paulo, 1981.

Grosso, já na eminência da fase expansiva do *Terceiro Kondratieff*, por volta de 1916. (Figura 1)

Essa escolha tem relação com a intensificação do processo de apropriação ibérica das áreas centrais da América do Sul, passando pela sua conseqüente inserção na dinâmica da divisão territorial do trabalho e culminando com a chegada do modo de produção capitalista na formação social e econômica do antigo Mato Grosso.

1.1 AS ENTRADAS AO TERRITÓRIO.

Constituem basicamente, como dito, em destaque, três portas de entrada ao espaço que hoje conhecemos por Mato Grosso do Sul (Figura 2), a saber: O *Pantanal*, o *Planalto* e o *Sul*. Historicamente utilizadas, sob diferentes pretensões, mas que, sobretudo nos permite compreender a inserção deste lugar à dinâmica das relações nacionais, gradativamente estabelecidas e, a partir destas, à inserção às demais dinâmicas que compõem a estrutura do todo, ao nível de escalas mais ampliadas. Nota-se a opção pelo uso de expressões usuais da Geografia na apresentação das "entradas" - *Pantanal* (Bioma), *Planalto* (Compartimentação de Relevo) e *Sul* (Ponto Cardeal)¹¹.

¹¹ O que certamente poderá causar calafrios aos que pensam a ciência de forma compartimentada, de certo a intenção é mesmo demonstrar a importância de fatores aparentemente distintos mas que, pensados em conjunto adquirem a potencialidade explicativa da síntese das inter-relações homem-meio, na composição de cada lugar, numa alusão aos ensinamentos de Monteiro (2004), reconhecendo a importância da sua obra como fundamento à perspectiva *holística* no entendimento das questões ligadas à dinâmica espacial, em todas as suas possíveis-apreensíveis nuances. Palestra ministrada em junho de 2004 aos alunos do Programa de Pós-graduação em Geografia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

FIGURA 1: Esquema de periodização (didática) – As múltiplas determinações (físicas) na fase de arrumação dos objetos geográficos

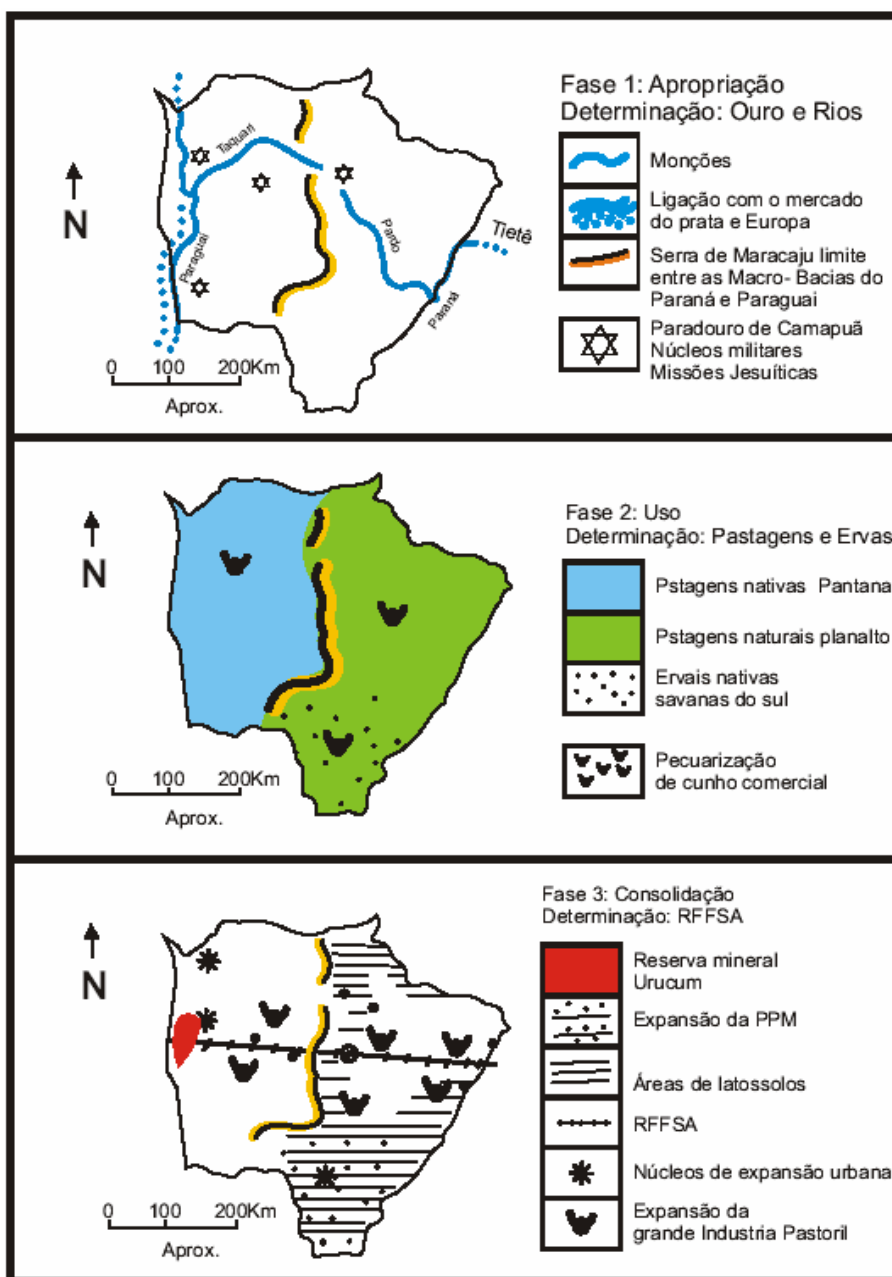
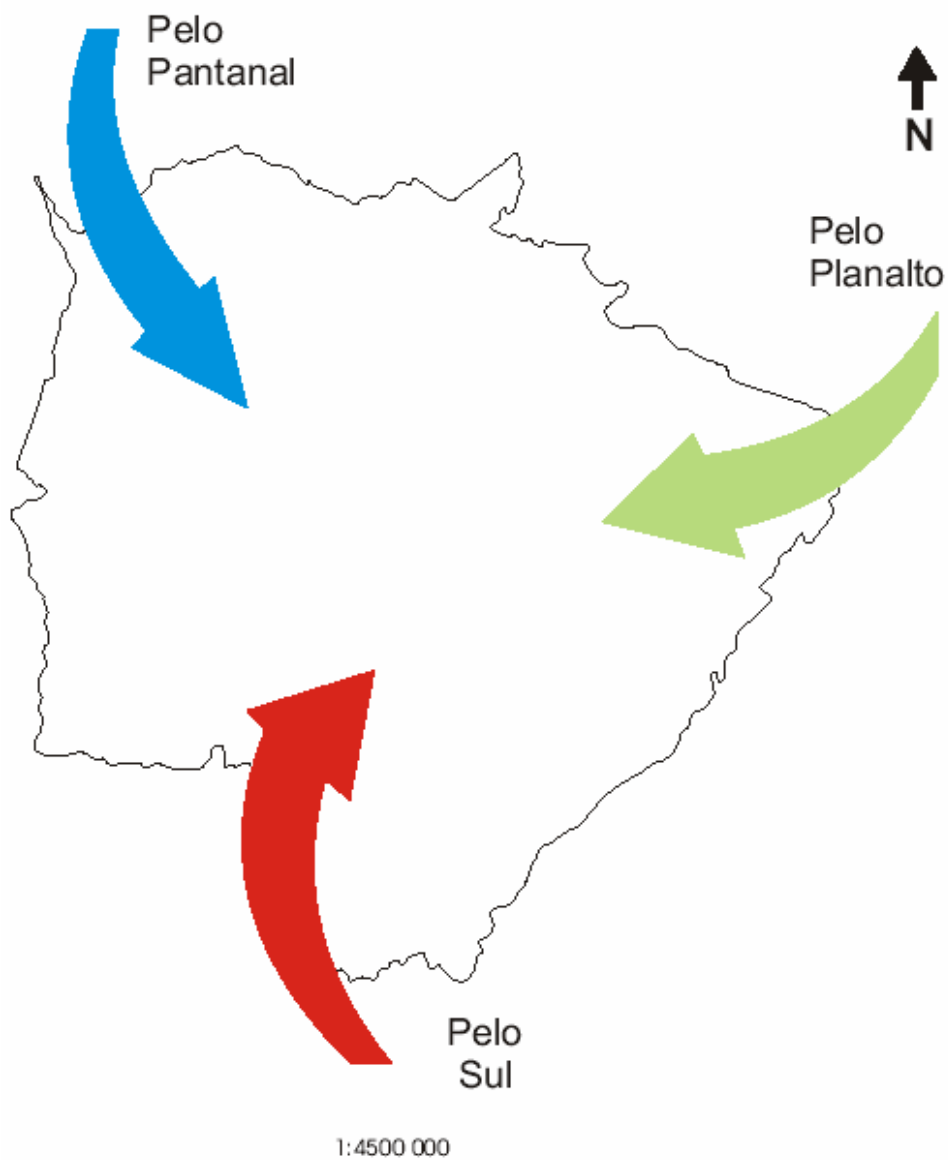


FIGURA 2: – As Entradas para o Mato Grosso do Sul – Até o século XIX.

As entradas para o MS - até o Séc. XIX



Fonte: Do autor.

1.1.1 A Entrada *Pantanal*.

Ao chegar o homem branco, o Pantanal estava povoado por várias tribos indígenas¹², prevalecendo entre as mais numerosas as pertencentes ao grupo lingüístico Guarani. Estando geograficamente dispersos por todo o Sul do antigo estado de Mato Grosso (Figura 3), constituindo um numeroso grupo de indivíduos exímios conhecedores da natureza mato-grossense, o que posteriormente constituiria, num momento obstáculo, outro num impulso ao avanço dos colonizadores e povoadores.

Esses índios, tinham uma economia natural que caracterizava um modo de produção primitivo com incipiente divisão social de trabalho e ausência de propriedade privada da terra sendo seus imprecisos limites uma das principais causas das freqüentes lutas tribais.

Os índios *Guaicurus* (exímios cavaleiros) passaram a domar o gado bravo, solto pelas pastagens naturais do Paraguai e sul de Mato Grosso, tornando-se os primeiros fazendeiros daquelas áreas, nos séculos XVI e XVII, após o contato com os espanhóis.

¹² *Itatins*: baixo Rio Apa e terras a oeste (fortemente ligados a região dos Andes de onde passaram a trazer ouro e prata para trocar com os espanhóis de Assunción), *Guaicurus*: campos de Maracaju (exímios cavaleiros e guerreiros), *Guachis*: no Pantanal do Nabileque, *Nuares*: Vale do Mbotetueu (atual rio Miranda), *Paiaguás*: baía Negra (exímios guerreiros-navegadores, corriam todo o pantanal), *Guatós*: Lagoa Gaíba (também grandes guerreiros-navegadores), *Xanaés*: área do atual distrito de Paiaguás, *Xaraiés*: mais ao norte, entorno da Lagoa de Uberaba, *Bororos*: fora do Pantanal mas fazendo incursões na parte oriental dessa região, entre os vales do Cuiabá, São Lourenço, Itiquira e chegando até o médio Taquari, com núcleo onde atualmente se encontram os municípios de Rondonópolis e Poxoréu (pertencentes a um grupo linguístico independente, extremamente hostis que somente no século XX foram considerados "pacificados"), *Coxiponês*: nas proximidades de Cuiabá, *Caiapós*: no Planalto onde corre o divisor de águas Paraná-Paraguai (pertencentes ao grupo *Ge* ou *Tapuia*, suas frequentes emboscadas eram uma ameaça no paradoro de Camapuã, passagem entre as Bacias do Pardo e Taquari). (SILVA *apud* CAMPESTRINI, 2003)



Na foto ao lado um momento marcante dos contatos entre índios e exploradores, nesse caso entre Luiz Rondon, pecuarista da Fazenda Rio Negro (Aquidauana) e os índios que ocupavam todo o pantanal. Trata-se de um momento em que já se percebe a amistosa relação entre ambos, após longo e sangrento período de conflitos pela apropriação do caminho Cuiabá - São Paulo.

FOTO 3: Índios e exploradores – início do século XX.

FIGURA 3: Territórios indígenas antes da apropriação ibérica.

Fonte: Do autor



No Pantanal, sua abertura natural se faz pelo Paraguai, parte oposta à área de inundação, sendo por isso mais fácil por ali penetrar, facilitando por ora o acesso dos espanhóis, tanto mais que pelo século XVI, quando na chegada dos exploradores, estava em vigor o tratado de Tordesilhas, pelo qual caberia o Pantanal aos domínios da Espanha¹³.

A historiografia relata a passagem de figuras marcantes no Pantanal durante o período colonial, dentre outros: Aleixo Garcia (1543), Raposo Tavares (1648) e Luis Pedroso de Barros (1660), todos marcados pela resistência indígena¹⁴.

A facilidade natural (Figura 4) que a entrada pelo Paraguai possibilitava aos espanhóis de ocuparem os espaços pantaneiros não foi efetivamente utilizada, uma vez que por este tempo, século XVI, a coroa espanhola estava concentrada na exploração das minas de ouro e prata, nos atuais, México, Bolívia e Peru.

Outra porta de entrada para o Pantanal e dele para o Norte, era o caminho fluvial São Paulo-Cuiabá, (sentido N-S: Rios:Cuiabá/São Lourenço, Paraguai, Taquari e afluentes, Pardo, Paraná e Tietê) porém se tratava de uma ligação lenta e penosa por consequência da distância e da quantidade de cachoeiras ao longo do trajeto, o que dificultava, e muito, a navegação por aquelas águas. A única motivação pela escolha deste caminho, fora sustentada pelos aprisionadores de

¹³ A fascinação de Alvaro Nunez Cabeza de Vaca pelo caminho entre Assunción e o Peru, deu origem as incursões para garantir o controle e a exploração da via, fundando em 1543, na entrada da Lagoa Gaíba, o Porto de Los Reyes (ao norte de Corumbá). Pelos idos de 1580, outro espanhol, Melgarejo, instalou um núcleo de povoamento às margens do rio Miranda, denominado núcleo de Santiago de Xerez, com curta existência por causa dos constantes ataques dos índios, sobretudo os Guatós, forçando seus habitantes a adentrarem pelo território até a região de Amambai, quando em 1625 foram definitivamente destruídos pelos paulistas. (VALVERDE, 1972. In: Boletim Campo-grandense de Geografia, 1986. p.83.)

índios, bandeirantes como Antonio Raposo Tavares, Antonio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral que, nas primeiras décadas do século XVIII suplantaram tais obstáculos na busca por escravos, quando numa destas ocasiões descobriu-se o ouro em Cuiabá (fundada em 1719).

Por esse caminho, denominado *via das monções*¹⁵, surge o *varadouro de Camapuã* como ponto de transposição entre as micro-bacias do Taquari (ao Norte) e do Pardo (ao Sul), além de posto para reabastecimento (açúcar, fumo de rolo, aguardente, carnes, etc)¹⁶ e descanso, constituindo uma das primeiras localidades a serem efetivamente ocupadas no Sul de Mato Grosso.

Paralelamente as investidas *Caiapós* contra os *monçoeiros*, crescia a resistência indígena ao longo do trajeto sobre o Rio Paraguai, sobretudo com a extensão dos domínios dos *Paiaguás* e *Guaicurus*¹⁷, constituindo grande entrave à retratada circulação. Seguindo-se vários massacres às comitivas.

¹⁴ SOUZA, Lécio G. de. História de Corumbá. UFMS/CEUC. Corumbá, 1985.

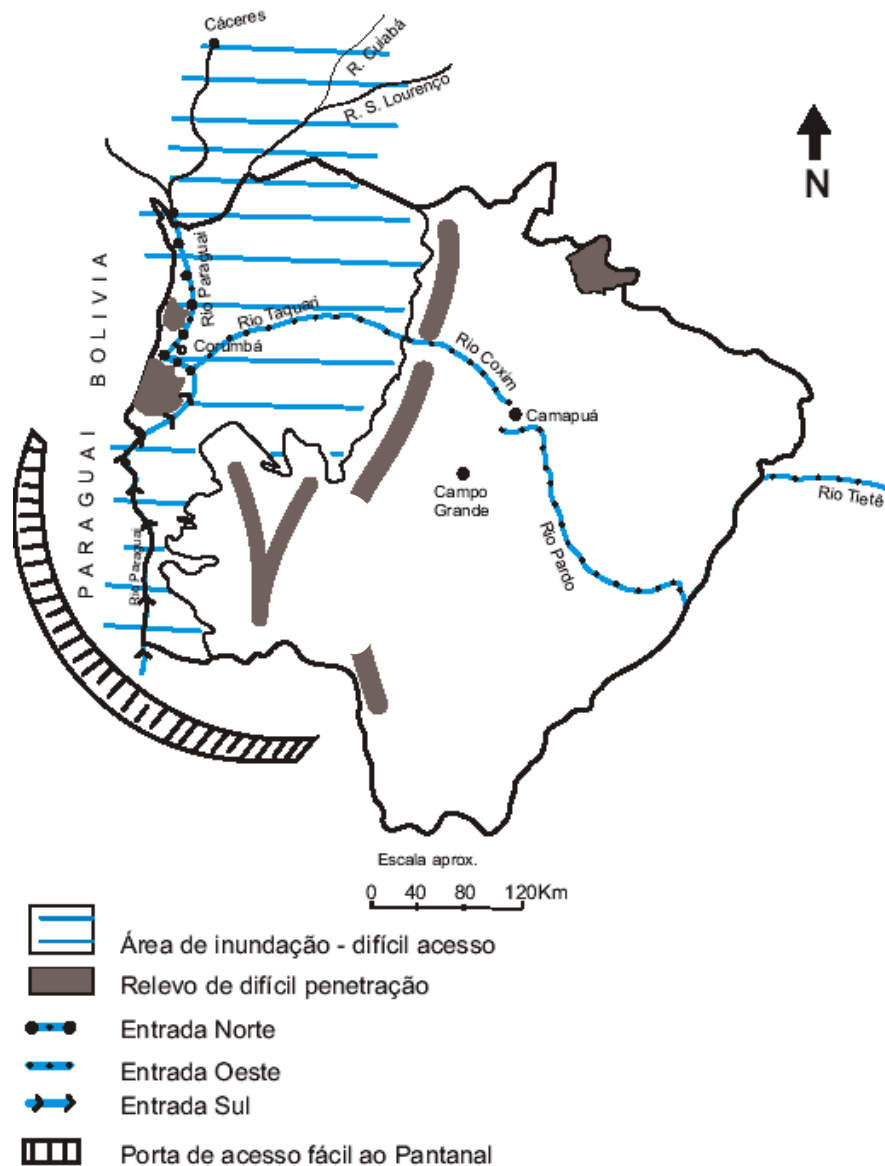
¹⁵ Sobre as rotas monçoeiras, consultar, entre outros, Visconde de Taunay (1891), Sérgio Buarque de Holanda (1976), E. M. Siqueira (1990) e M. F. Costa (1999).

¹⁶ Mais sobre o assunto ver: MAMIGONIAN, 1986.

¹⁷ Mais sobre o assunto, ver: J. M. SILVA *apud* CAMPESTRINI, 2003.

FIGURA 4 : Características físicas do Pantanal e principais acessos até os fins do século XIX.

Fonte: Do autor



Estas condições faziam com que o recém criado arraial de Cuiabá não se expandisse na direção Sul, voltando-se em povoados para a Chapada e à montante do Rio Cuiabá, proporcionando em 1736, a abertura de um caminho terrestre alternativo para São Paulo, mantendo a característica de vazio demográfico no Sul.



Embarcações com as quais se fazia o transporte de pessoas e mercadorias de um lado a outro (MT/SP) no rio Paraná, em foto do começo do século passado.

FOTO 4: Embarcações típicas dos *monçoeiros* para transpor as bacias do Paraná e Paraguai – início do século XX.

Apenas com a chegada, em 1772 de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres na capitania, já em vigor o Tratado de Madri (1750), que mudam-se as estratégias de apropriação, optando-se pela criação de redutos militares permanentes ao longo do Rio Paraguai, devidamente equipados e guarnecidos, além de permitir a condensação humana pelo vazio do Pantanal.

Em decorrência dessa resolução, funda-se Coimbra em 1775, Albuquerque (atual Corumbá) e Vila Bela (no caminho para Cuiabá) em 1778. Mais tarde, por concretizar o domínio branco sobre o solo pantaneiro, funda-se, mais para o Sul, Miranda, conforme determinação do Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Estava anulada a resistência *Paiaguá*, iniciando um novo ciclo de povoamento via *Entrada Pantanal*.

O impulso dado pela instalação das fortificações possibilitou a expansão de práticas produtivas de caráter feudal¹⁸, marcando a estruturação das primeiras “fazendas” mato-grossenses, a partir de Norte, com destaque para o Pantanal.

Em Corumbá, mesmo após décadas de sua fundação, ainda prevalecia o aspecto de uma grande Fazenda Pública, cuja atividade principal já era a Pecuária, cumprindo seu papel de guarda de fronteira. Em 1853 ocorre a transferência do Comando Geral de Fronteiras e da Unidade do Exército, além da abertura do tráfego fluvial com o Paraguai, pelo Tratado de Comércio e Navegação (1856), o que frutifica as relações comerciais no âmbito regional, contribuindo para o progresso da recém instituída vila (1862), atraindo forasteiros, comerciantes, armadores e agentes das companhias de navegação, impregnando dinamismo à economia pantaneira.

¹⁸ Assim como em Minas Gerais, no Mato Grosso as primeiras fazendas que se formaram organizaram-se em torno da policultura, extremamente variada, com forte auto-suficiência, estando fundamentalmente voltadas para “dentro da porteira”, resultando um tipo específico de modo de produção na gênese da ocupação do Mato Grosso, pelo século XVIII. Podemos assim afirmar que no Brasil o feudalismo tomou forma específica de latifúndio. (MAMIGONIAN, 2000. P. 33-4)

No sentido Norte-Sul foi se delineando a configuração fundiária, a partir do estabelecimento de famílias portuguesas após a concessão de sesmarias, constituindo a gênese da prática agropastoril no Sul de Mato Grosso, pela formação de latifúndios e a tradição de sesmeiros como André Alves da Cunha, José Gomes da Silva, Leonardo Soares de Souza e João Pereira Leite, confirmado pelo relato,

(...) Leonardo, estabelecido no Sítio Jacobina, contraiu núpcias com Ana Maria, filha de José Gomes da Silva. Quando, em 1825, Hércules Florence visitou aquela propriedade, possuía ela mais de 60.000 reses, cultivava cana-de-açúcar, mandioca, feijão, cereais e café, labutavam na fazenda cerca de 200 escravos e mais 60 crianças. Tão vultosa era a produção que, segundo foi narrado ao visitante, grande quantidade de alimentos tinha sido mandada gratuitamente ao forte de Coimbra, afim de evitar ficasse tudo deteriorado. (VALVERDE, 1986:87)

Em 1880, conforme outro relato de F. A. Pimenta discorre,

(...) a fazenda já era o maior latifúndio da província com 240 léguas quadradas de superfície e uma população bovina superior a 600.000 cabeças, composta na maioria por gado alçado. Produzia rapadura, açúcar bruto e aguardente, cultivava algodão arbóreo e com ele em rocas e teares domésticos, fabricava panos; dispunha seleiros, forjadores, alfaiates, carpinteiros, de que, não raro, um mesmo homem exercia mais de uma atividade.¹⁹ (op cit)

Da consolidada Fazenda Jacobina saíram vários herdeiros que estabeleceram-se em novos latifúndios pelo Pantanal²⁰, nos fins do século XIX.

Também de outras origens vieram outros povoadores como o Major Metelo que, abandonando atividades mercantis, instalou-se entre o baixo São Lourenço,

¹⁹ Idem

²⁰ Os primeiros sinais da consolidação da nova estrutura fundiária se mostram com as apropriações de pioneiros como: Joaquim José Gomes da Silva (terras entre os rios Taquari, Paraguai e Negro - Fazenda Firme, com 176.853 h.a.), José Alves Ribeiro: Fazendas no Vale do Taboco, atual Aquidauana, com cerca de 244.000 h.a., além de outras possessões gigantescas entre Miranda e Aquidauana, a cargo de Estevão Alves Correia. Mais sobre o tema, ver: V. CORRÊA FILHO, 1946.

hoje Cuiabá e o Piquiri, com alguns milhares de rezes e extensões de terras que formavam o segundo maior latifúndio da província pelos anos de 1880, conforme relato de viagem de Pimenta Bueno²¹.

A prevalência dos latifúndios no Pantanal pode ser explicada:

(...) em primeiro lugar, por uma tradição latifundiária, que não é só brasileira, mas latino-americana, remontando às origens ibéricas. Por outra parte, a concessão de sesmarias colossais estava de acordo com os objetivos do governo. Já que a soberania política se baseava no princípio do **uti possidetis**, o que convinha entregar a cada um, áreas imensas, como fundamento para a dilatação das fronteiras no espaço vazio. É preciso ter sempre em mente que os próprios membros o governo eram também latifundiários. (VALVERDE, 1986:88)

São as evidências das estratégias de apropriação típicas do modo de produção feudal praticadas no curso da organização espacial pelos colonizadores, sintetizadas pelas prerrogativas de, "*Nulle terre sans seigneur*" e "*All land is King's land*".

Essa fase foi marcada pela estagnação do fluxo de migrantes articulado pelo sistema comercial da província (ano de 1856) via navegação do rio Paraguai até Corumbá, entre a região platina e Cuiabá, na iminência da Guerra do Paraguai.

Várias posses foram deixadas pelos refugiados que seguiram principalmente para o Norte (Cuiabá), assim, o Pantanal voltara a ser quase o mesmo que era, logo após a derrota dos *Paiaguás*. (CORREA FILHO, 1946).

Via pioneira da comunicação do Sul de Mato Grosso com as demais localidades, o Pantanal também possibilitou, pelos seus aspectos físicos, a

²¹ LENHARO, A. Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. NIDHIR/UFMT. Ensaio n^o1, 1982.

formação de grande reserva de gado *vacum* pelos seus extensos pastos naturais.
(Fotos 5, 6 e 7)

Reserva esta que, parte fora consumida pelos soldados paraguaios ao longo da Guerra e parte se reproduziu e se espalhou pelos pantanais, formando um rebanho que, posteriormente contribuiria com a efetivação da pecuária como atividade central, em âmbito regional, superando o seu caráter secundário durante o ciclo do ouro em Cuiabá.

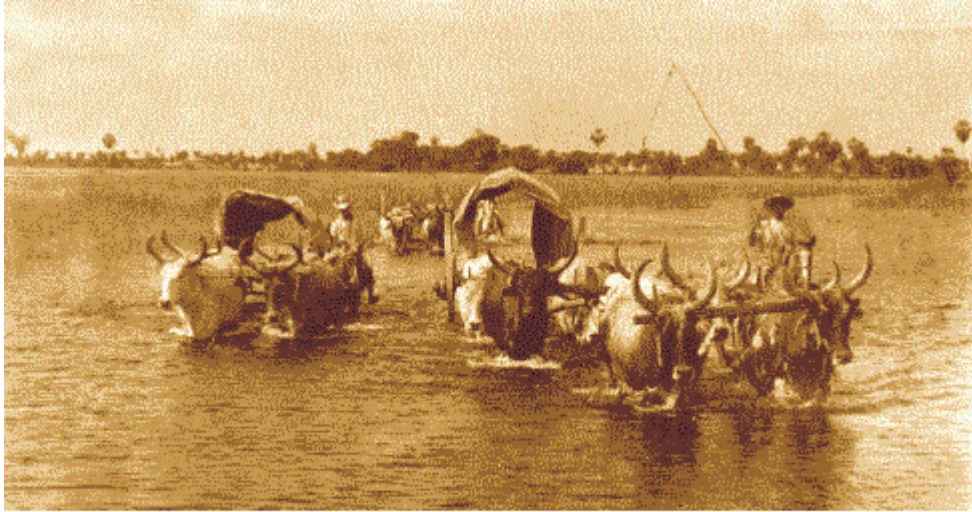
A abertura do Porto de Corumbá (1869) e os incentivos fiscais, promovem a entrada de embarcações de todos os lugares e a reanimação do comércio, caracterizando-se num novo quadro de estímulo à vinda de imigrantes, via Rio Paraguai, uma vez que o território de Mato Grosso oferecia, além das riquezas naturais, a possibilidade de exploração fundiária de extensas terras.

Mais uma vez, ignorando a presença índia na região, o povoamento branco no Sul de Mato Grosso, principalmente após a Guerra, tem novo surto com a Companhia Matte Larangeira e, posteriormente, com a construção da RFFSA.



Na imensidão da planície, os depósitos de sal e as pastagens convidam à criação do gado

FOTOS 5 e 6: Aspectos gerais da paisagem pantaneira – atual.



Gradativamente o rebanho se adaptou às condições das cheias, afinal, na vazante a quantidade de ricas pastagens compensava todos os esforços.

Foto tirada em 1921, no interior da Fazenda Aguassuzinho (Corumbá), propriedade no interior da Nhecolândia, centro da pecuária pantaneira e antiga posse de Jeje de Barros.

FOTO 7: Gado *Vaccum* – Adaptado às condições do ambiente – início do século XX.

O processo de apropriação no Pantanal estava encaminhado, seguia a organização dos grupos e a estruturação das atividades produtivas notadamente feudais, onde se percebia a distribuição das terras da coroa e a organização produtiva das fazendas com incipiente comércio local, constituindo o pólo interno do modo de produção durante o período colonial, tendo sido pouco alterado nas primeiras décadas após a independência, fatos que gradativamente impregnaram àquele lugar uma característica ímpar, reconhecidamente pantaneira.²² (Foto 8)

²² Tratava-se da “carapaça externa” que a *dualidade* européia impregnava às suas colônias do século XVI, ou seja, no caso específico do Brasil a consequência deste contato com nossa formação social ocasionou a estruturação de um regime enquadrado juridicamente ao modo de produção Feudal (estruturação fundiária e da produção – Capitânicas Hereditárias e monopólio da terra no caso específico da pecuária no sertão brasileiro, respectivamente - sob a tutela da Coroa



Foto do interior da Fazenda Campo Neta (homenagem à filha de Nhêco), na Nhêcolândia. Em plena área alagada a presença de um Ford, o que no mínimo, conduz nossa imaginação à intensidade das relações desbravadoras (e apropriadoras) no Pantanal, por aqueles tempos



A imagem acima constata a compartimentação das terras pantaneiras.

FOTOS 8 e 9: Marcas da apropriação do Pantanal – anos 30.

Portuguesa), mesmo que, por aquele tempo, o que efetivamente se processava na Europa era uma transição com a ascensão do capitalismo mercantil. Nessas condições é que se levantou o edifício social brasileiro, culminando com a ascensão da classe dos *vassal-os-senhores* de escravos, com seu *lado interno* voltado à escravidão e o seu *lado externo* voltado ao feudalismo europeu, constituindo a *primeira dualidade brasileira* que se manteria até os acontecimentos que marcaram a Proclamação/Abolição, em 1888-9. (RANGEL *apud* MAMIGONIAN, 1981:139-153)

1.1.2 A Entrada Planalto

Como marco da história do povoamento no Planalto (Figura 5) tem-se as primeiras penetrações do gado já nos fins do século XVIII, com a marcha dos geralistas para oeste.

A denominação Vacaria parece revelar bem a vocação desse núcleo povoador que fez parte do processo de ocupação definitiva do Sul de Mato Grosso.

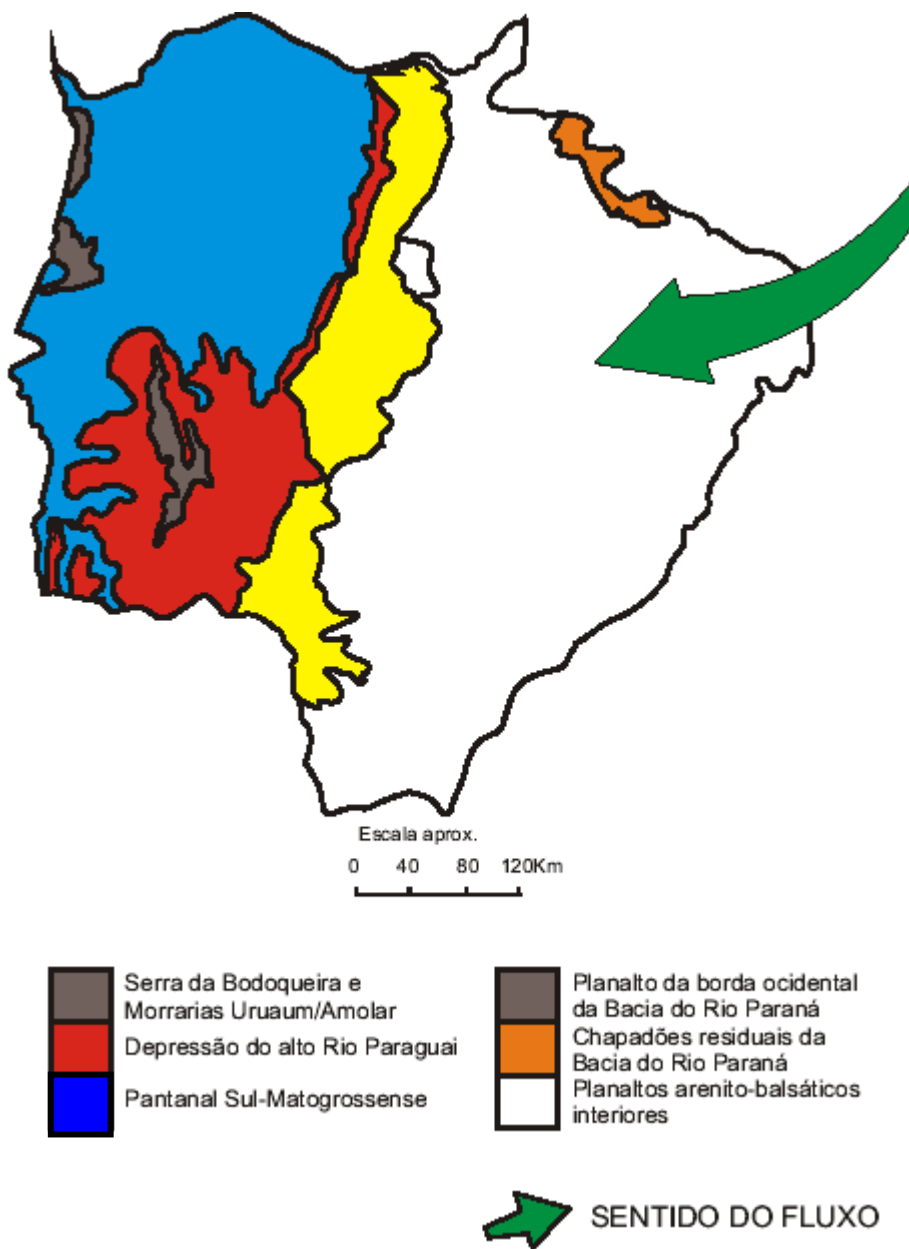
A região, muito rica, situa-se entre Campo Grande e as fronteiras com São Paulo e Paraná e era designada nos antigos roteiros sertanistas com este nome por causa do gado *vaccum* que ali ficara disperso²³ (quando os paulistas desalojaram os moradores de Santiago de Xerez, redução jesuítica às margens do Rio Miranda e das cinco aldeias circunvizinhas).

Já em 1739, o célebre monçoeiro paulista Antonio Pires de Campo, vulgo “Pai-Pirá” se estabeleceu na região nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, antes conhecida por Sant’ Anna do Parnaíba e atualmente a cidade de Paranaíba, divisa com o estado de Minas Gerais, onde, conforme a historiografia regional iniciou-se a entrada de pecuaristas mineiros no Sul de Mato Grosso.

²³ Processo semelhante àquele ocorrido no Sul do Brasil quando foram sendo eliminadas as missões jesuíticas pelos bandeirantes no século XVII. (VIEIRA *apud* ESPÍNDOLA, 2002:19)

FIGURA 5: A Entrada pelo *Planalto*.

Fonte: Do autor.



Essa região, somente a partir de 1830 na fase recessiva do *Primeiro Ciclo Longo*²⁴, passou a ser efetivamente povoada por diversas famílias oriundas de Minas Gerais, que fugidas das lutas violentas, paralelamente à crise do ouro naquele estado, abandonaram suas propriedades e, juntamente com seus conterrâneos atravessaram o Rio Paranaíba, trazendo consigo um grande rebanho de gado e dezenas de escravos.

Seguiu-se a chegada de “forasteiros” de São Paulo e também de Minas Gerais, engrossando o contingente que por ali adentrara no espaço sul-matogrossense em busca por nova vida.

No final do século XIX, Sant’Anna do Parnaíba era considerada o núcleo mais populoso e dinâmico do sul de Mato Grosso, o que era explicado por sua localização estratégica junto aos limites dos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tornando-se por isso ponto de passagem para inúmeras boiadas que demandavam aqueles estados. (Foto 10)

Também por Paranaíba passaram os militares durante o período da Guerra do Paraguai²⁵, o que intensificou a comunicação entre os povoados já consolidados no sudeste e despertou aqueles grupos para a existência de terras a

²⁴ Os motivos do movimento migratório de Minas Gerais para o Sul do Mato Grosso estão associados ao momento de instabilidade política, com os inúmeros confrontos que antecederam a Independência do Brasil, além da conjuntura econômica pós-crise do ouro em Minas Gerais, com a expansão das práticas *agropastoris* de cunho comercial (*Lado Interno do Pólo Externo* em vias de ocupar o *Pólo Interno* – vide Leis da Dualidade Brasileira), em resposta à demanda crescente dos grandes centros brasileiros que viviam um período de euforia com a chegada do capitalismo industrial, via *Lado Externo do Pólo externo*. (RANGEL *Op. Cit.*)

²⁵ Grande parte do exército brasileiro foi recrutado em Minas Gerais e São Paulo.

serem apropriadas pelos chamados *Campos de Vacaria*, incluindo-se aí a localidade do *Campo Grande*.²⁶

Como evidência da leitura que faziam da *paisagem* naquele tempo, o relato de autoria de Alfredo d'Escragnoille-Taunay, o Visconde de Taunay, em passagem pelo ano de 1867, serve-nos de referência, a saber,

Uma légua mais, entramos no Campo Grande. Esta extensa campina constitui vastíssimo chapadão de mais de cinqüenta léguas de extensão, em que raras árvores rompem a monotonia duma planura sem fim (...). Rapidamente transpusemos as três léguas que separam o Sanguessuga das ruínas de Camapuã, e ao meio-dia avistámos os restos, para assim dizer, imponentes daquela importante fazenda, sede outrora de muito movimento, de todo o que se dava por aquêles sertões. Ainda se vêem vestígios de grande casa de sobrado e de uma igreja não pequena; taperas rodeadas de matagais, no meio dos quais surgem laranjeiras e árvores frutíferas, que procuram resistir à invasão do mato e ainda ostentam frutos, como que atraindo o homem, cujo auxílio em vão esperam. Naquelas três léguas aparecem sinais de trabalhos consideráveis: estradas de rodagem atiradas por sobre colinas, caminhos roídos pelas águas, onde transitavam grandes procissões de carros a trabalharem na penosa varação, até o ribeirão Camapuã, dos gêneros e canoas que demandavam o Coxim e Taquari, com destino a Cuiabá. (...) manteve-se mais ou menos florescente até os princípios do século presente, existindo ainda escravatura numerosa às ordens do último administrador, Arruda Botelho, depois de cujo falecimento ficou o lugar abandonado ou tão-sòmente habitado por negros e mulatos livres, ou libertados pelo fato de não aparecerem herdeiros de seus possuidores. Estes mesmos indolentes habitantes hoje estão quase todos reunidos a uma légua e três quartos de distância, no lugar chamado Corredor (...). (PEREIRA,2001)

Nota-se nessa passagem o destaque às características planimétricas comuns ao estado do Mato Grosso do Sul, além é claro da cobertura vegetal que traz a predominância das pastagens naturais, dá pistas também sobre as relações

²⁶ Numa destas ocasiões o desbravador mineiro José Antônio Pereira se deslocou para a região juntamente com sua família, nos idos de 1872. Dando bases para a fundação do *Arraial do Santo Antônio do Campo Grande* que posteriormente se transformaria na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

de trabalho e a percepção das relações sociais durante aquele período, indicando possibilidades sobre o futuro reservado para aqueles lugares.



*"O Capitão José Garcia Leaf doou
posses a todos os seus filhos e
montou, distante uma légua de
Santana, a sua fazenda Serra,
importante estabelecimento agrícola,
com um engenho de serra movido a
água. Doou a cada filho, 100 reses
vacum e um casa de escravos, além
de outros recursos, como sejam: tear,
roca de fiar e casais de porcos,
galinhas, cabras, ovelhas. Mandou
dois filhos especialmente à Província
do Rio de Janeiro para compra de
escravos, necessários às suas
fazendas e ao trabalho das moças
em barcos tocados a remo e à vara,
entre Santana e a Vila da Constituição
de Piracicaba. Nessas moças
serviam também os índios Caiapós
todos já apaziguados e bons
trabalhadores. Eram, ao todo 200
índios, os quais já tinham roças
próprias e quando folgados,
trabalhavam para os Garcias, a soldo.*

*Foto do início do séc.XX,
demonstrando o intenso
povoamento do Planalto.*

FOTO 10: Marcas do povoamento no *Planalto* – Década de 20 (séc. XX)

Ainda, CONGRO (1919) resume o cotidiano naqueles sertões ao longo do século XIX, trazendo também evidências da condução da vida econômica entorno da criação do gado, que, já naquela época tornara-se mercadoria valorosa.

Distava doze legoas o morador mais próximo, proprietário de uma fazenda que a invasão inimiga fizera abandonar por alguns anos, tornando-a tapera, o gado perdido, internado nas selvas, volvido feróz. Era allí que ia supprir-se Pereira da sua principal alimentação, que era a carne dos vaccuns bravios comprados a 15\$000 e abatidos a tiros, em verdadeiras caçadas. (1919: p. 9)

A enorme extensão das terras não ocupadas, a sua ótima qualidade para cultura e criação e, sobretudo, o clima ameníssimo, elementos seguros de prosperidade, fizeram a atração de inúmeras pessoas, vindas não só de Minas, como de S. Paulo, Rio Grande do Sul e outras províncias." (1919: p. 16)

A fundação do povoado de Paranaíba se caracterizou no marco de inserção do Mato Grosso no mercado exportador de gado em pé (Foto 11). O fluxo de capitais da mineração conduziu a formação da estrutura produtiva baseada na pecuária, enquanto que na segunda metade de 1830 se concluiu a reordenação das forças produtivas, contribuindo para o caráter da indústria pastoril do estado. (LUCÍDIO, 1993)

Tudo leva a crer, portanto, que a pecuária bovina foi para as terras do hoje Mato Grosso do Sul a primeira atividade produtiva e de integração ao mercado nacional. Era, todavia, uma economia muito pobre em seu conjunto: o preço que o gado alcançava era baixo e por se tratar de pecuária extensiva sobre pastagens naturais, o gado circulava e com ele o produtor. Não permitia assim uma fixação humana de ordem mais *massiva*. Prova disso é que as únicas localidades relativamente importantes que surgem em decorrência direta da atividade pecuária no século XIX são Paranaíba e, bem mais tarde, já ao final do século, Campo Grande.

(...) mineiros da região de Uberaba foram os responsáveis pela formação do arraial (de Campo Grande). Essa origem explica-se por dois fatores: primeiro, o Triângulo Mineiro tem papel importante como pólo de atividade pecuária e, por isso, muitos de seus habitantes internam-se sertão adentro, em busca de oportunidades de negócios. Depois, porque num movimento de expansão, mineiros deslocam-se para o lado mato-grossense, formando Paranaíba. Tinham, portanto, familiaridade em semear povoados, tinham conhecimento dessa área, tinham interesse em fixar bases próximo de onde estavam fornecedores de gado em pé e à meia distância de seus consumidores. (*op cit*)

A foto do início do século testemunha a prática pecuária no Planalto a partir da disposição do gado Guzerá pela histórica Fazenda Jardim, no município de Aparecida do Taboado.



FOTO 11: A presença do *gado* no *Planalto* – Início do século XX.

Já no século XX, com a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil (Foto 9), o planalto voltou a abrigar grande contingente de migrantes, estimulando o crescimento de alguns centros urbanos, principalmente àqueles beneficiados pelos projetos de colonização estatal e pela fundação de colônias agrícolas, a exemplo de Ribas do Rio Pardo, Terenos, Bandeirantes, Piraputanga, Rio Verde, Bataguassu, Bataiporã, Bodoquena, Aral Moreira, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti e Ivinhema.²⁷

Os espaços ainda não efetivamente ocupados como o extremo sul, se apresentavam como potencial para a implantação do “novo”.

²⁷ Idem.

Na foto do início do séc. XX o lugar onde em 1830 fundaram a Fazenda Serrinha local que abrigou a chegada da RFFSA.

"O Senador Vitorino, iniciou grandes instalações na sede: importante Xarqueada, engenho central de açúcar, etc., entregando tudo a seu amigo Coronel Timóteo Feijó, o qual trouxe, do Estado do Paraná, gente adequada para tudo. Tornou-se o corretor geral para a compra de pequenas partes de terras nas fazendas "Campo Triste" e "Taquaruçu". Destas fez fazendeiros no "Ramalhete" a seu filho Álvaro Feijó e ambos, ele e filho, eram os compradores de gado, para os americanos, os ingleses e para Xarqueada de Vitorino. Diante da ameaça dos fortes, os pequenos condôminos se uniram, para requererem as divisões judiciais das ditas fazendas e corriam os processos seus cursos naturais, quando o Senador embargou os dois feitos para que as divisões fossem feitas no Juízo Federal e obteve forças federais para garanti-las. Obteve a mudança de foro, sendo seus advogados: Modesto Perestelo de Carvalhosa, Laerte Setúbal, Aprígio dos Anjos e Generoso de Siqueira, e agrimensor o major Favilha, do Exército. Um destacamento do Exército veio se instalar em Três Lagoas, para garantir as ambições do Senador. Posteriormente acampou na fazenda Serrinha".

Uma passagem do escritor Jose Ribeiro de Sa Carvalho evidenciava o dinamismo do Planalto nos idos de 1920.



Dois fotografias do tempo em que a linha locomotiva parava em frente à fazenda



FOTOS 12 e 13: A chegada RFFSA no Sul do Mato Grosso – início do século XX.



O piloto Joaquim de Moura Andrade matricou a aeronave o "mistério" do piloto que voou" (com Douglas C-47, cargo) no norte do Mato Grosso em 1950.



O mesmo modelo de avião, na versão adaptada para passageiros (com DC-3), aterrissaria pouco tempo depois, pela primeira vez, na cidade de Nova Andaraí, fundada por Moura Andrade.

FOTOS 14 e 15: Marcas do "novo" em MT – Primeira metade do séc. XX.

1.1.3 Entrada Sul.

A gênese da expansão demográfica via extremo sul do antigo estado de Mato Grosso tem início com os passagem dos colonizadores espanhóis, buscando alcançar as minas de ouro no Peru, navegando rumo a cabeceira do Rio Paraguai.

As incertezas com relação à delimitação dos espaços coloniais, conforme determinação do tratado de Tordesilhas, serviu de incentivo à ocupação daquelas terras, pelos índios e paraguaios²⁸, remanescentes das missões jesuíticas²⁹.

As práticas de economia natural, passaram a ocupar os espaços antes dominados pelos grupos indígenas nômades.

A existência de numerosas rezes, introduzidas pelos espanhóis, dispostas pelos pastos naturais, e deixadas à liberdade, assim como em todo o território do Sul de Mato Grosso, constituíam um rebanho passível de doma e criação. Os índios *Guaicurus*, que passaram a dominar as técnicas de montaria, após os contatos com os espanhóis, formaram os primeiros grupos de fazendeiros do sul de Mato Grosso, já nos idos do século XVII, como citado anteriormente.

Ademais, outro elemento marcante na composição do espaço do extremo sul mato-grossense era a erva-mate (*Illexis Paraguaienses*) em abundância e que, juntamente com a agricultura de subsistência e a pecuária, passa a dividir os espaços recém apropriados, iniciando o processo de estruturação das novas práticas produtivas (Figura 6).

²⁸ PROENÇA, A. C. Pantanal: gente, tradição e história. Edição do Autor. Campo Grande, 1992. 144p. Da miscigenação entre espanhóis e índios surgem os paraguaios. (*Grifos meus*)

²⁹ Sobre o assunto consultar: WEINGARTNER, Alisolet Antônia dos Santos. Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul. Edições Est. Porto Alegre, 1995.

A chegada dos portugueses provoca a necessidade de delimitação das posses e a marcação do gado como medida para evitar os conflitos com os paraguaios e índios. Porém, pela tradição, os portugueses trouxeram a prática da pecuária extensiva, necessitando de grandes áreas para a criação, favorecendo a configuração latifundiária do extremo sul e, contraditoriamente propiciando o aparecimento de arraiais e cidades, em direção ao planalto. (SODRÉ, 1941:123)

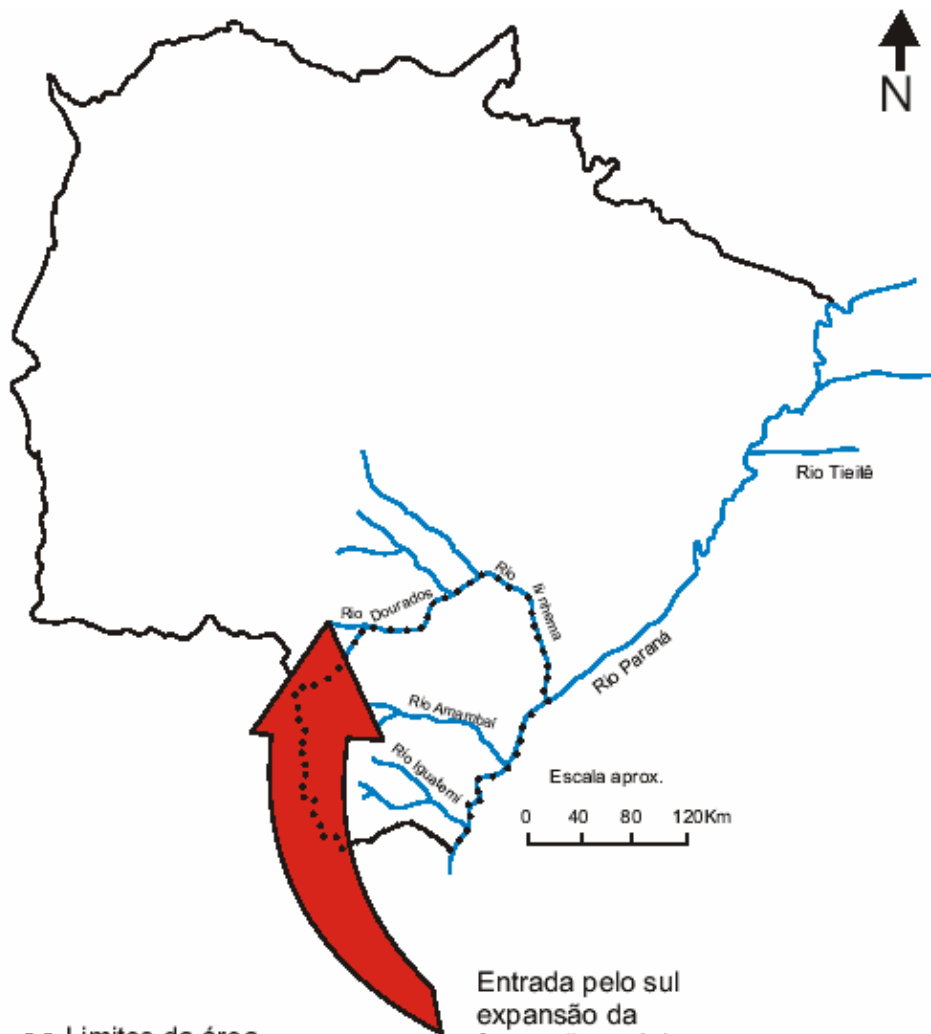
Logicamente indissociável desse processo está a hegemonia exercida pela exploradora Matte Larangeira a partir do último quartel do século XIX. Tendo que o quadro institucional acerca da apropriação das terras respeitava as prerrogativas da já instituída Lei de Terras e, mesmo antes, favorecia a atuação daquela economia de monopólio no que concerne aos domínios exclusivos das posses no extremo Sul do Mato Grosso, conforme o quadro evolutivo, entre 1892 e 1930, apresentado a seguir,

- 1) Regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses;
 - 2) Concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros, e concessões especiais a colonizadores e empresas particulares;
 - 3) Arrendamento e aforamento para a indústria extrativa de vegetais;
 - 4) Contrato de compra e venda de terras devolutas
- (MORENO, 1993, *apud* ALBANEZ, 2003:31)

Os irmãos Murtinho, personagens de grande influência na política do Estado associaram-se à empresa em 2 de agosto de 1894, com a junção entre a Cia. MatteLarangeira e o Banco Rio e Matto Grosso, dirigido por Joaquim Murtinho.

FIGURA 6: A Entrada pelo Sul e a área de arrendamento da *Matte Larangeira*.

Fonte: Do autor



..... Limites da área de arrendamento da Cia Mate Laranjeira (1890)

Entrada pelo sul expansão da formação gaúcha e paulista

Entre 1891 e 1895, o Estado foi governado por Manoel José Murtinho, o que facilitou ainda mais a situação da Matte, cuja prorrogação da concessão por mais 16 anos (Resolução nº 76, de 13 de julho de 1894) estendeu a área arrendada a 1600 léguas quadradas, aproximadamente.

Com a liquidação do Banco Rio e Matto Grosso (1902), o patrimônio da Companhia foi adquirido inteiramente por Thomaz Larangeira e pela empresa Francisco Mendes Gonçalves e Cia, distribuidora da produção com sede na Argentina, para onde se deslocou também a sede da nova Companhia, então intitulada *Larangeira, Mendes & Cia*, com contrato de arrendamento vigorando até 1916. (Fotos 16, 17 e 18)

A criação da Cia Matte Larangeira, permite compreender a importância desse processo de inauguração do latifúndio como opção política e econômica do sul de MT, concomitante com o avanço comercial que se fazia sentir no Pantanal, correspondendo às estratégias de dominação territorial da coroa portuguesa, ao mesmo tempo em que segurava o avanço da pequena propriedade,³⁰ uma vez que,

(...) desde o início a exploração dos ervais assume um caráter monopolista, até 1916, quando a Mate Laranjeira exercia seu domínio sobre uma área aproximadamente de 4 milhões de hectares. E foi monopolista na medida em que os moradores que viviam daquela atividade foram proibidos de exercê-la. (BIANCHINI, 2000:239)

³⁰ Esse período correspondia ao fim da fase *depressiva* do *Segundo Ciclo Longo*, refletindo também no fim da *Primeira Dualidade Brasileira*, o que na prática significava a expansão do capitalismo comercial pelo interior brasileiro. Mas como brilhantemente assinala RANGEL, essas transformações não ocorrem todas ao mesmo tempo e em todos os lugares, ou seja, cada formação social corresponde a uma determinada reação. Isso ficou demonstrado com o estabelecimento do conflito entre o capitalismo comercial que se expandia via extremo Sul de Mato Grosso e o Monopólio da terra que resistia sob a tutela do Estado, retardando a entrada dessa nova classe – a dos capitalistas – no território de concessão ervateira.



Na foto do início do século XX percebe-se no chão de fábrica, a quantidade de mão de obra recrutada pela Cia Matte Larangeira.



*A imponência das estruturas da Companhia combina com o seu poder econômico e político, uma hegemonia que marcou definitivamente a formação social e econômica do Sul do Mato Grosso.
Foto de 1920.*

FOTOS 16 e 17: Atuação da Cia Matte Larangeira, destaque para a quantidade de mão-de-obra empregada e a estrutura de produção – Início do séc.XX.



Plano geral da organização urbanística do complexo da Vila de Campanário, em 1928.

FOTO 18: Características da hegemonia da *Matte Larangeira* sobre a apropriação e organização dos espaços no extremo Sul de Mato Grosso – Início do séc. XX.

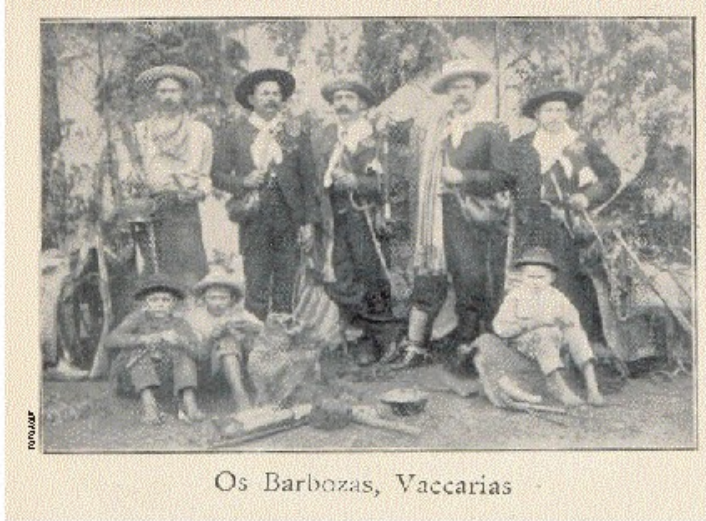
O extremo sul do atual estado de Mato Grosso do Sul assistia a uma penosa estruturação fundiária, cujos interesses do latifúndio, sob o domínio principalmente de capitais estrangeiros (argentinos, uruguaios, paraguaios, franceses e ingleses) estavam representados pela economia de monopólio da Cia Matte-Larangeira.

Nos ervais, as vilas e cidades surgidas com a exploração da erva-mate têm sua expansão territorial cerceada pelos contratos de arrendamento, enquanto que as cidades do planalto já contando com o traçado da ferrovia da NOB, prosperavam desenfreadamente, graças à intensificação da comunicação com São Paulo e demais mercados.

Com a chegada dos gaúchos, após a Revolução Federalista, ocorre a ocupação das áreas nos chamados Campos de Vacaria - Rio Brilhante, Dourados, Maracaju, Bela Vista e Ponta-Porã. Estes são jogados *modus faciendi* à criação, mormente os custos da produção e a escassez da quantidade e da qualidade de terras para cultivo, em sua maior parte sob o usufruto da economia de monopólio ervateira.

A informação de grandes extensões no extremo sul mato-grossense, segundo a historiografia, chegou com os primeiros gaúchos que, antes mesmo da Revolução, já haviam se estabelecido naquelas terras.

As informações trazidas davam conta da existência de terras para criação além de extensos ervais, passíveis de extração. Porém, a hegemonia da companhia de monopólio levava a maior parte deste contingente para sua subjulgação, o que por vezes também contribuiu para o levante da *pequena propriedade mercantil*. (Fotos 19 e 20)



Antônio Gonçalves Barbosa Marques (com o pala no ombro direito), retratado pelo francês Breáud junto com amigos e filhos na Alegrete.

No território da Fazenda Passatempo também se criou significativa exploração da ervamate, que existia em grande quantidade nas matas nativas entre os rios Vacaria e Brilhante (da Entre Rios, primeiro nome do Município de Rio Brilhante). Nos anos 1860 já havia na região alguns imigrantes paraguaios que se juntaram aos Barbosa e amigos, formando o significativo aldeamento. No retrato feito no início do século passado, aparecem trabalhadores típicos dos k'aty (ervais); agachado, está o majordomo, que em dialeto ervateiro significava o homem encarregado de empreitar a especializada mão-de-obra guarani.



FOTOS 19 e 20: Recrutamento de mão-de-obra pela Cia Matte Larangeira – Fins do século XIX.

Esse novo fazendeiro se organiza em associações, se fortalece gradativamente e, com muito sangue derramado, estabelece sua estrutura fundiária cuja atividade norteadora passa a ser a pecuária, construindo uma teia de ligações com diferentes lugares, como os dos campos de vacaria, dos ervais e

mesmo fora do estado, fazendo ascender a categoria dos fazendeiros-comerciantes³¹.

Apesar da resistência, a pequena propriedade mercantil expandia-se pelos espaços ao redor do latifúndio da Mate Laranjeira, desencadeando uma série de conflitos que, gradativamente impunha a nova configuração social e econômica edificada com a emersão da segunda dualidade.

Importante ressaltar, também, o papel do comércio como alternativa encontrada pelos gaúchos para garantir-lhes acesso a uma quantidade maior de produtos junto aos seus pares, numa medida que garantia interdependência e união, aumentando suas forças na luta pela expansão das suas práticas comerciais sobre as terras da Matte Larangeira.

Nota-se aqui a ascensão de um grupo fundamental para que as práticas de produção capitalistas se desenvolvessem, dada a consolidação da atividade pecuária e a definição dos grupos de interesse.

A de se registrar o grande número de mortos, perseguidos e exilados da Revolução federalista do Rio Grande do Sul o que evidentemente contribuiu para que grandes levas de migrantes gaúchos buscassem as terras ao sul de Mato Grosso para morada, trazendo consigo, sobretudo a tradição de cultivo e criação.
(Fotos 21 e 22)

³¹ Um dos fazendeiros-comerciantes lendários foi Bento Xavier, importante líder gaúcho federalista, tornou-se fazendeiro em Mato Grosso do início do século XX e constituiu fortuna comerciando com uma frota de carretas que se movimentavam entre o Paraguai e o Brasil, transportando sal para gado e diversas outras mercadorias. (BITTAR, 1997, p. 79)



Nos anos 1920 já se avistavam os primeiros rebanhos de Polled Angus, raça avermelhada originária da Grã Bretanha. Nos testes de adaptação, demonstraram graus de resistência superiores aos da espécie Hereford. Foto tirada na Fazenda Margarida em Bela Vista

FOTO 21: Marcas da pecuarização no Sul, aprimoramento de raças, anos de 1920.

Comitiva conduzindo o gado pela Fazenda Esperança, em Porto Murtinho, que atualmente também pratica o agroturismo



Às vezes, a boiada estoura e lá se vão os arameados dos corredores...

FOTO 22: Marcas da pecuarização no Sul – Comitiva na Fazenda Esperança (Porto Murtinho) - Atual

Na segunda década do século XX, o Sul de Mato Grosso estava ocupado por índios, paraguaios, gaúchos, mineiros, paulistas, nordestinos e europeus (portugueses, espanhóis, ingleses, belgas, principalmente), demonstrando o caráter cosmopolita da formação social daquele lugar, que tiveram na confluência de seus aspectos físicos e sociais (Figura 7) uma evidência da articulação entre seus objetos espaciais, historicamente articulados às inversões da divisão do trabalho e da evolução dos modos de produção.

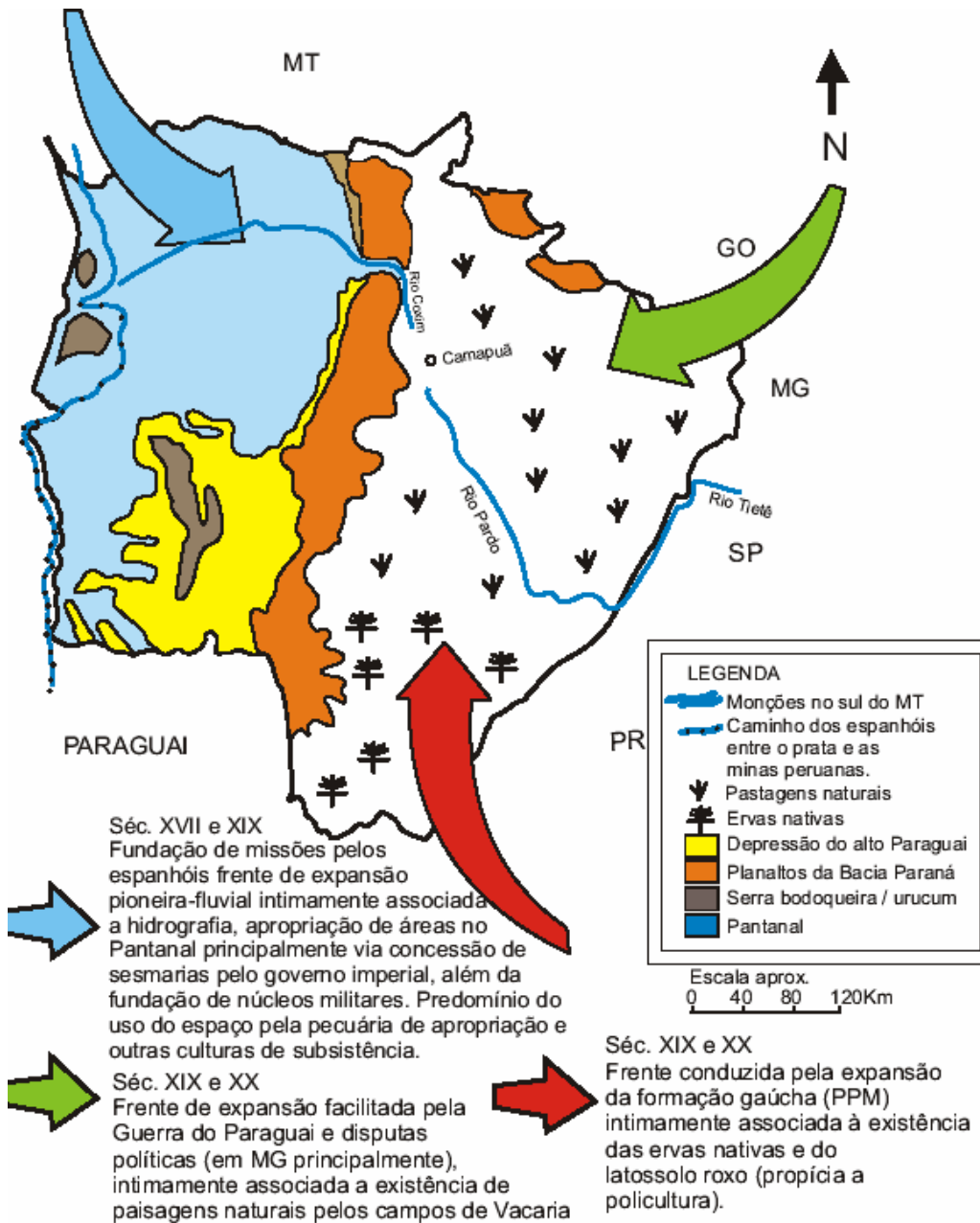
1.2 A FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE E A ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.

Importante destacar que, já no século XVIII notava-se um dinamismo econômico em Mato Grosso, impulsionado pela extração do ouro³². Os mercados locais, embora limitados, intensificavam o ritmo das relações de produção, diversificadas a cada tempo.

³² O período mercantilista e manufatureiro do capitalismo apresentou fases de expansão e depressão comercial, numa evidência empírica sistematizada em 1926 por N. Kondratieff. Demonstrando as fases de euforia e expansão seguidas de fases de queda de investimentos e pessimismo, constatada já a partir da Primeira Revolução Industrial da Inglaterra, com a introdução da máquina a vapor e posteriormente a saturação desta inovação no edifício industrial recém-instalado, fazendo com que se criasse nova estratégia de expansão, visando à penetração no mercado internacional, correspondendo a uma opção de acumulação extensiva, horizontal e geográfica. Possibilitando assim que os mercados no interior do Brasil então voltados ao abastecimento interno, passassem a estar efetivamente inseridos na Divisão Internacional do trabalho então inaugurada. (MAMIGONIAN, 2000. p. 27)

FIGURA 7: Síntese das relações Sociedade – Natureza na condução do processo de Formação Sócio-Espacial do Sul do Mato Grosso – até os fins do século XIX

Fonte: Do autor.



Já a partir do século XIX existiam inúmeros engenhos de açúcar, que em 1880 utilizavam máquinas a vapor importadas da Inglaterra via Rio Paraguai, como resposta ao processo de substituição artesanal mercantil de importações entre os anos de 1873 e 1896 ("*fase b*" do "*segundo Kondratieff*") correspondendo a um período de depressão, com decréscimo nas compras de matérias-primas e alimentos da periferia e consequente contração da DIT³³.

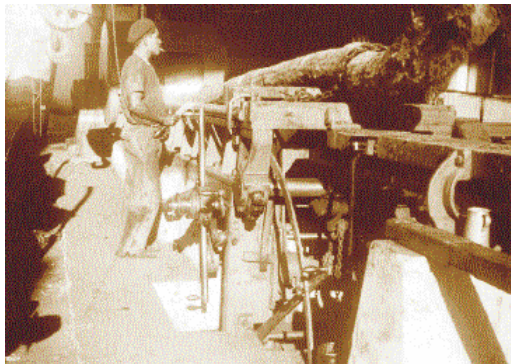
Porém, diferente do que aconteceu na Argentina e no Chile que intensificaram sua participação no comércio internacional por causa da demanda de trigo, carnes e lã, o Brasil, no contexto geral da nação, assim como a Colômbia e o México, continuava o desenvolvimento das sua economia voltada para o mercado interno, com moderação da sua inserção no período de recessão, enquanto que especificamente no Mato Grosso, a produção de cana e aguardente, juntamente com o ouro, permaneciam os produtos destinados às trocas com produtos manufaturados vindos do exterior, o que de certo, manteve a ligação do mercado regional com as economias centrais, permitindo *a posteriori*, a introdução da carne mato-grossense no mercado europeu. (MAMIGONIAN, 1986)

Trata-se da gênese do processo de organização das práticas de produção em espaço mato-grossense, confirmada pela presença de inúmeros empreendimentos ao longo de todo o Mato Grosso. (Foto 23 e 24)

³³ Idem.



Na Fazenda Paraiso (Corumbá), parte da antiga e lendária Fazenda Firme dos anos de 1890. O charque demonstra um aspecto da fabulosa movimentação que cercava a indústria saladeril no estado. Por aquele tempo a rês era inteiramente salgada, incluindo os miúdos, onde se chegava a abater até 40 mil rezes durante o período das secas do Pantanal. Foto do início do século XX.



Linha de produção do tanino, Fazenda Quebracho que conheceu o auge da exploração durante a primeira metade do século XX. Na foto é possível identificar a maquinaria utilizada no processo de produção, o que de gera, dá pistas sobre a diversificação econômica do extremo Sul do Mato Grosso.



Ao longo dos séculos XIX e XX os portos ao longo do Rio Paraguai escoavam a produção, já diversificada, do estado do Mato Grosso, sobretudo o Sul. Exportava-se charque, quebracho, erva-mate, os mercados eram dos mais variados, do Prata, centros brasileiros e europeus. Notadamente era o elo da economia e da sociedade em formação, com as dinâmicas d'outras escalas.

FOTOS 23 e 24: O charque, o quebracho, a erva-mate e o Porto no Rio Paraguai Fins do século XIX e início do XX.

Em relação aos grupos que se assentavam no território apropriado, Sakamoto (1989) traz um quadro geral da sua organização inicial em meados dos séculos XIX/XX, a saber; *Burguesia internacional de capital monopolista*, representada pelos donos das charqueadas, sobretudo de origem *platina*; *Comerciantes de origem regional/local*, cuja acumulação foi proveniente da economia do ouro em Cuiabá e que se encarregavam do fornecimento de bens de subsistência (alimentos); *Comerciantes de origem internacional de monopólio do comércio regional*, atrelados ao mercado platino e europeu como intermediários de produtos como o açúcar, a erva-mate e o charque; por fim os *Coronéis de origem local/regional*, latifundiários atrelados ao poder do Estado e que se estabeleceram sobretudo à base da *bovinocultura*.

Relativamente à pecuária, neste mesmo período os “*Relatórios Provinciais*” relatavam a existência de um rebanho de cerca de 500 mil cabeças, destas, por volta de 12/13 mil em média eram comercializadas anualmente, sendo que deste montante apenas um terço era destinado aos invernistas mineiros e paulistas para engorda, o que mostra o vigor da indústria do charque mato-grossense.

Sobre a formação da identidade mato-grossense, SODRÉ (1941) publicou a obra "*Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*", tentando construir um sentido interpretativo à ocupação branca na região, tomando a pecuária como eixo e suas conseqüências em termos de desenvolvimento sócio-econômico e cultural. Buscando acompanhar passos dessa expansão bem como sua relação com o desenvolvimento de outras partes.

SODRÉ (1941:22) chamou de "*Civilização do Couro*" àquela formação que ocupava gradativamente as extensas pastagens naturais do oeste brasileiro, o que

segundo ele era um advento das práticas de criação originadas em três grandes regiões: Nordeste, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro , já os grupos humanos advinham de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraguai. Continuando, ele avalia a importância da inserção da região ao contexto mais amplo da economia nacional, a partir da pecuária, afirmando uma cultura dinâmica e específica, pelo seu caráter conservador.

Toda esta organização é evidenciada com a expansão das áreas de criação partidas do Pantanal (gado vindo de Cuiabá, oriundo do Nordeste brasileiro e de criadores cuiabanos, portugueses e paraguaios); do Planalto (tanto o gado quanto os criadores oriundos do triângulo mineiro, principalmente) e do Sul (gado e criadores vindos do Sul do Brasil), conforme detalhado no sub-ítem anterior.

Já para PROENÇA (1992:55) a introdução do gado e o surgimento de fazendas na grande área do Mato Grosso, deveu-se a quatro elementos significativos: o Desbravador-Pioneiro, o Vaqueiro, o Cavalo e o Boi. Prossegue ele, dando pistas sobre as prováveis origens de cada elemento, dando especial atenção à influência indígena, negra e paraguaia na formação do vaqueiro Sul-mato-grossense.

Gradativamente ocorria a organização espacial da produção e a delimitação dos grupos que passariam então a representar seus interesses a partir da estruturação política da província.

A presença do latifúndio naquela parte é caracterizada pela expansão das oligarquias locais e pelas estratégias políticas desenvolvidas frente à rivalidade com o norte (ecoando-se nos ideais separatistas – Foto 25).

Na foto abaixo o flagrante de uma milícia contratada por fazendeiros para caçar ladroes de gado pelo Sul em direção aos campos de vacaria. Outra característica dos grupos de milícia eram as agitações que promoviam a idéia de separação entre o Norte decadente e o Sul dinâmico. Eram os arautos da pequena propriedade mercantil em ascensão no estado.



FOTO 25: Separatistas representantes da nova classe em ascensão.

Delineavam-se duas vertentes, cujos interesses estavam arraigados à apropriação fundiária, os grupos do sul que defendiam uma maior autonomia para a região que marcadamente, após o ouro, dispunha de mais dinamismo econômico, e aqueles grupos representantes das elites nortistas, ligadas ao ciclo decadente do ouro e buscando na economia ervateira uma alternativa de superação da crise. É mister considerar que estes grupos por vezes se confundiam, dadas as alternativas restritas de expansão econômica.

Seguiram-se inúmeros confrontos por interesses diversos, ocasionando uma sequência de pactos que por ora este capítulo busca resgatar.

Estas evidências demonstram que as relações entre uma formação sócio-espacial específica e a dinâmica dos acontecimentos de ordem cíclica, gerados a partir do centro hegemônico mundial, sobretudo por causa do caráter assumido

pela estrutura produtiva Sul-mato-grossense, desde sua gênese até os dias atuais, de economia com forte ligação com os mercados internacionais.

A seguir serão resgatados os momentos de transição que sucederam a organização destes grupos e seus interesses, pontuados pelos episódios que foram historicamente responsáveis pela arrumação geral das forças produtivas no âmbito regional, culminando numa paradoxal presença de áreas com capitalismo avançado e áreas de produção e circulação arcaicas.

1.2.1 As vias de acumulação como peculiaridade da formação social sul-mato-grossense.

Se, a chegada da pecuária extensiva, ainda no século XVIII é uma consequência direta da disponibilidade de pastagens e do baixo custo da produção, servindo *a priori* como reserva de grandes extensões de terras e de *locus* à reprodução do rebanho, aquela organizada à luz da *Segunda Dualidade*, já na fase expansiva do *Terceiro Ciclo Longo*, prenunciava os aspectos de uma grande indústria pastoril³⁴.

Especificamente no Pantanal a introdução do gado foi consequência da substituição do ouro, como já dito, e da descida de criadores de Cuiabá, após a Guerra do Paraguai.

Diferentemente das limitações do mercado regional impostas à economia agrícola de subsistência, no período do ouro, a pecuária crescia independente do mercado, já que a estrutura fundiária possibilitava, os custos de produção e o

³⁴ LENHARO, A. Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. NIDHIR/UFMT. Ensaios nº1, 1982.

emprego de mão-de-obra eram mínimos e os fazendeiros não precisavam desfazer de todo o rebanho, acumulando assim grandes reservas. Desta forma, ao longo do século XVIII, na medida em que o mercado não absorvia toda a produção o estoque de gado nas fazendas aumentava substancialmente³⁵.

Com a expansão dos espaços criatórios de Uberaba/MG, é que se realiza o processo de ocupação visando prioritariamente a produção comercial de gado em Mato Grosso, introduzido via Sant'Ana do Parnaíba em direção ao Centro-Sul (Campo Grande, Campos de Vacaria, Rio Brilhante, Bela Vista e Maracaju).

A prática extensiva, no início propicia também a ocupação destes vastos campos, usados para a fase de recria e destinado ao Triângulo Mineiro, via caminho inverso.

Após a crise do ouro também há o aguçamento do interesse platino pela região sul, principalmente argentinos e uruguaios, que logo com a abertura do Rio Paraguai à livre navegação passaram a prospectar seus negócios pelo Mato Grosso.

Com a Guerra do Paraguai o rebanho comercial mato-grossense foi dizimado sendo posteriormente refeito com a introdução do gado *bravio* estocado no pantanal, que se reproduziu à solta e se tornou selvagem neste período.

³⁵ MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. Geosul nº1, ano 1, 1986. p. 39-58.

Com a derrota do Paraguai e o fim de seu poderio sobre as terras mais ao sul do Pantanal, vieram aqueles capitais platinos, apropriam-se de grandes áreas e fundam as primeiras charqueadas³⁶.

A organização espacial da produção pecuária intensifica seu processo de especialização, principalmente após a Guerra com o Paraguai, possibilitando a consolidação de duas portas de escoamento, assim justificadas conforme o relato do historiador CORRÊA FILHO (1994:290), quando se referia a importância de Corumbá, como porto de exportação de charque para o mercado platino e Paranaíba, como passagem da produção pecuária com destino a etapa de engorda nas invernadas mineiras e paulistas.

Quando a coletoria de Corumbá, único porto de exportação, assinalava tais cifras, já a outra via se abria para a saída de gado em pé, através de Sant'Ana do Parnaíba, com destino às invernadas mineiras. Desta maneira conseguiam os criadores, tanto do planalto, como até do pantanal, expedir periodicamente o excesso da produção dos seus rebanhos para distante mercado consumidor, e, a corrente, uma vez iniciada, tendia a intensificar-se, animando os esforços dos fazendeiros que podiam empenhar-se na pecuária, seguros do seu desenvolvimento lucrativo. Semelhantemente a indústria da carne, ensaiada em descavado, com o saladeiro, beneficiado pela isenção de impostos, concedida por lei provincial de 5 de julho de 1873, desenvolveu-se após a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil".
(CORRÊA FILHO, 1994. p.690).

As famílias refugiadas em Cuiabá retornam e empreendem novas configurações fundiárias, a partir do parcelamento de terras anteriormente apossadas, para então abrigar a nova gente³⁷.

³⁶ O que pode ser explicado com a chegada dos primeiros frigoríficos nestes países já no século XIX, além do potencial para expansão do mercado sul-mato-grossense, dados os custos de produção e o preço das terras mais baixos. (VALVERDE, 1986: 96. *Grifos meus*)

Passado o período de estagnação econômica os investimentos estrangeiros, sobretudo inserem definitivamente Mato Grosso na Divisão Internacional do Trabalho. Surgiram as usinas de açúcar, as charqueadas, as indústrias extrativas da borracha, da erva-mate e da ipecacuanha, utilizando, mesmo mão-de-obra escrava.

Com a proibição da entrada de charque estrangeiro no Brasil o governo incentivou a instalação destes estabelecimentos em território nacional, com destaque: Saladeiro Miranda de De Ambrósio, Legrand & Cia (Miranda) e o Saladeiro Tereré de Moali & Grosso Ledesma (Porto Murtinho). Além das indústrias de transformação de carne, estes capitais também são investidos na extração da borracha e da erva-mate. (MAMIGONIAN, 1986)

Em 1873 o Estado cria mecanismos de incentivo à pecuária, isentando de tributação as atividades do Saladero Descalvado e motivando o melhoramento do rebanho através da introdução de raças finas.

Entre 1900 e 1910 os Relatórios Provinciais relataram um volume de 25 mil cabeças exportadas de Mato Grosso, sendo que deste total, cerca de 15 mil saíram por terra em direção a Minas Gerais. Em 1913 as informações confirmavam a existência de 500 mil cabeças de gado, distribuídas por cerca de 200 fazendas, destinando um numero ainda maior para exportação, 45/50 mil cabeças, cujo principal destino eram as zonas de engora de Uberaba/MG, passando pela então recém inaugurada "Estrada do Piquiri". (LEITE, 2000)

³⁷ Numa destas frações, à posse de Joaquim Eugênio da Silva, o "Nheco", reestruturando a Fazenda Firme herdada do seu pai, Joaquim Gomes da Silva, deu origem ao distrito de Nhecolândia, hoje coração pastoril do Pantanal sul-mato-grossense.

Assim, a pecuária do estado se direcionava para Minas Gerais e São Paulo, e a pantaneira em especial, também para as charqueadas, sendo que muitas destas indústrias foram construídas por fazendeiros que, até os anos de 1920, se concentraram ao longo do Rio Paraguai.

É mister relatar que as fazendas exclusivamente pecuárias, tanto do pantanal quanto do planalto, seguiram *pari passu* a evolução das relações estabelecidas no bojo da *primeira dualidade*, estando assim, por este tempo, na transição entre uma economia *natural* para outra *comercial*, ainda de caráter feudal, dando pistas acerca da chegada do modo capitalista de produção sob o viés da economia de monopólio (primeiro do ouro, depois do charque), sensivelmente atrelada as políticas de Estado e fundamentada nos resquícios das relações de trabalho escravo, o que em geral, correspondia à via *Prussiana*, comum à realidade brasileira³⁸.

Pouco atrelada à Divisão Nacional do Trabalho, a pecuária pantaneira volta-se para o mercado internacional, via Rio Paraguai, recebendo os influxos das transformações que ocorriam no setor, dispondo-se por esse tempo de um estágio considerável de suas forças produtivas, destinando-se prioritariamente à produção do charque.

Necessariamente, ao longo desse processo, insurgem conflitos, ligados aos interesses oligárquicos locais, representados por grupos de renome como os

³⁸ A *Via* predominante pela qual se dá a chegada do capitalismo no Brasil segue o Modelo *Prussiano*, cujas características estão baseadas na forte atuação do poder político na criação de mecanismos graduais de controle sobre a produção e a comercialização, correspondendo sempre aos interesses das classes dominantes. É, pois, por esse caminho que as forças produtivas gradualmente absorvem as inovações de origem cêntrica, como se refere Trotsky, “avançando aos saltos”. Ver mais, consulte: TROTSKY, L.eon. A história da revolução russa. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

associados a Generoso Ponce, aos irmãos Manoel e Joaquim Murtinho, Antonio Maria Coelho, além de outras figuras marcantes ligadas ao poderio econômico, como Antonio Azeredo, João Nepomuceno, Thomaz Larangeira, Pedro Celestino, José Maria Metello e/ou militar como Frederico Sólon, José da Silva Rondon, dentre inúmeros outros³⁹.

Revezam no poder estadual as oligarquias⁴⁰ que gradativamente acumulariam o poder decisório no âmbito regional, atrelando seus interesses econômicos aos político-sociais. Como exemplo, Generoso Ponce, tendo como base de seu poder o comércio e a propriedade rural, juntamente com os Murtinho, (...) possuem imensas glebas de ervais e sua força vinha do poderio que tinham sobre a legião de semi-escravos que formavam seus exércitos particulares. (CARONE, 1970:71)

Os Murtinho por sua vez, também se garantiam graças à economia ervateira, dispendo de sucessivas permissões de arrendamento junto ao Estado. Durante muitas décadas endossou as discórdias políticas de Mato Grosso, dando inclusive bases ao ideais de divisão do estado já no início do século XX.

Já a exploradora Matte Larangeira, tornou-se uma força militar e um descomunal "curral eleitoral" que garantia votos àqueles que endossavam seus projetos de expansão. Conseguindo a autorização para a exploração exclusiva e

³⁹ Eram principalmente ex-combatentes da Guerra do Paraguai e alguns gaúchos egressos da Revolução de 1893. WEINGARTNER (1995:45)

⁴⁰ Destacam-se as oligarquias de Generoso Ponce, dos irmãos Murtinho, de Corrêa da Costa e dos Barros.

gradativamente instituindo seu poder político, Thomaz Larangeira empenhou-se na luta contra os Caiuás e Guaicurus e submetê-los a nova ordem⁴¹.

Nota-se aí o inserção de um novo elemento que iria marcar decisivamente a formação social daquele lugar, o processo de exploração dos ervais nativos.

Após inúmeros confrontos entre os separatistas insurgidos no extremo sul e as oligarquias nortistas, associadas ao monopólio de exploração dos ervais nativos, viu-se a consolidação dos irmãos Murtinho como classe política hegemônica. Levando a quebra do monopólio exercido por Thomaz Larangeira nos ervais com a aquisição da Empresa Matte Larangeira pelo Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade de Joaquim Murtinho e o início de um novo ciclo de exploração da erva mate, agora sob o monopólio da reestruturada Cia Matte Larangeira.

Na esteira dos acontecimentos que marcaram a Proclamação da República e a abolição da escravidão, inaugurava-se uma nova *dualidade* na composição dos pactos de poder no Brasil.

No Mato Grosso, seguia-se a estruturação dos grupos entorno da economia ervateira. Porém agora, acompanhada pela então florescida classe dos pecuaristas que estavam notadamente influenciados pelos ideais libertários dos herdeiros da revolução federalista do Rio Grande. Trata-se da pequena propriedade mercantil que dava sinais de fortalecimento, marcando definitivamente o curso das transformações sócio-espaciais no Sul de Mato-Grosso.

Conforme Mamigonian (1981:158),

⁴¹ Thomaz Larangeira foi auxiliado pelo Tratado de Paz e Amizade, assinado pelo Capitão General João de Melo Pereira e Cáceres, que contemplou os nativos com títulos militares de “Índios

O capitalismo chegava, pois, não mais indireta, mas agora diretamente, à fazenda, por onde, no advento da primeira dualidade havia chegado à economia nacional, isto é, pelo lado externo. E era o mesmo capitalismo mercantil, primeiro estágio do desenvolvimento do capitalismo.

Nos primeiros anos de 1900 os ervais assistiam a um retardamento dessa transição, porém as pressões se tornavam cada vez mais intensas com a chegada de mais gaúchos, florescendo ainda mais as insatisfações contra a exploração dos ervais e a concentração fundiária, levando a extinção do monopólio no ano de 1915. (ALVES, 1984:52)

Outro fator que revoltava os gaúchos no extremo sul, frente ao monopólio estabelecido era o uso de mão-de-obra estrangeira para os cargos administrativos, ocupados por paraguaios, argentinos e uruguaios, preteridos os brasileiros. A escrituração, linguagem e moeda correntes eram Castelhana, Guarani e Peso paraguaio e argentino, respectivamente. Numa evidente constatação da influência platina na organização daquela formação social⁴².

Também como agência financiadora agia a Matte Larangeira junto ao estado e à classe política, o que lhe garantia mais trânsito diante das questões públicas estando a empresa inclusive próxima do centro político, Cuiabá, onde mantinha uma sede administrativa.

Alheia às insatisfações contra as concessões, crescia o poder da Matte Larangeira, sucedendo vários conflitos entre os migrantes sulistas e as forças do governo aliadas às da Companhia de Monopólio.

Cavaleiros”, além de insígneas de Caciques-Capitães do Exército brasileiro, afim de acalmá-los.

⁴² Instituto Euvaldo Lodi. (Série Coletâneas) Campo Grande/MS, 1986.

A força dos insatisfeitos crescia sobremaneira, a ponto de unir dois dos maiores opositores pertencentes à oligarquia mato-grossense, Generoso Ponce e Murtinho, que se juntam à caça dos revoltosos gaúchos, tidos legalmente como criminosos.

De um lado a República Velha, o governo estadual (oligarquia) e a Cia Matte Larangeira, reuniam em si o poder econômico e as determinações políticas, de outro, a ascensão de uma nova classe, a dos pequenos produtores, mais dinâmica e substitutiva da economia mineradora decadente, se estruturava graças à expansão da pecuária, da apropriação das terras e da formação das vilas e cidades que empreendiam um caráter modernizante àquela classe, principalmente em direção ao planalto, motivada ainda pela chegada dos trilhos da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.).

Eram os influxos da *Segunda Dualidade*, marcada pela fase “b” do *segundo Kondratieff*, ou seja, de uma inversão da economia brasileira à produção interna, como nova fase de substituição de importações.

A gauchada passou a estremecer as bases do poder estabelecido⁴³, dada sua postura "revolucionária-libertária", herdada da Revolução Federalista do século XIX, fato confirmado pelo seguido relato do então ministro Manoel Murtinho em carta ao Coronel Generoso Ponce, presidente do estado, quando ele diz,

Aludo à imigração rio-grandense que dia-a-dia vem se avolumando e se espalhando pelo sul do Estado onde os adventícios tratam logo de ocupar terreno devoluto pela facilidade que encontram, o que faz prever que dentro de mais alguns anos, essa colônia dominará pelo número e extensão, toda aquela região, constituída por assim dizer um Estado no Estado. E como governo estadual, atenta a grande distância da sua sede

⁴³ CAMPESTRINI, Hidelbrando et alli. História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995.

para ali e a dificuldade de comunicação, não terá meio para fazer sentir sua ação, a consequência será a possibilidade frequente de sedição ou ao menos de resistência, ou desacato ao poder constituído.⁴⁴

Tratava-se de um momento crucial na transição do poder regional, a partir da ascensão da classe dos pequenos pecuaristas comerciantes à condição de hegemônica, enfraquecendo a oligarquia fundada com bases no monopólio de exploração dos ervais, cujo representante central era a Cia Matte Larangeira.

Data-se de 1915 (fim do monopólio da Cia Matte Larangeira) o ápice das inversões que efetivaram, mesmo que tardiamente, os influxos da *primeira dualidade* brasileira na organização política no âmbito da macro-formação regional do extremo Sul de Mato Grosso. O que, de certo, garantiu outro ritmo às transformações que se processariam no interior da formação social.

No início do século XX, com a chegada da Ferrovia Bauru-Corumbá, ocorre um reordenamento da produção pecuária, que atrai para as margens dos trilhos aqueles pecuaristas especializados na engorda, deixando-os mais próximos dos pontos de abate e contribuindo para a especialização regional da produção.

Na segunda década do século XX chegam os frigoríficos no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais⁴⁵, possibilitando ainda mais a valorização destas áreas de criação e engorda. Isso ocorreu graças ao incremento do mercado mundial de carnes, além é claro do potencial de

⁴⁴ Instituto Euvaldo Lodi. IEL. Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. (Série Histórica, Coletânea). Campo Grande, 1986.

⁴⁵ Entre 1919 e 1929 foram instalados 12 grandes frigoríficos, sendo que 6 eram de capitais nacionais (Cia. Frigorífica e Pastoril de Barretos, Cia. Frigorífica de Pelotas, Cia. Frigorífica de Santos, Cia. Pecuária e Frigorífica do Brasil – Barbacena, Frigorífico Matarazzo – Paraná e Frigorífico Bianco – Cruzeiro/SP.), 4 capitais americanos (Wilson Co., Armour do Brasil em Livramento/RS, Swift do Brasil e Armour do Brasil em São Paulo) e 2 ingleses (Anglo e Mendes). (ESPÍNDOLA, 2002:36)

exploração da produção brasileira, efetivamente estabelecida. (ESPÍNDOLA, 2002:35)

Com a crise das atividades comerciais ligadas à comunicação fluvial do Rio Paraguai e a concomitante reorientação do dinamismo econômico para Campo Grande, pós RFFSA, o sul de Mato Grosso retifica sua vocação para a pecuária, projetando a economia regional no contexto nacional como grande produtor de gado magro, com vistas à produção de charque e subprodutos, tendo como base a grande propriedade.

Ainda no lado Sul, com o fim da concessão, na tentativa de abafar o crescente movimento contra as velhas oligarquias, o governo entrega às companhias particulares a tarefa de colonização. Dentre aquelas que chegam em Mato Grosso, compram grandes extensões de terras e se justificam pelos projetos de uma pseudo- colonização, estão: SOMECO, Viação São Paulo - Mato Grosso e Moura Andrade.

Nota-se que tal estratégia intensificou a formação de novos latifúndios, uma vez que, os projetos de colonização em sua maior parte não foram levados a diante, sendo que as terras adquiridas passaram para as mãos de fazendeiros paulistas e paranaenses. (FABRINI, 1996: 50)

Assim, esses projetos não cumpriram com sua função social e não abriram menor brecha à pequena propriedade em Mato Grosso, servindo apenas para camuflar a necessidade de redistribuição da propriedade privada da terra no país e no estado, conforme explica OLIVEIRA (1989:19),

Historicamente, a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar simultaneamente, a

necessidade de reforma estrutural no campo e, ao mesmo tempo, supri-se de força de trabalho para seus projetos de fronteira.

Até a chegada da segunda Guerra Mundial as políticas do Estado Novo de Vargas buscaram executar um projeto de colonização estatal intenso, sobretudo nas adjacências dos ervais, tendo fundado a Colônia Agrícola de Dourados, sem sucesso. Conseqüentemente, segundo ALMEIDA (2003:114),

(...) esse processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso, que privilegiou a grande propriedade e a atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dominou e dirigiu o Mato Grosso do Sul desde muito antes e inclusive após a sua fundação, em 1977. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo militar do Presidente Geisel, foi um projeto político da classe proprietária de terras.

Confirma-se o retardamento na chegada da *Segunda Dualidade* na macro-formação do extremo sul, por ocasião da manutenção do monopólio da terra viabilizado pelas oligarquias regionais, que representavam o interesse da classe hegemônica (como sócia-maior) durante a *Primeira Dualidade*. (RANGEL, 1981)

Essa classe dos pequenos proprietários entra neste processo como indutora dos conflitos fundiários, dada a possibilidade de apropriação do território dos ervais. É através da ação destes que ocorre a ocupação das áreas de arrendamento pela pequena propriedade, uma vez que a inexistência de centros urbanos que absorvessem o contingente formado fazia com que restassem-lhes apenas a alternativa do trabalho rural.

Porém, enquanto uns se tornam proprietários, outros, são (...) utilizados como peões ou arrendatários no amansamento da terra, e depois dispensados à

época da formação das pastagens, aparecendo como embrião das relações assalariadas que vingariam mais acentuadamente nos fins da *Segunda Dualidade*. (ALMEIDA, 2003:114)

Tornaria-se este o *locus* da insurreição (mais contemporânea) de outras categorias expropriadas pelo modelo de ocupação adotado, falamos dos índios e paraguaios.

Concomitante, a expansão do comércio, primeiro entre os gaúchos e depois aquele mais ao norte, à cavado da ferrovia e das áreas de engorda de gado de corte, intensificavam-se as relações assalariadas, ainda mais que o tecido social se modificava enquanto classe dominante mas, mantinha intacta a base fundiária, numa engembração peculiar da formação Sul-mato-grossese na transição entre suas *dualidades*.

Poder-se-ia dizer que o fortalecimento econômico da nova classe hegemônica, aliado ao isolamento físico em relação ao centro-norte do antigo estado, levou-a a postular a criação de um estado para si. Por isso mesmo quando conquistou espaço significativo naquele governo que, aliás não considerava seu, ela não se viu realizada.

Sua completa realização como classe só ocorreu com a concretização de um sonho, um objetivo histórico do qual ela mais se orgulha, a criação de Mato Grosso do Sul.

1.2.2 Capital comercial e capitalismo no âmbito da organização das forças produtivas.

Importante destacar, mais uma vez, a importância gradativa das inversões de ordem cíclica que *pari passu* trabalhavam a formação econômica e social do Mato Grosso, em vias de (re) estruturação.

Como exemplo, o canal aberto em 1880 para a importação das primeiras máquinas à vapor da Inglaterra, durante a Revolução Industrial, que serviram para revigorar a produção de açúcar, após o declínio da economia aurífera de Cuiabá, dando assim bases para a introdução das relações capitalistas em um modo de produção específico, evidenciando a capacidade criativa dos grupos que ali se estabeleciam e que instituíam uma dinamicidade cuja escala temporal superou gerações e alcançou os dias atuais, aludindo à concepção de Santos, de que,

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. (SANTOS, 1997 p. 22)

Confirmada a vocação para a pecuária e estabelecidas as bases do poder regional em torno deste contexto, seguiu-se a intensificação do comércio regional.

As casas comerciais foram, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os mais notórios exemplos de concentração do capital em Mato Grosso, correspondendo a estruturas extremamente complexas, jamais conhecidas em qualquer outra época anterior.

Exerciam o monopólio do comércio de importação, controlavam boa parte do comércio de exportação, além da navegação. Dispunham de “Secções Bancárias”

que, além de empreender operações próprias, funcionava como intermediários dos bancos nacionais e estrangeiros, representavam companhias seguradoras, incorporavam indústrias e se apropriavam de terras para exploração da pecuária, da agricultura e da extração de vegetais e minerais. Se concentrando principalmente em Corumbá.

Por outro lado, os investimentos de capital se faziam pelas empresas de produção e transporte com sede no estrangeiro, levando a um processo de concentração fundiária, concentração da produção e transferência de lucros, corroborando para que ocorresse o gradativo declínio das “casas comerciais”, de capital nacional. (ALVES, 1984:37)

A fundação das primeiras charqueadas, nos fins do século XIX e início do XX, intensificou ainda mais o contato de Mato Grosso com o exterior, via exportação da carne salgada.

No extremo sul as relações comerciais tinham forte ligação com mercados das metrópoles nacionais - Rio de Janeiro e São Paulo. A zona platina, a jusante do Rio Paraguai, era o mercado da erva-mate, enquanto que o gado era destinado também às Zonas de Mineração ao Norte de Mato Grosso, adjacências de Cuiabá.

Cristalizavam duas grandes portas de saída do rebanho comercial: Paranaíba e Corumbá. Por este tempo o gado mato-grossense era tido como inferior, sendo por isso destinado na sua maior parte para a indústria do charque, o que garantia o mercado de carne fresca dos grandes centros à produção de Goiás, Minas e São Paulo (saída Paranaíba) e Europa (saída Corumbá).

Os gaúchos dessa micro-região, desenvolviam um comércio voltado à circulação das mercadorias no âmbito interno, o que de sobra garantia a união dos

grupos de migrantes recém-estabelecidos e que, gradativamente demonstrava a capacidade coletiva de organização social e seus reflexos positivos na estruturação produtiva, permitindo a acumulação de capitais – *Via Democrática* - que posteriormente se expandiu a pequena produção mercantil em direção ao planalto.

A Divisão Regional do Trabalho evidenciava para o sul, a utilização de terras aos moldes modernos do capitalismo avançado, enquanto que o pantanal assistia gradativamente à decadência dos fluxos por ocasião das inversões das ondas cíclicas da economia mundial, na eminência da chegada da revolução nos transportes e conseqüente mudança da matriz Sul-mato-grossense, seguido da crise das casas comerciais.

O movimento de reprodução espacial do capital, nesta parte do Oeste, e as relações de produção, conferiram um caráter reconhecidamente dinâmico.

No campo, a hegemonia econômica passou a ser disputada entre grandes pecuaristas atrasados, *versus* grandes e modernos empresários agrários. Na cidade, floresciam as relações do comércio local.

Tendo que, o capital comercial não cria, diretamente valor nem tampouco a mais-valia, sua função reside na intermediação entre as diversas divisões do trabalho. Amplia o mercado e capacita ao capital trabalhar em escala ampliada, como efeito alimenta a produtividade e a sua acumulação como capital industrial, uma vez que,

À medida em que trabalha com o tempo (\$) da circulação de mercadorias no espaço, o capital concentra um duplo papel histórico: antecipar-se à empresa industrial e colocar-se como condição *sine qua non* para o desenvolvimento capitalista. (MARX, 1985:249)

Tinha-se a base necessária para a expansão do modo de produção capitalista no Mato Grosso, sendo que, na fase que antecedeu sua chegada definitiva, a estrutura produtiva regional dava sinais de dinamicidade, conforme o ilustrado na Figura 8.

No processo de estruturação produtiva nacional em vias de constituição, Mato Grosso do Sul foi gradativamente assumindo o papel de fornecedor de produtos primários, tendo na pecuária sua prática de excelência. É mister enfatizar o notável estágio de desenvolvimento das forças produtivas ao qual algumas áreas passaram a dispor, porém diferente da pecuária, apenas apresentaram uma efêmera especialização no espaço em que atuaram.

Para CORRÊA (1997), pode-se afirmar que,

(...) a pecuária do sul de Mato Grosso desenvolveu-se como um viés da expansão capitalista, em função dessa especificidade regional e do baixo nível técnico de sua produção, enquanto setor de cria e venda de boi magro para invernadas de outras regiões, igualmente periféricas, fazendo a pecuária, de uma atividade complementar no século XVIII, à função de grande propiciadora de riquezas desde o final do século XIX, definindo seus objetivos comerciais sob o viés da empresa pastoril desde a segunda metade do mesmo século.

(...) Como então, na teoria e na prática levar em conta os ingredientes sociais e “naturais” que compõem o espaço para descrevê-lo, defini-lo, interpretá-lo e, afinal, encontrar o espacial ? (SANTOS, 1997:1)

Obviamente, esse processo de acumulação desigual percebido serve como ferramenta para a compreensão do atual estágio das forças produtivas, sem desmerecer a atuação de outros elementos que, como fatores da evolução social - objetos naturais e artificiais – marcaram essa formação, conforme suas relações que encontram sua interpretação na análise do social, que também é a sua essência.

Pode-se visualizar esse mosaico, que traz o estágio geral das forças produtivas e a atuação dos objetos no contexto da arrumação do espaço sul-mato-grossense, a partir da Figura 9.

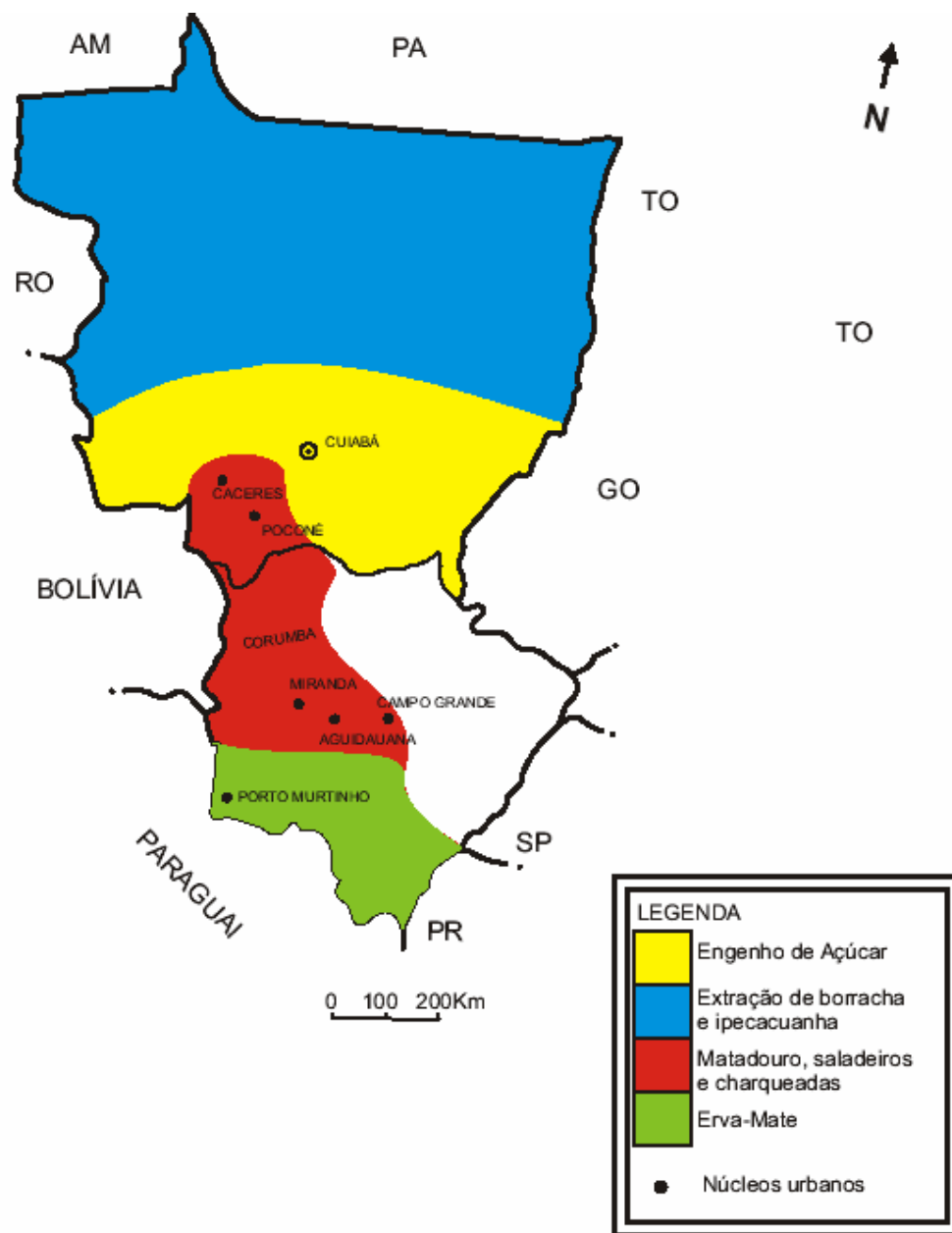
O que denota a existência de interesses distintos, correspondentes a estágios de desenvolvimento, também diferentes, das forças produtivas daquela formação social, a saber:

- Ao lado da Serra de Maracaju, no planalto Central sustentam um dinamismo capitalista.
- Ao lado da Baixada Paraguaia mantém um moroso movimento.

Essa configuração inicial demonstra como se deu a reação das duas macro-formações sócio-espaciais no Sul de Mato Grosso, refletindo o caráter desigual e combinado assumido pelo modo de produção capitalista.

FIGURA 8: Atividades da economia de monopólio que antecederam a chegada do Modo de Produção Capitalista no MT – Empreendimentos até o século XIX

Fonte: SAKAMOTO,1989. (Adaptado pelo autor)





No Pantanal ainda prevalecem as comitivas no tanger do gado em busca das pastagens

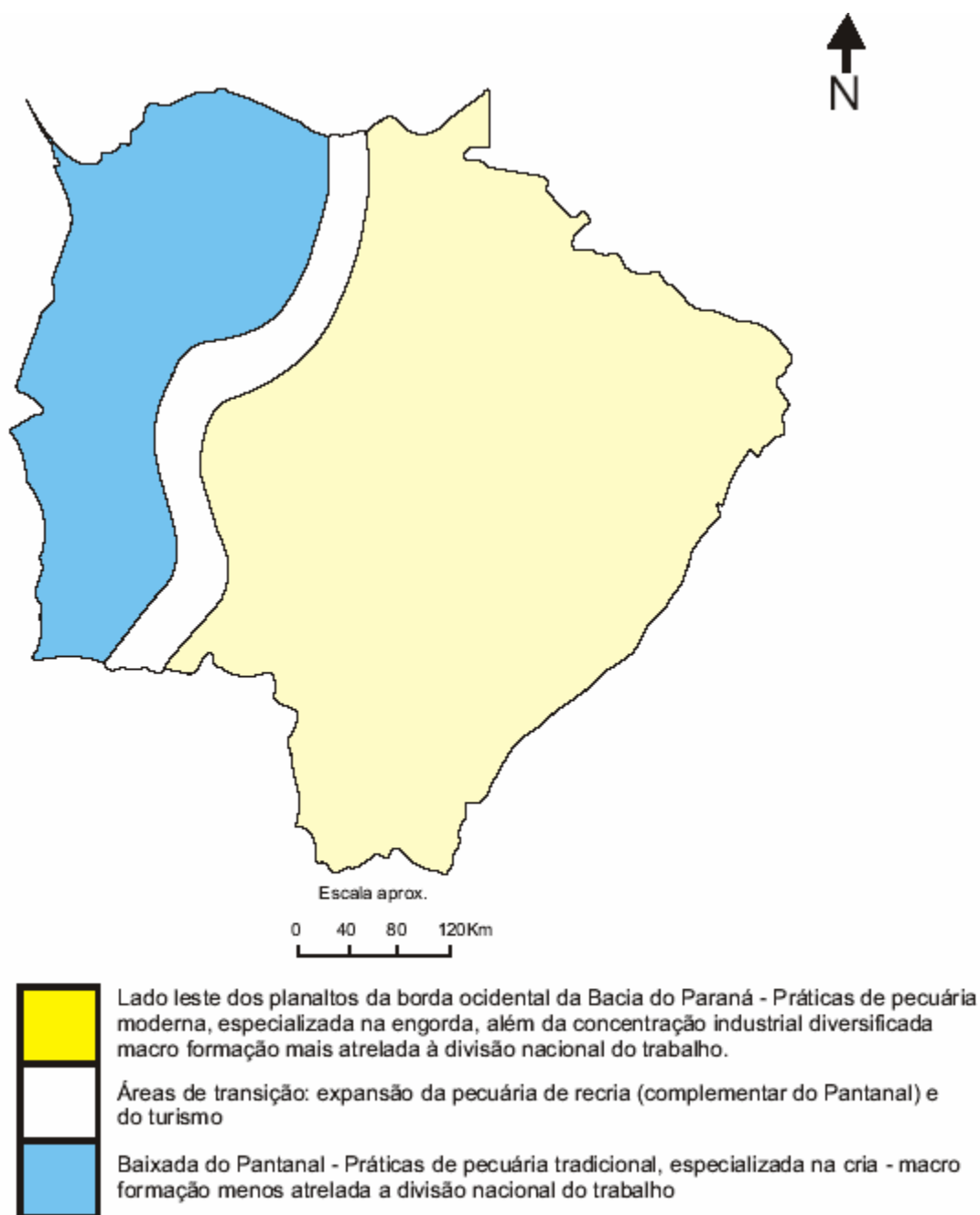


No mesmo pantanal, a imponência dos caminhões-galola empurram a modernidade para dentro daquela formação peculiar.

FOTOS 26 e 27: Tradição versus modernidade, contrastes entre as forças produtivas da pecuária Sul-mato-grossense.

FIGURA 9: Estágio geral das forças produtivas – a Formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Do autor.



CAPÍTULO 2: NOVAS CONFIGURAÇÕES COMO REFLEXOS DAS ARTICULAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS E O PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO.

Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido num ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (SANTOS, 1997:2)

A implementação de novos objetos geográficos aqui, é considerada no contexto da intensificação das relações da divisão do trabalho, que intensificam também, a cada tempo, a funcionalidade consequente da especialização do território enquanto espaço de produção.

Assim, respeitada a importância dos critérios do IBGE, para a definição de Região, Mesorregiões e Microrregiões ⁴⁶, mas considerando a amplitude do termo como referência à estruturação do espaço, sem necessariamente uma uniformidade espacial, mas principalmente como *locus* das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado.

Diante do exposto, no estudo sobre os fluxos e as trocas que estruturam este espaço, ao qual chamamos de região funcional, há naturalmente uma

⁴⁶ IBGE. A partir da Resolução da Presidência da República n. 51, de 31 de julho de 1989, foi aprovada a Divisão do Brasil em Mesorregiões Geográficas, utilizando critérios como "o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial" e Microrregiões Geográficas, considerados os indicadores da: "estrutura da produção e a interação espacial". Substituindo a classificação de Microrregiões Homogêneas em voga desde 1969. 1989:2.

valorização da vida econômica como fundamento destas trocas e destes fluxos, sejam eles de mercadorias, de serviços, mão-de-obra, etc.⁴⁷

Especificamente, o sul de Mato Grosso como *locus* de uma organização regional, fundamentada na produção primária de alimentos, passa a receber os influxos dos acontecimentos de ordem cíclica, elegendo algumas *determinantes* para o processo que por ora intitulamos, *NOVAS CONFIGURAÇÕES COMO REFLEXOS DAS ARTICULAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS E O PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO*.

Ressalta-se neste caso, como determinantes, aqueles eventos que implementaram, mais recentemente⁴⁸, novas transformações àquela formação, colaborando para que aquele espaço intensificasse a modelação de suas especificidades (destaque para os seus principais reflexos na atividade pecuária).

Em síntese elas se caracterizam em, a *determinante* relacionada com a construção da Rede Ferroviária, ligando Três Lagoas - Campo Grande - Corumbá aos grandes centros brasileiros do Sudeste (também nas primeiras décadas do século XX) concomitante com a expansão do mercado de carne resfriada ao longo das duas Grandes Guerras, a *determinante* influenciada pela “marcha” do Governo Vargas em direção aos campos

⁴⁷ GOMES, Paulo C. da C. O conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO. Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

⁴⁸ Considerando toda a história da formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul podemos somar a estas três determinantes, outras três, como aquela associada com o Ciclo do ouro que significou a gênese da ocupação não-índia das terras no Sul de Mato Grosso, outra associada com a expansão das práticas produtivas pós-Guerra do Paraguai (fins do século XIX e início do XX) e, na sequência

cerrados do Oeste brasileiro e a posterior expansão da “fronteira agrícola”, inaugurando um novo contexto na produção agropecuária de cunho produtivista e no fluxo migratório, e como última, a *determinante* encaminhada sob a influência da divisão do estado e a criação do Mato Grosso do Sul (1977-79) na esteira das conjunturas político-econômicas das décadas de 80 e 90, marcadas pela intensificação do comércio internacional.

Com efeito, apoia-se na consideração de que,

O Brasil é uma economia extremamente sensível aos acontecimentos internacionais, inclusive os econômicos, particularmente os que se manifestam por impulsos partidos do centro dinâmico, em torno do qual gravita, juntamente com todo o mundo capitalista, sem excluir a vasta periferia subdesenvolvida. Ora, o centro dinâmico engendra movimentos periódicos ou cíclicos que, do nosso ponto de vista, assumem a forma de fluxos e refluxos, que de perto os interessam, porque condicionam e regulam a amplitude e as condições do nosso comércio exterior. (...) Tratam-se dos ciclos longos de Kondratieff, manifestados sobretudo pelo quantum do comércio exterior e pelos preços relativos da Balança Comercial, atraindo (fase "a") ou repelindo (fase "b") as economias periféricas (inclusive o Brasil) à participação na divisão internacional do trabalho, o que, no caso da segunda hipótese condiciona estas mesmas economias a buscarem alternativas de alto-suficiência.” (MAMIGONIAN, 1981. *Grifos meus*)

Somado a isso a não passividade destas formações espaciais, como unidade contraditória entre os ingredientes sociais e “naturais”, encaminhando-nos à visão e à essência de um tratamento holístico do processo em questão. (VIEIRA, 1992)

O que efetivamente modelou a face da sociedade sul-mato-grossense, extensivo às suas estruturas políticas e econômicas. em quadros que relatam as

histórica, àquela instituída com a quebra do Monopólio da Cia. Matte Larangeira (1915), todas já discutidas anteriormente.

transformações espaciais cada vez mais intensas. Uma vez que, com o passar do tempo ocorre a complexificação dos processos, seguindo a modernização dos sistemas, enquanto técnicas e tecnologias, em cada período da evolução histórica.

A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esse objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem: de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através de *formas*. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos *incluem* o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico. (SANTOS, 1997:2)

Soma-se à assertiva, a condição dinâmica pela qual o meio “natural” se comporta, independente da vontade dos homens, pois,

(...) se existem, por interferência humana, a chuva ácida ou os buracos da camada de ozônio, as massas de ar continuam deslocando-se, os vulcões não precisam pedir autorização dos governos da Nova Zelândia ou da Colômbia e nem os terremotos aos poderosos governos dos EUA ou do Japão, etc. afinal, está na hora de se perceber, com humildade, que existem leis naturais e leis sociais, independentemente da vontade dos indivíduos. (MAMIGONIAN, 1996)

Numa alusão às trocas realizadas entre os processos sociais e naturais, na constituição de um *Sistema* com raízes *humboldtianas* (MONTEIRO, 1995:78), que podem ainda ser corroborados pela asseveração de que,

A concepção das condições naturais de vida sofre, de qualquer modo, uma profunda revisão. A natureza constitui um ordenamento-limite além do qual qualquer forma de produção poderia ser desvantajosa, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social. Porém a natureza não é constituída apenas pelo ambiente, a estrutura paisagística ou a visão bucólica da existência. Ela é a *couche vitale* também, o sistema de equilíbrio mental que se instaura entre a adaptação ao meio cultural e a modificação do próprio. A natureza é invocada como critério de decisão, como linha de demarcação entre essas duas áreas de fronteira, que interagem vantajosamente para o homem, na medida em que não prejudicam sua capacidade de decisão. A ausência de qualquer ponto de referência em relação a um equilíbrio não artificial, tal como é a natureza, tornaria possível qualquer tipo de arbítrio: o arbítrio prevê uma impossibilidade de conciliação entre uma visão das coisas e outra, num ordenamento artificial (o industrial), fadado a renovar-se rapidamente e a determinar as condições econômicas e sociais mais idôneas para essa rápida mudança. (CAMPA, 1985 *apud* MONTEIRO, 1995:74)

Sobretudo porque com a chegada destes novos objetos artificiais no Mato Grosso (grande vazio demográfico) ocorre a intensificação das relações sociais, o que, nos condiciona à advertência de Bertrand (1978), na obrigação de não reduzir a análise a nenhum determinismo social (e mesmo “natural”) ou às visões demasiadas sintéticas dos regionalismos, haja vista que,

(...) o impacto antrópico que deverá, entretanto, mais e mais frequentemente, ser um dos motores essenciais da evolução dos geossistemas. A metodologia geral deverá, certamente, ser repensada em função dessa antropização generalizada dos geossistemas terrestres. Esta não se manterá a menos que se situe sempre no quadro de uma análise naturalista do espaço geográfico, sua relação direta com o estudo sócio-econômico. (BERTRAND,1978 *apud* MONTEIRO, 1995:79)

Busca-se, com simplicidade e sinceridade, chegar mais próximo daquilo que Monteiro (1995:94) chama de análise integrada do ambiente, respeitadas as nossas limitações acerca dessa perspectiva simples porém intensa.

Dada a apropriação e a divisão do espaço entre os grupos de interesses, a conformação física da produção e os estágios das forças produtivas sob a influência dos pactos estabelecidos, segue a dinâmica de arrumação a partir da incorporação de outros fatores que empreendem novos e diferenciados ritmos à expansão capitalista.

Ocorrera nesse contexto o acúmulo dos acontecimentos políticos emanados da *primeira dualidade* brasileira, tendo também, na reestruturação do *Pólo Interno* e na ascensão do capitalismo mercantil à condição de *sócio maior*, a grande mudança estrutural em curso, o que, de geral, correspondia às inversões do *Terceiro Ciclo Longo*.

No âmbito nacional notou-se um arranjo entre o capital mercantil e o capitalismo Industrial (*pólo externo*), servindo esse último de mercado para os nossos produtos antes destinados à exportação e fonte daqueles das vias de importação.

Como assinala RANGEL (1981),

(...) No pólo externo, o capitalismo mercantil estava presente, no *lado interno*; no pólo interno, no *lado externo*. Apenas, no primeiro caso, o capitalismo mercantil unia-se dialeticamente ao capitalismo industrial do centro dinâmico e introduzia na economia nacional produtos oriundos de uma economia capitalista, isto é, mercadorias, desde sua origem, ao passo que, no segundo, servia para *converter em mercadorias* produtos oriundos de uma *economia natural*, representando, em grande parte, *sobreproduto* retirado, como *tributo feudal*, aos produtos diretos. Nada mais equivocado do que definir o regime sob o qual tais bens eram

produzidos como *salariatos*. Este, mesmo no quadro urbano, era excepcional e por muito tempo seria um *falso salariato*.

Deu-se grande impulso à formação dos centros urbanos como *locus* das relações de produção emergentes, somado a isso a atuação do Estado brasileiro como representante dos interesses da burguesia industrial, inclusive sua própria constituição como classe de poder.

E mesmo,

Havendo a Segunda dualidade nascido nas condições da fase recessiva do ciclo longo (...) tinha, como a primeira, que fazer prova de capacidade de promover uma forma qualquer de substituição de importações. (...) caberia ao capital mercantil promovê-lo, basicamente incentivando a diversificação da produção interna, por processos artesanais e manufatureiros (sobretudo de transformação e indústria civil). (...) uma vez que os empreendimentos industriais ainda não eram eficazes como meios de substituir as importações.

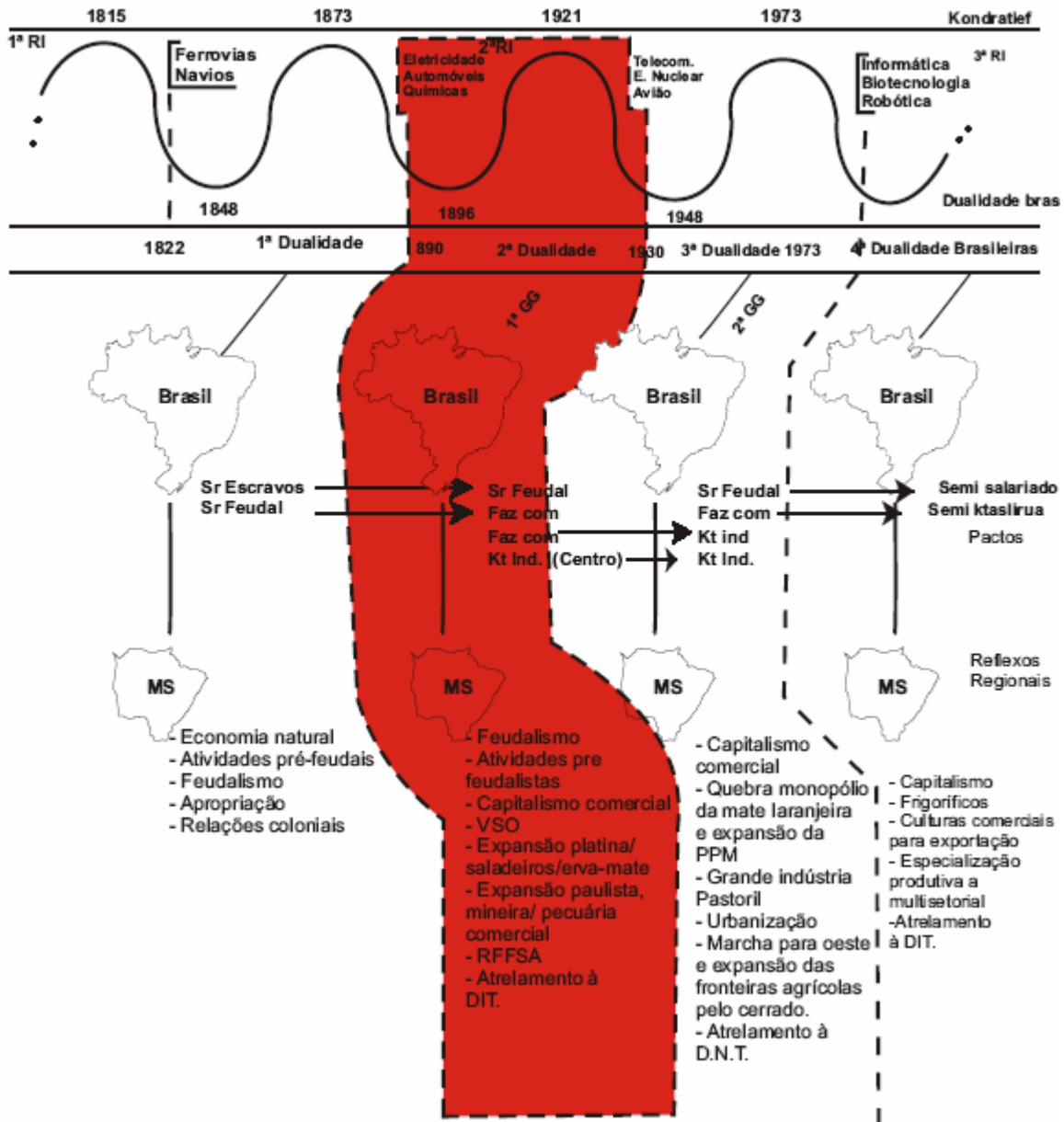
Em primeiro lugar expandia-se o mercado, porque tínhamos uma produção de mercadorias e não uma produção natural ou de autoconsumo. (RANGEL, 1981)

Isso fez com que se alterasse a constituição do nosso *Pólo Externo*, atraindo o capitalismo industrial (*lado externo*) para o interior das nossas relações de produção (*lado interno*), substituindo o capitalismo mercantil e instituindo os arautos da *Terceira dualidade*.

Tem-se pois, em termos gerais, na perspectiva deste conjunto de acontecimentos, um quadro de organização do espaço sul-mato-grossense, sintetizado pela Figura 10.

FIGURA 10: Interfaces em Mato Grosso – Relações sistêmicas na composição do espaço – século XX.

Fonte: (BENITES, 2000 *Adaptado pelo autor*)



2.1 A CHEGADA DA RFFSA E O REDIRECIONAMENTO DOS FLUXOS.

Desde os fins do século XIX falava-se em construir uma via férrea ligando o oeste brasileiro à fachada atlântica, entre o Mato Grosso e o Rio de Janeiro mais especificamente⁴⁹. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903 o Brasil responsabiliza-se pela a ligação da Bolívia ao Atlântico, em troca do Acre, além de acessar por conseqüência, os mercados paraguaio e boliviano sem precisar transpor o território argentino. (CUNHA, 1913:189)

Em 1903 é autorizada, por decreto governamental, a construção de uma estrada de ferro ligando Bauru à Cuiabá, porém após análises técnicas mais detalhadas, conclui-se que fatores de ordem físico-naturais, econômica e política tornam mais viável o trajeto Bauru - Corumbá⁵⁰.

Diferente das ferrovias européias que ligavam os grandes centros fabris às regiões agrícolas, a RFFSA influenciou no aparecimento e no crescimento das cidades, servindo aos propósitos da industrialização brasileira e instituindo uma veia alimentadora de bens acabados por aquelas áreas⁵¹.

Esta ferrovia (...) abre à civilização e à colonização novas extensões de território e liga essas terras interiores ao porto de Santos. Nessa política de penetração econômica de que a Noroeste é instrumento, o que se realiza parece um milagre da terra, pela força com que se expandem e se povoam as pastagens, invernadas e currais e pela rapidez com que se transformam estações e pequenas zonas agrárias em grandes centros urbanos. (AZEVEDO, 1950)

⁴⁹ AZEVEDO, F. Um trem corre para Oeste. Martins. São Paulo, 1950: 88.

⁵⁰ Em 1907 ocorre a mudança, aproveitando os vales dos rios, a pouca variação altimétrica (de 400 a 660m) e a vegetação esparsa do cerrado. Mesmo as dificuldades do trecho alagado no Pantanal compensariam a escolha, se comparadas aos obstáculos do trecho para Cuiabá. Idem. p. 109.

⁵¹ W. Dean. A industrialização durante a República Velha. In: Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889 -1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, v. I, tomo III, 1989, p.255.

A pecuária mato-grossense ganhava espaço e construía sua hegemonia econômica, estando umbilicalmente associada à formação pioneira das bases políticas do sul de Mato Grosso, representada pela classe dos fazendeiros-comerciantes, especificidade localmente conhecida como “classe dos coronéis”. (CORRÊA, 1982)

A partir de 1907, constituída a base de produção de gado magro no Sul de Mato Grosso, o mercado paulista passa a absorver esta produção, num primeiro momento voltando-a para as invernadas mais próximas dos grandes centros, onde também passaram a se instalar os primeiros frigoríficos do Brasil.

Depois, com a chegada da RFFSA o gado passou a ser escoado já abatido pela via férrea, onde também passaram a se concentrar as novas áreas de invernada.

Essa interferência da RFFSA na comunicação entre o sul de Mato Grosso e os grandes centros brasileiros influencia na dinamização econômica desta região, confirmando sua condição de principal arrecadadora do estado, além de contribuir para uma reorganização fundiária às margens dos trilhos, eliminando alguns latifúndios⁵² e possibilitando o aparecimento de outros, principalmente nas

⁵² Segundo o decreto de 1903 (alterado em 1907), publicado pelo governo Rodrigues Alves, a Noroeste do Brasil tinha amplos poderes para despropriar terrenos e fazer benfeitorias necessárias à construção da estrada de ferro, além da garantia de isenções de impostos estaduais e municipais, durante o período de arrendamento de 60 anos, estando a companhia obrigada a fundar núcleos urbanos ao longo do trecho, além é claro da construção do trajeto e da prestação de serviços de transporte.

proximidades exportadoras⁵³ de gado, uma vez que criadores passaram a buscar as áreas próximas à ferrovia para a prática da pecuária de engorda.

Essa inovação nos transportes contribuiu para a crise das charqueadas, conforme explica Corrêa (1995:118),

(...) as atividades dos saladeiros mato-grossenses entraram em decadência principalmente pelos baixos preços alcançados pelos seus produtos (muitos deles reduziram paulatinamente sua produção, outros foram simplesmente desativados), decrescendo desse modo sua importância na economia regional, ao mesmo tempo em que se iniciou a penetração de compradores paulistas do gado pantaneiro. Este comércio, favorecido com a estrada de ferro foi afetado em curto espaço de tempo pelas repercussões da crise do café, apresentou-se de certa forma vantajosa pelos baixos preços do boi em Mato Grosso e pela conveniência do transporte ferroviário que evitava as longas caminhadas até as invernadas paulistas. Esses compradores foram também responsáveis pela introdução de reprodutores de raça que passaram a influir na criação de gado no pantanal, melhorando a qualidade do boi de corte.

A organização da produção pecuária sul-mato-grossense, consolidada no âmbito regional, seguia os reflexos da divisão nacional do trabalho.

Nessa perspectiva, elege o Planalto como “braços” da expansão da pecuária mineira e paulista, organizando-se preferencialmente em torno das fases de cria e recria do gado bovino.

No Pantanal, as fazendas voltam-se à especialização das fases de cria, prevalecendo os sistemas extensivos e a rusticidade das práticas de manejo.

Enquanto que, gradativamente, os novos criatórios baseados nos sistemas intensivos, consolidavam-se pelos ervais, no extremo sul, recebendo inovações nas suas práticas produtivas.

A ferrovia também atraiu frigoríficos para suas margens, reordenando a direção das boiadas mato-grossenses e motivando o surgimento de invernadas

⁵³ LE BOURLEGAT, 2000 (*op cit.*)

ao longo do seu trajeto, pelo Sul de Mato Grosso. Essa inovação em processo, também trabalhou a arrumação espacial da produção pecuária, conforme o seguinte relato,

(...) as boiadas cruzavam a região numa interminável 'migração' conduzida. (...) O destino das comitivas, ou era um abatedouro ou uma internada para engorda. (LEITE, 2000)

Nota-se que, enquanto as charqueadas buscaram a estrutura produtiva entorno das fazendas de ocupação pioneiras, os primeiros frigoríficos (na maioria de grande porte) atrelaram suas estratégias de localização a uma complexa estrutura de comercialização e distribuição para o mercado externo, preferindo edificar suas plantas industriais junto às áreas produtoras (de engorda), os portos e a facilidade de aquisição de matérias-primas complementares. (ESPÍNDOLA, 2002: 36)

Já por volta de 1920 os frigoríficos de São Paulo e Rio de Janeiro passam a absorver a maior parte deste efetivo. (LEITE, 2000:124)

O eixo inaugurado passou a atrair os maiores investimentos e inviabilizou gradativamente o sistema de navegação e os portos fluviais do estado. As vias carreteras passaram a ser as principais ligações, desse sistema, no planalto, enquanto que as fluviais se restringiram ao pantanal⁵⁴.

Podemos considerar esse um importante momento de ruptura aos antigos moldes de organização espacial da produção e do comércio mato-grossense, que encaminhou à organização de uma pecuária mais comercial e especializada, tendo os trilhos da Rede Ferroviária o seu principal canal de escoamento.

⁵⁴ Idem.

A demanda por carne no entre Guerras chamava ao aumento das exportações para a Europa, com o incremento do comércio de gado para os frigoríficos de São Paulo.

Outra consequência da chegada dos trilhos foi a expansão das idéias divisionistas, primeiro por causa dos novos conflitos fundiários causados pelas desapropriações e segundo por causa da disseminação da comunicação via férrea, fazendo alastrar a idéia da necessidade de separação da parte sul, notadamente mais dinâmica naquele momento histórico.

Dada a emersão dos Grupos de Interesses, a arrumação espacial da produção com a ascensão da pecuária e crise da economia ervateira, inicia-se um processo de hierarquização sócio-econômica que conduz Campo Grande ao *status* de centro Regional.

Esse dinamismo implementado pela chegada da ferrovia, além dos seus departamentos administrativos, do comando militar e do poder judiciário, incrementam as idéias em defesa da divisão do estado do Mato Grosso, uma vez que a parte sul passa a apresentar melhores índices arrecadatários se comparada com a parte norte, decadente e permeada por inúmeras crises financeiras e políticas.

Novos ares sopram pelos pastos Sul-mato-grossense e a sociedade assimila com vaidade a perspectiva da criação de um novo estado, impulsionada pela modernidade emergente dos grandes centros industrializantes da *Terceira Dualidade* brasileira.

Essas inversões, diretamente associadas à implantação deste novo objeto geográfico nos ajudam compreender as importantes transformações que

implementaram novo ritmo à formação social e econômica regional, entre 1914 até as proximidades do fim de sua concessão à RFFSA, de 60 anos, por volta de 1980.

2.2 NOVOS COMPONENTES ESPACIAIS À LUZ DA *TERCEIRA DUALIDADE BRASILEIRA*.

O componente urbano

A divisão territorial do trabalho, ainda incipiente deu origem ao modelo concentrado de cidades (Macrocefalia). A divisão simples do território para trabalho proporcionou poucas direções de fluxos, os eixos regionais de circulação tornaram-se condutores da integração econômica entre o pólo industrial e os territórios de articulação, ao longo dos quais se instalaram as cidades. O papel dos eixos foi de captar, através da circulação das cidades os alimentos e matérias-primas e distribuir os produtos industrializados.

Campo Grande passa a ser priorizada por causa da sua intensidade comercial neste setor, servindo de lugar de moradia de grande parte dos novos e antigos pecuaristas que acentuam seus contatos com os centros consumidores da carne mato-grossense, mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro.

Antes, Campo Grande se limitava a ser um entreposto de comitivas e boiadeiros em direção a São Paulo, até que,

Quando na Chegada da ferrovia essa cidade era um modesto povoado, em que se encontravam boiadeiros para a compra de gado destinado a invernadas mineiras, (...) logo patenteou robusta seiva, que lhe impulsionou o progresso. (CORRÊA FILHO, 1926)

As décadas seguintes marcaram o aumento substancial da população sul-mato-grossense, constituindo os marcos da expansão migratória⁵⁵, consequência direta da comunicação empreendida pelo eixo ferroviário, definitivamente consolidado.

A estrada de ferro, além de satisfazer os objetivos políticos estratégicos e econômicos abre o Sul de Mato Grosso e especialmente o Planalto à ocupação mais intensa, sobretudo pela ligação com o porto de Santos, de onde saíam levas de imigrantes, que iriam ocupar intensivamente as áreas vazias do oeste brasileiro.

A ferrovia tornou-se o eixo de maior importância na aglutinação do povoamento em torno das estações e embarcadouros de gado das fazendas. Deu origem à cidade de Três Lagoas e dinamizou outros centros como Campo Grande e Aquidauana.

As cidades de maior centralidade e captadas pelos eixos de circulação tenderam a crescer e ampliar a área de influência. A convergência de eixos (nós) favoreceu a maior centralidade dos núcleos urbanos instalados. Assim acumularam as funções de comércio e serviços aquelas cidades que gozavam de posição nodal ou estratégica junto aos eixos. Dessa forma as poucas cidades distantes umas das outras também atraíam novos moradores. (LE BOULERGAT, 2000)

⁵⁵ Nota-se que no período de 70 a 96 apenas a população urbana cresceu (63%), enquanto que a população rural passou de 546.094hab (1970) para 323.516hab (1996), total de 40% de decréscimo. O que demonstra a motivação dos migrantes em ocupar os centros urbanos em detrimento às áreas agrícolas, notadamente nas mãos do grande capitalista. (IBGE, 1940;1996. *Grifos meus*)

Numa síntese do estreitamento das relações do Mato Grosso com a Divisão Nacional do Trabalho, após a implementação da ferrovia, temos a leitura de Le Bourlegat (2000) que traz três tipos de espaços reorganizados com a chegada do eixo ferroviário (Figura 11).

Conforme a seguida caracterização,

- Espaço territorial e de influência direta da ocupação e rede urbana oriunda da metrópole paulistana e de Curitiba/PR (região concentrada de São Paulo/SP). Incluem-se aqui: *Nordeste: Microrregião de Cassilândia/MS* (área de pecuária de ocupação antiga sob influência de São José do Rio Preto/SP); *Leste: Microrregião de Três Lagoas/MS* (área de pecuária de ocupação antiga sob influência de Araçatuba/SP); *Sudeste: Microrregião de Nova Andradina/MS* (área de pecuária de ocupação por parte de empresas capitalistas de colonização sob influência de Presidente Prudente/SP); *Sul: Microrregião de Iguatemi/MS* (área de pequenos produtores e conflitos de terra com brasiguaios, sob influência de Umuarama/PR e Cascavel/PR);
 - Espaço de forte intervenção do Estado com atividades agropecuárias modernas, inclui: *Microrregião de Dourados/MS* (área de influência de Dourados/MS), houve incentivos de políticas governamentais através do Prodegran, para desenvolver as pequenas propriedades agrícolas. Na verdade aconteceu o inverso: concentração de terras, com agricultura mecanizada (em área de solos férteis de matas) e pecuária intensiva de engorda (em áreas de campos naturais) organizando de sul para o norte. A microrregião é a segunda em importância, com relação à densidade demográfica possui a rede melhor
-

estruturada em termos de hierarquia e vias pavimentadas ligando cidades entre si. Dourados/MS, nó rodoviário (BR-163/BR-463 e BR-376) é capital regional e se apoia em um centro sub-regional (Ponta Porã/MS) e vários centros locais; *Microrregiões de Campo Grande/MS e Alto Taquari/MS* (Área de influência de Campo Grande/MS). Trata-se de área tradicional de pecuária com predomínio de cerrado ocupada principalmente após 1980. É importante área de engorda de gado de corte (pastos artificiais) e possui áreas de agricultura com maior produtividade (Alto Taquari e Chapadões do Nordeste). A Microrregião de Campo Grande/MS é a primeira em densidade demográfica. Campo Grande/MS é uma sub-metrópole regional (IBGE), sob influência direta de SP, concentradora de população e de atividades ligadas aos serviços. Sua importância anula o desenvolvimento dos núcleos urbanos locais, vizinhos que dela dependem diretamente. Não existindo hierarquização entre Campo Grande e os centros urbanos dependentes. Campo Grande apóia-se no centro de zona de Coxim/MS e Rio Verde/MS.

- Espaços tradicionais e fracamente integrados ao território nacional. Áreas que se desenvolveram em intervenção direta de políticas governamentais. Abrangem dois sub-espacos: *Áreas tradicionais do Pantanal*: constituídas de latifúndios de criação de gado de corte do tipo extensivo, mantém o predomínio de pastagens naturais e manchas de mineração de ferro e manganês. Corumbá/MS é a cidade de apoio, na condição de centro sub-regional situada no porto do Rio Paraguai e no fim da linha ferroviária. Embora a microrregião apresente 1/4 do território do estado, possui apenas três núcleos urbanos na condição de portos (Corumbá/MS, Ladário/MS e Porto Murtinho/MS), a última sob influência direta de Bonito/MS e indireta de Campo Grande/MS; *As áreas de transição entre o Pantanal e as áreas modernas* (microrregiões de Aquidauana/MS e Bodoquena/MS). Trata-se de antigas áreas de mineração (garimpo, calcário, granito), com atividades agropecuárias em fase de transição para os moldes modernos. Estão sob influência direta de Campo Grande/MS. E esta, apóia-se no centro sub-regional de Aquidauana/MS, nos centros de zonas de Bonito/MS e Jardim/MS.

FIGURA 11: (Re) Organização do espaço Sul-mato-grossense à luz da chegada das áreas de influência com a chegada da RFFSA.

Fonte: LE BOURLEGAT, 2000 *Adaptado pelo autor*)

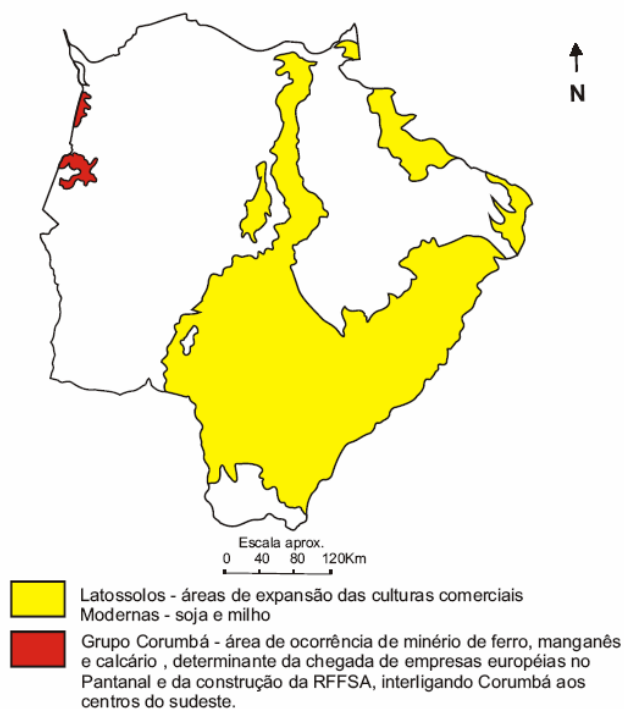


O componente rural

Um dado importante com relação ao novo processo de apropriação foi o incremento do mercado internacional de carne (no advento das duas Grandes Guerras), fazendo com que o governo brasileiro incentivasse a implantação de frigoríficos em São Paulo o que atraiu o interesse de investidores europeus e

norte-americanos, na concessão e aquisição de terras para constituir fazendas de gado e explorar jazidas de minerais (Figura 12) no sul de Mato Grosso.⁵⁶

FIGURA 12: Novos componentes da re-arrumação dos objetos geográficos Reservas minerais e latossolos.



Fonte: Macrozoneamento Geoambiental – MS, 1999 *Adaptado pelo autor*)

Especificamente ainda com relação à terra, o extremo sul de Mato Grosso assistia uma reorganização fundiária para dentro das áreas de arrendamento dos ervais, como consequência da ascensão tardia da classe dos fazendeiros comerciantes à condição de *sócio-maior*, situação já evidenciada nos espaços criatórios do Planalto e do Pantanal.

⁵⁶ LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais. (tese) UNESP/PP. Presidente Prudente, SP, 2000.

O planalto se re-orientava para o mercado interno, absorvendo as inovações emanadas do centro e, a ele cada vez mais atrelado. Agora já inserido nas perspectivas da *Terceira Dualidade*, que reservava à classe dos *fazendeiros-comerciantes* uma posição de destaque, como *sócia-maior*.

O Pantanal assistia ao processo onde a oligarquia rural (ainda como *sócia-maior*) órfã das relações com o mercado externo, por ocasião da crise dos fluxos pelas vias fluviais, segurava o desenvolvimento capitalista no campo, dando sobrevida ao “modelo prussiano” (via *junker*)⁵⁷, lento e gradual, já a caminho da superação pela formação nacional.

Enquanto que no extremo Sul, o fim do monopólio da terra nas mãos dos exploradores de erva mate leva a um movimento mais próximo com o “modelo democrático”, tendo os pequenos fazendeiros na condução do processo de desenvolvimento capitalista, naquele lugar.

Na medida em que as transformações ocorriam, tanto no campo quanto na cidade, nasciam também novos conflitos. O crescimento das classes populares (operariado urbano) inaugurava, sob a influência da política populista, uma postura de aspiração, mesmo que indireta ao poder institucional.

⁵⁷ Lênin definiu dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o primeiro denominou de via *Junker* e que ficou conhecido como “modelo prussiano”, caracterizado pela iniciativa dos grandes proprietários rurais em iniciar o processo de transição. Nesse caso, as grandes propriedades rurais pré-capitalistas são lentamente transformadas em empresas capitalistas, deixando para trás, não só grandes extensões de terras intactas a esse processo, como também muitos dos sistemas de controle do trabalho. Quando o desenvolvimento segue esse caminho, o capitalismo amadurece de modo lento, e vigoram durante muito tempo, aspectos das relações pré-capitalistas de produção. O segundo caminho ele denominou “modelo democrático”, ou dos pequenos produtores rurais, abolindo as relações de servidão. Desse modo surge um grande campesinato ou uma classe de pequenos fazendeiros que exploram pequenas glebas. A forma de diferenciação do campesinato processa-se de maneira rápida neste caso e o desenvolvimento do capitalismo não é dificultado pelos resquícios do modo de produção pré-capitalista, o que possibilitaria um rápido desenvolvimento das forças produtivas. LÊNIN, Wladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo. Abril Cultural. 1983.

Foi nesse contexto que se deu a "marcha para o Oeste", deflagrada no governo Vargas e, posteriormente o avanço da fronteira agrícola para o sudeste de Mato Grosso, nas décadas de 50 e meados de 60, produto do esgotamento da frente paulista, nos moldes predominantemente pré-capitalistas.

Direcionado principalmente pelas companhias privadas de colonização da região da Alta Sorocabana, com a presença de colonos migrantes nordestinos dispensados de terras paulistas, em função da expansão pecuária.

Os produtos de origem agrária crescem em quantidade, qualidade e importância, facilitando a expansão capitalista, graças à acumulação de capital no momento em que o Estado coloca em prática o mecanismo de controle de preços altos dos produtos agropecuários, controlando de certa forma as pressões políticas sobre o empresariado rural.

Conservava intacta a aliança entre o *Latifúndio Feudal* e a *Burguesia Industrial*, nas bases da *Terceira Dualidade*.

A produção de bovinos correspondia de imediato a este contexto, uma vez que havia necessidade de incrementar o mercado interno de carne, como um dos mecanismos para evitar as pressões sobre os salários da classe trabalhadora industrial.

Esse incremento tornou-se o objetivo da classe dos latifundiários feudais (produção) e da burguesia industrial (abate e refrigeração), fazendo frente às estratégias dos frigoríficos de capital estrangeiro que visavam o achatamento dos preços do novilho para abate e, em contrapartida do aumento dos preços da carne para comercialização. (BENITES, 2000)

Inaugurava-se assim nova fase, cuja influência do Estado no cerne dos conflitos buscou, no tabelamento dos preços da carne, sua estratégia pioneira para se manter protegido das pressões acerca da sua eficiência.

Como determinante da capacidade intuitiva do empresário, a conjuntura entoa com o Estado e suas políticas públicas, a potencialização dos investimentos em prol do desenvolvimento das forças produtivas, considerando fundamentalmente, para efeito de análise e compreensão efetiva desta dinâmica o que chamamos "estágio das estruturas produtivas", ao qual cada país disponibiliza sua real posição no contexto da divisão internacional do trabalho⁵⁸.

Concomitante com a intensificação da industrialização no centro do país, ocorre como dito, o direcionamento de políticas setoriais voltadas à ampliação das áreas de produção agropecuária.

A sequência histórica em que se deram as políticas de desenvolvimento podem ser identificadas em síntese no Anexo 3.

Conseqüência da *substituição industrial de importações* deflagrada pela *Terceira Dualidade*, o que se viu foi o emprego maciço de maquinaria e insumos de origem industrial nas frentes de expansão o que, aliado com a tradição latifundiária sul-mato-grossense, fez engrossar os contingentes urbanos das cidades a cavado da fronteira agrícola e das principais vias de transporte rodoviário e ferroviário.

⁵⁸ BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VAILADARES, Lúcia; PRETECEILLE, Edmond (Coordenadores). Reestruturação Urbana: tendências e desafios. Nobel/IUPERJ. São Paulo, 1990.

Acentuava-se ainda mais o processo de apropriação da terra pelo latifúndio, agora aos moldes do *produtivismo*, endossando os conflitos pela posse, cada vez mais latentes principalmente no extremo sul, onde notava-se a confluência de uma quantidade maior de grupos de interesse⁵⁹.

Nos anos de 70, em curso os Planos Nacionais de Desenvolvimento do Governos Militares, ocorrem incentivos governamentais, voltados principalmente à modernização dos processos de produção de soja e criação de gado bovino de corte. (OLIVEIRA, 1993)

No Mato Grosso a frente pioneira avançou de sul para norte, os vastos campos do extremo sul, livres do monopólio de exploração dos ervais, assistia a uma transformação radical das áreas de solo roxo (Figura 13), com a expansão de culturas de soja, sendo que posteriormente, com mais incentivos governamentais, também as áreas de cerrado passaram a acomodar culturas de soja e cana⁶⁰.

Assim, as áreas de produção rural que, com a pecuária se tornaram mais sensíveis aos processos inovadores, produto de suas relações intensas tanto com o mercado interno quanto com o externo, localizadas no Planalto e no extremo sul, continuaram recebendo os influxos diretos da

⁵⁹ A expansão da “Fronteira agrícola” com base em alta tecnologia, e em formas capitalistas de produção, não absorvia mão de obra, o que proporcionou um esvaziamento das áreas rurais, em favor das cidades. Por outro lado, os novos empresários agrícolas também elegeram as cidades para morar. Mais sobre esse processo de urbanização pós-expansão da “Fronteira agrícola”, consultar MARTINS. Sérgio R. Oliveira. O fenômeno da urbanização em Mato Grosso do Sul. UCDB. Campo Grande, 2000.

⁶⁰ Um dos marcos da política do Governo Geisel foi a implantação do Próalcool, diante da crise do Petróleo que inaugurava a *fase b* de *Quarto Ciclo*, concomitante com a *Quarta Dualidade* brasileira.

Divisão do Trabalho, acomodando a expansão de novas culturas e técnicas advindas das ondas modernizantes do “milagre brasileiro”.⁶¹

A união, preocupada em integrar esses novos espaços agrícolas ao território nacional, incluiu a Região Centro-Oeste nesta área de expansão de fronteiras, visando o abastecimento do mercado interno e à exportação, também conferindo à região o papel de absorvedora de excedentes demográficos.

Segue-se com isso uma acentuada urbanização (tabela 1) em Mato Grosso do Sul, que vai endossar o movimento de divisão do estado, em vias de se consolidar.

TABELA 1: Evolução da população de Mato Grosso do Sul sob o reflexo da intensificação da Divisão Nacional do Trabalho.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Urbana	80.417	113.545	242.088	452.117	919.123	1.414.447	1.604.318
Rural	158.223	195.850	337.564	546.094	450.444	365.926	323.516
Total	238.640	309.395	579.652	998.211	1.369.567	1.780.373	1.927.834

Fonte: Censos de 1941 a 1991 e Contagem da população, 1996. – IBGE.

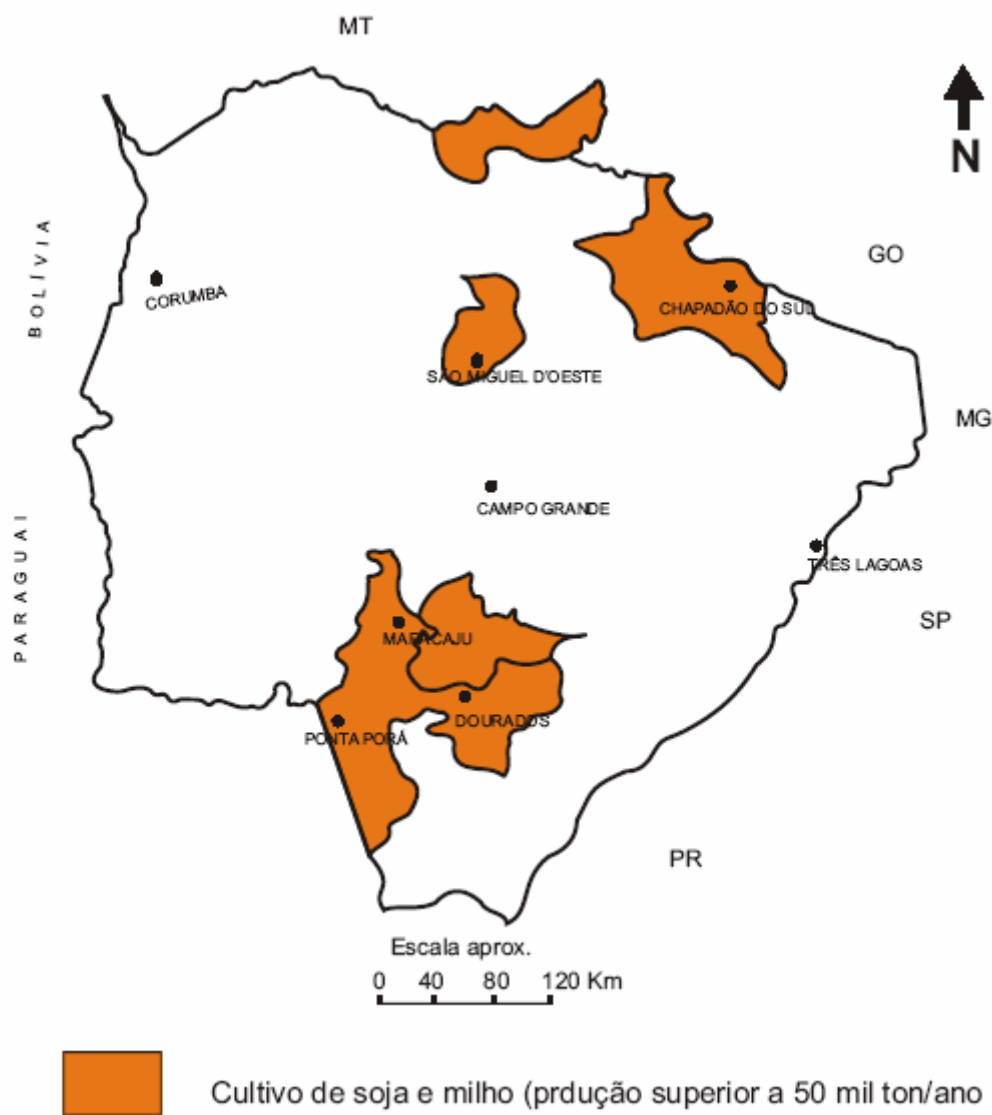
Como pode-se notar na Tabela 1, tanto as políticas de Vargas quanto as dos seus sucessores possibilitaram a ocupação intensa de todas as partes do estado, sendo que, num primeiro momento, refletiu-se a ocupação das áreas rurais (décadas de 1940, 1959, 1960 e 1970), dadas as perspectivas do governo

⁶¹ A expressão “milagre” advém da ordem cíclica ao qual a economia brasileira passou a responder aos refluxos emanados do centro hegemônico. As fases, correspondendo a um ciclo *Juglariano* (ou decenal), implica nos momentos de crise, na adoção de mudanças institucionais (no fisco, no câmbio, no direito do trabalho, nos meios de acesso às novas tecnologias e, em especial, no aparelho de intermediação financeira), as quais sensibilizam novos grupos de atividades econômicas ainda não modernizadas, podo em marcha uma vaga de investimentos, cujos efeitos se propagam a todas as partes do sistema econômico, o qual é impelido para nova fase ascendente.

populista em relação à produção de matéria-prima para a nascente indústria nacional. Posteriormente, a urbanização caracterizou a chegada das culturas comerciais e empurrou esse contingente para as cidades (décadas de 1980 e 1990).

FIGURA 13: Chegada de novas culturas e ocupação dos solos férteis – Sul de Mato Grosso.

Fonte: Do autor.



2.3 CONJUNTURA POLÍTICA E A DIVISÃO DO ESTADO.

A partir dos anos 70, o sistema capitalista internacional começou a conhecer um novo processo recessivo, com a crise do Estado de Bem-Estar e do Fordismo. Por outro lado, a internacionalização do capital tinha favorecido a estruturação do mundo em rede. Favorecendo a atuação das multinacionais, na formação de grandes circuitos organizacionais.

As redes de transporte e comunicações foram tendo nos fluxos estabelecidos internacionalmente, os grandes definidores da estrutura urbana. Assim, as cidades passaram a ser os principais espaços de convergência dos fluxos do mundo em rede.

No Brasil, como no passado, a resposta à crise internacional⁶² foi a substituição de importações. Na realidade, tal processo não havia sido interrompido, mesmo na fase expansiva anterior.

Não restou ao governo brasileiro senão a diminuição efetiva das taxas de crescimento, ou então: transferia-se recursos dos países exportadores de petróleo ou corria-se aos bancos estrangeiros para assim conseguir manter o ritmo do crescimento.

Com o dinheiro "caro" mais fácil, disponibilizado principalmente pelos EUA e Alemanha Ocidental, o governo foi levado a recorrer à empréstimos para

⁶² Em 1973 (com a crise do Petróleo) ocorre o abalo no ritmo de crescimento da economia brasileira, mas não contém a marcha da industrialização substitutiva de importações. Após 1974 o mercado interno retrai e reduz o volume de exportações levando ao déficit na Balança Comercial de pagamentos, em 7 bilhões de Dólares. (RANGEL *apud* OLIVEIRA, 1993)

responder às pressões internas para modernização e ampliação do complexo fabril⁶³.

O Estado fez vultosos investimentos em energia, estradas, distribuição de combustíveis, telecomunicações, etc. Mas ainda, para implantar a indústria mecânica pesada, o Estado repassou ao setor privado (Bardella, Vilares, etc) US\$ 2,5 bilhões, altamente subsidiados, com congelamento da correção monetária. Entretanto o endividamento do Estado brasileiro na década de 70 representou o preenchimento da lacuna no setor industrial substituto de importações, o que significou, em síntese, uma vitória para a sociedade. Porém o esforço concentrado no parque industrial veio desprover a população trabalhadora de investimentos em infra-estrutura, significando também um aumento na concentração de renda. ⁶⁴

Em 1984, ano de êxitos após recessão (79/83): aumento de 3,9% da produção agrícola, 2,3% do comércio e 5,8% da produção industrial.

Até 1984 havia um Lado Exógeno (economia internacional ou Recessão) e um Lado Endógeno (saturação do modelo de substituição de importações) agindo como conjuntura econômica.

⁶³ Nota-se que a dívida externa brasileira cresceu de 17,1 bilhões de dólares, em 1970 para 49,9 bilhões de dólares em 1979. O grosso deste capital foi utilizado para importar máquinas e equipamentos, produtos químicos, fertilizantes, plásticos, borracha e papel. A grande importação ocorrida de 1968 a 1974 retrata a explosão industrial proveniente do período conhecido por "Milagre Brasileiro". (1973 foi o último ano do "Milagre")

⁶⁴ Além do mais, embora o endividamento tenha sustentado um aumento das exportações brasileiras, uma parcela cada vez maior da receita (proveniente das exportações) se voltou para cobrir prestações, serviços e juros da dívida. Em 1980, 61% da receita das exportações serviu para cobrir gastos com a dívida. (MAMIGONIAN, 1986)

Como aspecto externo, queda de preços das exportações ajustado ao protecionismo crescente dos países importadores. Altas taxas de juros no mercado financeiro internacional inviabilizando os investimentos no equilíbrio da balança de pagamentos e investimentos diretos na produção interna.

Com a conjuntura tão adversa no cenário internacional, todos os horizontes indicam um direcionamento para a reorganização da estrutura interna, com o reaproveitamento das capacidades ociosas existentes.

Ao contrário dessa tendência, as ações governamentais voltam-se prioritariamente para o caminho do mercado externo, propondo-se a atrair capitais externos necessários para honrar os compromissos internacionais.

O Estado batia na tecla de incentivo às exportações, as taxas de juros internas maiores que as externas forçavam as empresas a buscar capital fora do país, porém as empresas nacionais sempre estiveram atadas umbilicalmente às políticas de comércio exterior do Estado.

A falta de experiência dificultava a entrada das empresas no mercado externo, aumentando a capacidade ociosa da indústria nacional. O FMI assume a função de "Cobrador de dívidas" e fecha o cofre. Um contexto de desarranjo da economia nacional tomava forma.⁶⁵

A busca frenética por excedentes exportáveis acelerou ainda mais o processo de utilização de grandes extensões de terras com maquinário pesado para o plantio de produtos homogêneos, o governo desestimulou a produção de

alimentos para mercado interno, chegando ao ponto de importar carne, leite, trigo, arroz, feijão, milho, etc.

Em contrapartida esta política forçou a criação de novos e dinâmicos núcleos urbanos, maximizando a utilização de estradas de rodagem com sensível redução da utilização da Estrada de Ferro, com ampliação das redes de energia, telecomunicações, saneamento, etc.

Como a política voltada para o mercado externo servia basicamente para honrar os acordos internacionais, o Estado foi perdendo gradativamente a capacidade de investimento, ocasionando já nos fins dos anos 70 e início dos 80, as primeiras evidências do estrangulamento de diversos serviços públicos sob a responsabilidade do Estado.

É nesse contexto nasce Mato Grosso do Sul, um estado às bases da política de incentivos à exportação e também, fruto da grave crise do petróleo, de incentivos à produção do álcool.

Com o esgotamento da ocupação dos solos férteis até o final da década de 70, surgiram programas de incentivo, à ocupação dos solos de cerrado, antes não agricultáveis.

A expansão das lavouras subsidiadas, leva (principalmente no extremo Sul do estado) a um processo de urbanização vultoso a partir dos anos 70, consequência da expropriação de camponeses e pequenos produtores e uma destruição das economias naturais existentes no campo, não só fomentando a

⁶⁵ Políticas recessivas que comprimiam o consumo interno de produtos agrícolas e industriais visando à possibilidade de aumentar as importações, retendo a produção para o mercado interno.

criação de núcleos urbanos como, e principalmente, criando um mercado interno locacional com intensa mobilidade de mercadorias. (OLIVEIRA, 2000)

Paralelamente à gênese da industrialização em MS, em 24 de agosto de 1977 ocorreu a "Exposição de motivos para a Criação do MS", discorrendo que,

A região sul do estado apresenta excepcionais condições de desenvolvimento a curto prazo, em decorrência de vantagens de localização, integrada aos corredores de exportações da área de São Paulo, e de suas potencialidades, em especial no setor agropecuário. (IBGE,1979:159)

Em 1977 o sul já representava 74% da arrecadação de todo o Mato Grosso.

Naquele momento o governo federal, através de incentivos fiscais, promovia a transferência de capital para a periferia, com a isenção de impostos e suspensão tarifária para a importação de máquinas e equipamentos necessários à execução dos novos projetos, tanto nacionais quanto estrangeiros, além de vasta linha de crédito junto ao sistema financeiro. (BECKER e EGLER, 1994: 148)

No contexto da organização intra-regional das forças produtivas percebia-se a acentuação do processo de diferenciação de ritmos de desenvolvimento. O capital é posto quase em ociosidade, e ainda, considerando a tendência "natural" do capital comercial em desembocar no processo de industrialização, tornou-se

potencialmente um dos motores da industrialização sul-mato-grossense, ainda tímida mas potencial, especificamente na região da Serra de Maracaju.⁶⁶

A posterior queda nestes investimentos, a montagem da máquina administrativa do novo estado, os índices de emprego regional e poder aquisitivo da população, coadunados com o aumento dos índices de urbanização e crescimento populacional,

(...) incitavam os comerciantes locais e pequenos investidores desalojados da possibilidade de investimentos no sudeste e sul, fazendo-os investir numa pequena "industrialização substituidora de importações" no estado, abrindo assim a primeira fase da industrialização de MS. (OLIVEIRA, 1993).

Uma parte do capital comercial volta-se para o "negócio" industrial fora do estado, outra investe na produção agropecuária, especialmente na soja e no gado e uma terceira parte passa a atuar no comércio internacional da soja, com investimentos na capacidade armazenadora de grãos.⁶⁷

Em 1970 existiam 643 indústrias e em 1979 já se instalavam 832 indústrias em Mato Grosso do Sul. (OLIVEIRA, 1993 *op cit.*)

Esse redirecionamento para o mercado externo foi a cara que modelou a industrialização de Mato Grosso do Sul, favorecendo sobretudo a instalação de dois tipos de indústrias no estado recém-criado, as destilarias e os frigoríficos.

⁶⁶ Incorporamos a Serra de Maracaju como limite entre os estágios de desenvolvimento das forças produtivas sul-mato-grossense, diferenciando os ritmos marcados pelas vias de chegada do Modo de Produção Capitalista, como mais conservadora do Pantanal e mais democrática do Sul e Planalto. (RANGEL *op cit*)

⁶⁷ Segundo Oliveira (1993), em 1984 o potencial de investimentos em Mato Grosso do Sul era de 50 milhões de Dólares, sendo que sua arrecadação estava na casa de 60 milhões de Dólares.

A paisagem coberta por um manto retalhado de pequenas unidades industriais e por um complexo sistema de exportação não conseguia reter a riqueza gerada pelo setor primário em suas fronteiras, caracterizando-se num estado produtor de matéria-prima e importador de produtos acabados.

Gradativamente percebeu-se uma necessidade de fixação de rendas. Em 1983 a FIEMS protocolou ajuda ao governo do estado e em março de 1984 surge a primeira lei de incentivos à industrialização de Mato Grosso do Sul: a Lei 440, que criou o Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI.⁶⁸

O novo estado apresentava um quadro que denotava a grande transformação em curso, tendo como características principais;

- População rarefeita com mercado regional restrito e abastecido.
- Produção agropecuária moderna, dinâmica, com a produção de excedentes.
- Expansão do mercado internacional aumentando a participação brasileira com produção industrial.
- Presença de capital sedento para investir, nas mãos dos comerciantes locais.
- Vontade política do Estado⁶⁹.
- Estrangulamento dos meios de transporte que encarecia a produção e circulação.

⁶⁸ Logo após vieram leis complementares à 440, como a 701 e a 1239.

⁶⁹ É preciso destacar que os Estados têm papel fundamental na condução das economias, pois atuam nelas de forma bastante intensa, através dos fundos públicos. Tal ação é mais visível nas economias periféricas, na medida em que os Estados estão e/ou estiveram presentes "tanto como motor do crescimento econômico, como na atividade produtiva" (BECKER e EGLER, 1994:28). Diferente do discurso Globalizador emanado pelos países centrais, de enfraquecimento e ausência do Estado como planejador da economia, algo objetivando uma massificação do discurso a favor da flexibilização dos mercados em nome de uma suposta desintegração das fronteiras, em cheque às soberanias nacionais. O que definitivamente não ocorre. (*Grifos meus*)

- Grande quantidade de mão de obra ociosa.

A agroindústria afirmou-se então como pioneira no processo que marcou a segunda fase da industrialização de MS.

Como dito, na primeira fase destaque para a indústria frigorífica e as destilarias. Enquanto a economia canavieira se esbarrava na falta de mão-de-obra, a frigorificagem não, uma vez que não necessita de volumes substanciais de força de trabalho nem precisou incentivar a expansão pecuária, já estabelecida na região.

Na segunda fase, no curso dos anos 80, ocorre a agroindustrialização como uma intimação do setor agropecuário, extremamente eficaz no período, motivada pela reabertura do mercado norte-americano em 1984 que reanima as relações comerciais internacionais.⁷⁰

Toda política de incentivos à exportação foi mais contundente ainda a partir de 1988. Agravaram-se as condições de produção industrial e de circulação de mercadorias do país. Aprofundou o colapso do setor público, intensificou-se o estrangulamento de setores necessários ao desenvolvimento e acelerou-se o processo inflacionário.

A depressão alcançava setores ainda não atingidos, carreando um prognóstico direcionado a um estrangulamento da capacidade produtiva do país, buscando formas de desatar os nós-de-estrangulamento da economia para que a capacidade ociosa pudesse ser reduzida, conforme explica Rangel (1989:153),

⁷⁰ Outro dado favorável foi a modificação na política cambial, com a adoção de reajustes praticamente diários indexados à inflação o que terminou permitindo ganhos adicionais aos exportadores.

O setor privado do sistema capitalista está dotado de elevado potencial de liquidez (...). Inversamente o setor público esgotou seu potencial de liquidez (...). Esse fato atuava como forte pressão sobre as finanças do Estado, afinal sobre a moeda, provocando inflação". Como solução apresentava Rangel: "Via substituição de concessão dos serviços públicos pela concessão dos mesmos serviços a empresas privadas", dando ânimo à produtividade e baixando a inflação. O que acabou não acontecendo.

Ao invés de uma política de consolidação da produção industrial a partir da reanimação do mercado interno, buscou-se, novamente em 1988, o mercado mundial.⁷¹

Na prática, os dispositivos legais contemplaram a eliminação dos controles prévios sobre as exportações; reformava as tarifas aduaneiras visando exterminar os mecanismos de proteção existentes.

O que se notou foi que a maioria esmagadora de possíveis investidores no setor industrial era comerciante. Mato Grosso do Sul tornou-se o "estado dos Comerciantes", um vez que,

(...) tendo em vista que o capital comercial depende da velocidade com que o processo de produção se renova e da velocidade do consumo e, mesmo sem produzir mais-valia, promove a "produtividade industrial e sua acumulação. (OLIVEIRA, 1993 op cit)

A implantação de unidades agroindustriais no MS após 1985 é incontestável. Esmagadoras de soja, moinhos de trigo, frigoríficos, fecularias,

⁷¹ A única benéfica foi a criação de um programa de desenvolvimento tecnológico industrial, mas que no fundo enquadrava as indústrias atuantes às regras do comércio externo. Assim, a nova política industrial não mudou nada no cenário produtivo nacional.

curtumes, degerminação do milho, abatedouros, serrafiadeiras, fábricas de ração, laticínios, graxarias, fertilizantes, usinas de açúcar, etc.⁷²

Como "o espaço é a matéria-prima trabalhada por excelência" (SANTOS, 1988), essa agroindústria, enquanto elemento que dominava diversas relações de produção dentro de complexas dimensões da circulação de capital - seja através da montagem de sólidos sistemas de engenharia com base no capital fixo, seja na transladação de amontoados contingentes de capital circulante - consolida sua participação na geografia econômica como substância indecomponível do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA,1993).

Como nesse período recessivo, a substituição industrial no Brasil passou a ocorrer junto ao setor de produção agrícola, o objetivo principal foi direcionar essa produção para exportação, visando equilibrar a balança comercial, diante da aquisição de meios de produção para o setor industrial (máquinas e equipamentos). Desse modo, alguns ramos da agricultura voltados à exportação, tomaram feições industriais, sob incentivos e financiamentos do governo Federal.

Com o novo modelo de ocupação das áreas agrícolas, verificou-se acentuada modernização do processo produtivo. Emprego maciço de maquinaria e insumos de origem industrial, iniciando um novo período para a realidade sócio-econômica de Mato Grosso do Sul.

Até 1978, o sul de MS, que abrange Dourados, Ponta Porã, Caarapó, Rio Brillhante, Maracaju e Sidrolândia, tornou-se a área mais dinâmica do estado, em termos de produção agrícola. Ocorrendo no final deste processo, a divisão do

⁷² Dentro de MS, assim como em todo o Brasil, a agroindústria posicionou-se dentro de uma classificação de Oligopólio competitivo (POSSAS, 1977: 168-182).

estado de Mato Grosso, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1977) - Capital Campo Grande.

Nesse período ocorre também uma incorporação das áreas ao norte de Mato Grosso do Sul, pelos programas governamentais da União (Pólo Centro), passando estas a fazer parte do circuito de produção dos gêneros agrícolas de exportação (soja e milho), obtendo, em curto espaço de tempo, altos índices de produtividade.

Surgiu ainda incentivo à produção de cana e álcool, através do Programa Pró-álcool, ocupando áreas do cerrado, não selecionadas para a soja.

A velocidade do crescimento econômico ocorreu em função do relativo atraso em que se encontrava o território e da necessidade de superá-lo, assim como da necessidade em incorporar a inovação trazida de fora. Quanto menor a necessidade de sucatear recursos anteriores, mais rapidamente ocorria essa incorporação.

Assim, áreas antes "vazias", em Mato Grosso do Sul, facilitaram a rápida incorporação da materialidade moderna (infraestrutura de circulação e de produção), durante o processo de modernização do território. Ocorrido com a passagem da fronteira agrícola entre as décadas de 70 e 90. A modernização foi acompanhada pelo processo de ocupação, principalmente com a presença de população técnica e intelectual e novos assalariados, que foram morar nas cidades.

Ocorre que esta nova dinâmica tem contribuído para o processo de rearranjo da Divisão Territorial do Trabalho, dando mais intensidade ao processo de acumulação e reprodução do capital na região.

A implantação de agroindústrias da soja em Mato Grosso do Sul está inserida no contexto da Divisão Internacional do Trabalho (plantas esmagadoras refletem o comportamento do circuito produtivo da soja em escala mundial, refletindo a posição do Brasil como produtor e exportador de farelo e óleo de soja e frágil exportador de grãos).

No rearranjo da Divisão Territorial (e intra-regional) do Trabalho com a tendência da década de 80 à interiorização das plantas esmagadoras e no reflexo do processo de mudanças nas relações de poder no aparelho do Estado recém-criado, graças à disponibilidade de capitais acumulados pelo setor comercial/local com condições favoráveis da economia nacional - substitutiva de importações do centro dinâmico da economia brasileira - seguindo-se uma agroindustrialização. (OLIVEIRA, 1993)

Em síntese, uma posição clara de reprodução do processo de acumulação capitalista no Mato Grosso do Sul, sinalizando para uma consistente reprodução daquilo que, ampliadamente chamamos de espaço.

Os primeiros dez anos após a criação do estado de Mato Grosso do Sul e a ocorrência do já tratado processo de industrialização, na década de 80 e 90, fazem com que a indústria frigorífica e a indústria de beneficiamento de soja constituam as duas grandes forças agroindustriais do novo estado, ligando-se estruturalmente à expansão capitalista no setor rural e à história do estado.

Quanto ao uso de tecnologias nota-se o aproveitamento de maquinário de segunda mão e mão-de-obra sem especialização, caracterizando, grosso modo que,

A escultura dada pela primeira fase da industrialização do estado é, senão, uma figura na paisagem produtiva com uma constelação de micro-empresas. E não poderia se diferente. Na instalação dessas indústrias, retratavam oportunidades ligadas ao suscitamento de volumes contextualizados de capacidades ociosas: de consumo, dado pelos instáveis índices de urbanização e crescimento populacional: e de capital em mãos de comerciantes locais ou migrantes. Todas umbilicalmente ligadas à retração da demanda da produção industrial no centro dinâmico da economia brasileira. (OLIVEIRA, 1993 *op cit*)

Vale ressaltar que o aparecimento de capacidade produtiva não se verifica nem de forma mecânica, nem generalizada, ao contrário, respeita a contextualidade histórica movida pela mobilidade dialética da produção industrial do capitalismo (a maior parte dos pequenos proprietários donos de madeireiras trouxeram maquinário de segunda mão).

Assim como a industrialização brasileira não necessitou (em seus primórdios) de máquinas modernas com tecnologia avançada, a industrialização do MS também não, utiliza-se de máquinas de segunda mão provenientes na sua maioria de falências do sudeste e sul ou de sucateamentos.

Nota-se que este período marcou o que Santos (1996) chamou de “verdadeira inversão do lugar de residência” da população brasileira, motivada pela modernização do território, ou seja, da incorporação ao meio geográfico de ciência, tecnologia e informação. Incluídas aí, a comunicação proporcionada pela ferrovia da Noroeste do Brasil e a expansão da "fronteira agrícola" pelo oeste brasileiro, como essenciais na condução deste processo em Mato Grosso do Sul.

Na pecuária ocorre a intensificação da instalação de novos frigoríficos que procuram aproximar-se das áreas de engorda, repetindo o processo assistido durante a expansão do mercado europeu de carne, no entre-Guerras. Detalhes que serão tratados no Capítulo 3, em seguida.

Atualmente, além da agroindustrialização como processo indutor de urbanização existe o ecoturismo, em fase de estruturação⁷³, destacando-se as cidades de Bonito, Ponta Porã e Jardim. (LE BOURLEGAT *apud* MARTINS, 2000:40-59)

Ocorre que, todo esse recente processo, que alguns autores proclamam como a “desconcentração produtiva da Região Sudeste” deve ser visto com reservas, pois, assim como assinala Pacheco (1998),

(...) nestes últimos quinze anos, em razão das mudanças das estruturas setoriais da indústria, em função da crise, mas também pelas transformações na forma de inserção do país ao comércio internacional, atenuou-se em parte a solidariedade inter-regional, que foi, no passado, importante mecanismo auxiliar na determinação de altas taxas de crescimento da economia nacional. Na verdade, há uma completa alteração do sentido do comércio inter-regional e exterior das principais economias regionais do país. Essa ruptura no padrão anterior tendeu a ser vista apenas do lado da desconcentração produtiva, sem grande preocupação com seu significado para o país enquanto nação. Ao contrário, em alguns casos é até saudada como uma nova forma de autonomia regional.

Continua o autor enfatizando a existência de uma inequívoca subordinação dos interesses nacionais aos internacionais, com profundos custos econômicos e sociais, e neste caso de adequação do espaço regional brasileiro em favor dos interesses econômicos internacionais sobre o Brasil,

(...) voltando ao outro componente que considero central, quero dizer que há desconcentração sim, mas que ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante *fragmentação da economia nacional* do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade

⁷³ Inclusive nota-se a associação do turismo com atividades tradicionais, como a pecuária, coexistindo nos espaços das fazendas. (LE BOURLEGAT, 2000 *op cit*)

produtiva nos principais espaços econômicos da nação. Isto significa que a trajetória da economia brasileira nos anos 80 e 90 sobredeterminou as possibilidades regionais, circunscrevendo-as, no que tinham de dinâmico, aos poucos incentivos ao incremento da atividade exportadora. O que, repito, foi determinante para a continuidade da desconcentração, E mais, foi componente de ruptura - ou ao menos de problematização - nas formas de encadeamento intra-setoriais e inter-regionais que estavam na base da história industrial do país, até 1980. Quero com isto enfatizar o fato de que o dinamismo de algumas regiões não encontrou correspondência no desempenho agregado da economia nacional. (PACHECO, 1998)

Esse conjunto de relatos nos dão pistas acerca da importância em se discutir, com imparcialidade no caso da pesquisa científica, sobre a interferência do Estado na condução das políticas públicas para o setor produtivo.

O que fica claro e indiscutível porém, é a imprescindível participação do planejamento governamental, na elaboração de "Projetos Nacionais", que efetivamente contemplem o conjunto da economia brasileira, reconhecendo os esforços na estruturação de cada complexo produtivo regional e derrubando a mística da flexibilização e globalização que estão a serviço do capital especulativo.

Para recordar Marx, quando ele afirma que a estrutura econômica está na base do Estado, o seja, o Estado como representação superestrutural refletiria as contradições e seria determinado pela infra-estrutura econômica⁷⁴.

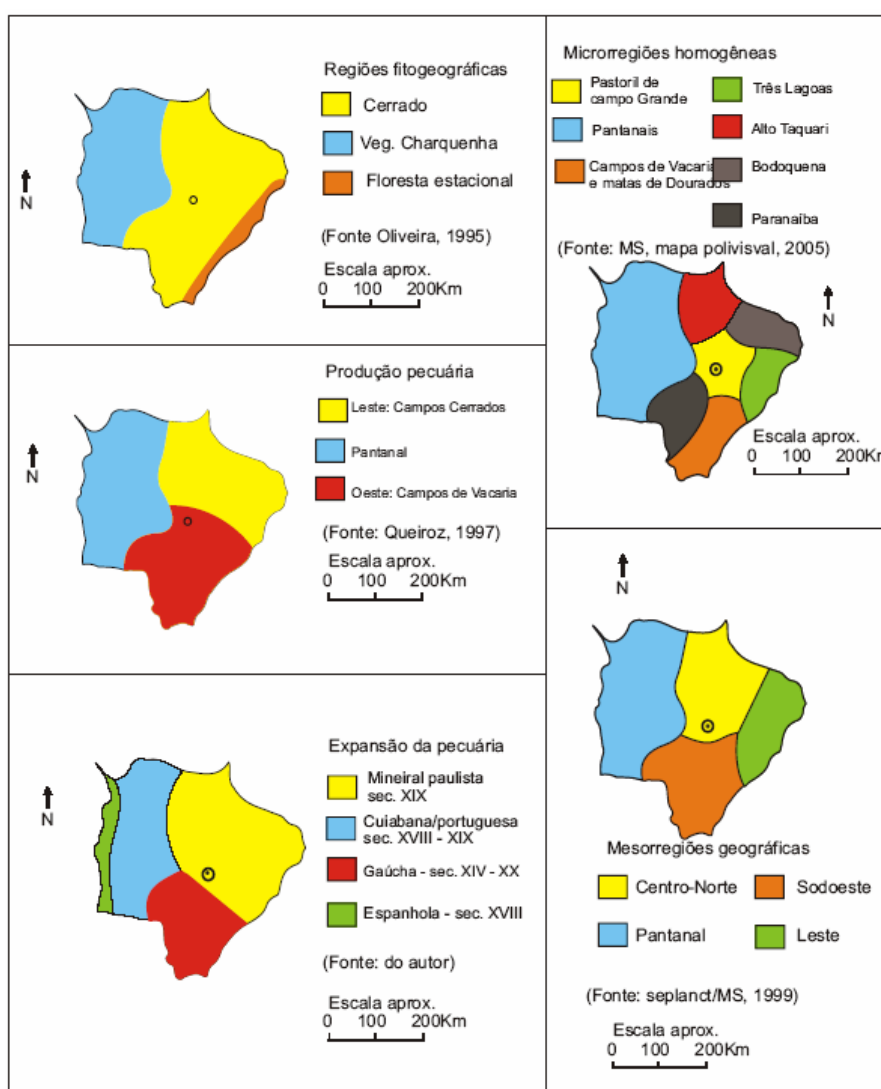
Na tentativa de sintetizar todas estas transformações que, acumuladas trabalharam o espaço desta formação econômica e social específica, nos atrevemos a comparar (Figura 14) algumas classificações genéricas que, aparentemente não têm relações, mas que pensadas à luz das perspectivas de

⁷⁴ Para Lênin, a raiz do Estado é a luta que se estabelece entre os principais agentes da estrutura econômica., as classes, sendo que seu propósito é a dominação, levando-o à concepção de Estado como aparelho de classe,

formação sócio-espacial e geossistemas, convergem-se para uma apreensão da dinâmica de organização espacial inevitavelmente atrelada aos ritmos das trocas entre os elementos “naturais” e sociais do referido conjunto.

FIGURA 14: Espaciologia Sul-mato-grossense, vários critérios.

Fonte: Do autor (*Adaptado*)

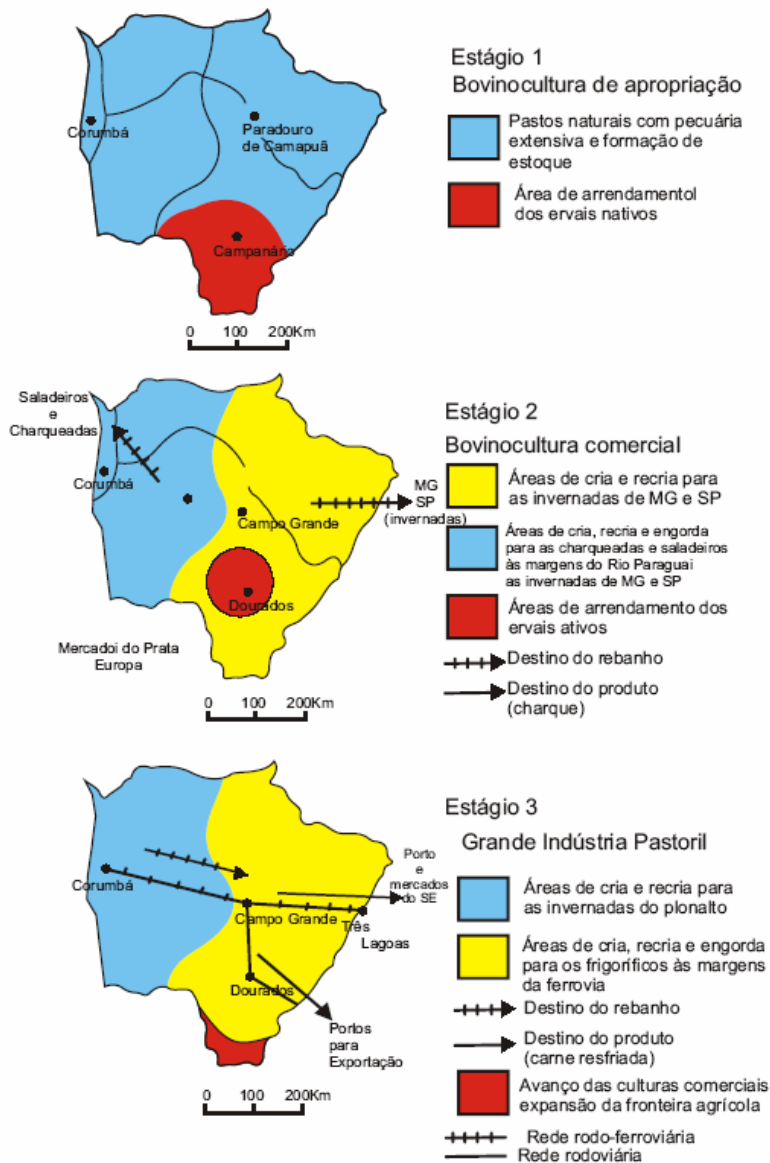


ampliando o significado da luta de classes que se estabelece massivamente em torno da tomada do poder. LÊNIN, V.I. *O Estado e a revolução*. São Paulo. Hucitec, 1983.

CAPÍTULO 3: PECUÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM MATO GROSSO DO SUL, HOJE.

Dada a arrumação dos grupos sociais relevantes e sua acomodação econômica e espacial, produto das entradas ao território, segue-se a formação regional caracterizando a especialização em torno da *bovinocultura*.(Figura 15)

FIGURA 15: Espaciologia da pecurização Sul-mato-grossense.
Fonte: Do autor



Mais uma vez, à luz da síntese do processo histórico de organização do espaço, tem-se a pecuária em destaque no contexto da formação sócio-espacial Sul-mato-grossense.

No contexto da entrada da “fase b” do *Quarto ciclo Longo* (pelos idos da grande crise do petróleo do ano de 1973), o mundo capitalista conhecia uma grande crise, o que fizera as economias centrais reduzir drasticamente suas taxas de produção industrial.

O fato é que, tais influxos acarretaram uma situação nova para a economia brasileira, acostumada com a alternativa de *substituição de importações*. Desta feita, a crise do nosso comércio exterior manifestou-se por um grande endividamento externo, levando, diferentemente das etapas anteriores, a um notável intercâmbio da economia nacional com o exterior.

Nota-se porém que, diferentemente dos esforços por uma nova *substituição de importações* o Estado brasileiro se viu na gana populista dos planos de governo, efêmeras e escusas alternativas de garantir a quitação das parcelas da crescente e impagável dívida contraída.

Seguiu-se grande estrangulamento do setor produtivo com elevação da carga de impostos e aumento das taxas de juros. As estratégias de correção monetária fizeram parte dessas estratégias contra o edificado “monstro” da inflação, na contrapartida da crescente, real e realista atuação do capital financeiro internacional no Brasil.

No campo, as práticas gradativamente se adaptaram às exigências do mercado internacional – e a pecuária Sul-mato-grossense seguiu esse rumo – atrelando-se às políticas das *commodities*.

Nessa toada é que segue nossa explanação, pormenorizando as relações que marcaram esta nova e importante etapa da economia nacional, em geral e da pecuária bovina Sul-mato-grossense, em particular.

As vertentes surgidas com a especialização, constituindo-se numa complexa rede que permite a reprodução do espaço capitalista de produção a partir da etapa inicial de criação de bovinos, e desta, a delimitação dos elos produtivos, são tratadas como estratégias de organização da produção sobre os territórios.

Já os aspectos ligados ao desenvolvimento de técnicas de manejo e emprego de tecnologias diversificadas, caracterizam os diferenciados estágios da atividade enquanto prática econômica, notadamente em destaque na comparação com outros lugares (Tabela 6).

O conjunto destes elementos e sua disposição territorial, serão destacados como a síntese dos processos atuais da organização do espaço estadual.

3.1 Números como evidência.

Atualmente o Brasil encontra-se entre os grandes produtores mundiais de carne, tendo ainda muita margem para crescer se considerados os seus índices de produtividade, bem como as tendências mercadológicas do setor. O que por ora nos remete a necessidade de trabalhos acerca das especificidades dessa bovinocultura pelo espaço brasileiro, inclusive como condição ao próprio desenvolvimento econômico nacional.

Essa constatação pode ser confirmada com os números dispostos abaixo.

TABELA 2: Evolução do rebanho mundial de bovinos (milhões/cabeças) – 1991 a 2000.

Países	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Índia	288	290	292	294	296	300	303	307	312	314
Brasil	156	154	152	153	155	154	155	156	158	160
China	105	108	113	123	104	110	122	124	127	130
EUA	98	99	101	103	104	102	100	99	98	97
Argentina	55	56	55	54	54	52	49	49	50	50
Subtotal	702	707	713	727	713	718	729	735	745	751
Outros	409	400	386	366	353	343	331	325	321	317
Mundial	1 111	1 107	1 099	1 093	1 066	1 061	1 060	1 060	1 066	1 068

Fonte: ANUALPEC (vários anos)

TABELA 3: Evolução do abate mundial de bovinos (milhões/cabeças) – 1991 a 2000.

Países	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Índia	9	9	8	9	10	8	11	12	12	13
Brasil	28	30	29	28	30	32	31	31	31	32
China	13	15	19	24	30	26	32	35	37	39
EUA	34	34	34	35	37	38	38	37	37	37
Argentina	12	11	12	12	12	12	14	12	13	13
Outros	115	112	100	93	90	90	92	89	87	85
Mundial	233	233	224	225	228	225	233	230	230	232

Fonte: ANUALPEC (vários anos).

TABELA 4: Evolução das principais taxas de abate mundial de gado bovino (%) – 1991 a 2000

Produtores	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
União Européia	40	39	36	34	34	34	35	34	34	34
EUA	32	35	34	36	36	38	38	37	38	39
Brasil	18	19	19	18	19	21	20	20	19	20

Fonte: ANUALPEC (vários anos)

TABELA 5: Balanço da pecuária bovina de corte – Brasil, dez últimos anos.

Indicador	1994	2005
População (milhões de habitantes)	153,7	182,6
Rebanho bovino (milhões)	158,2	195,5
Taxa de abate	16%	22%
Produção Carne (mil/ton ec.)	5.200	8.750
Consumo per capita (Kg ec.)	32	36
Consumo Interno (mil/ton e.c.)	5.017	6.700
Exportação (mil/ton e.c.)	378	2.100
Importação (mil/ton e.c.)	195	50
Exportação (US\$ milhões)	573	2.782
Importação (US\$ milhões)	230	67

Fonte: CNPC, 2005.

Ao analisar as tabelas 2 e 3, percebe-se a evolução da importância do Brasil como produtor mundial de *bovinos*, seguindo os números mundiais e apresentando relativa estabilidade nos índices de produção e abate.

Porém, com relação às taxas de desfrute do rebanho (Tabela 4), que caracterizam a produtividade média dos países, mesmo com relativa melhora, ainda é possível notar certa discrepância do Brasil com relação aos países europeus e mesmo os EUA. O que, de geral denota, contraditoriamente, quão insipientes são os investimentos e grande é a margem para crescer, sobretudo se considerado o peso da participação do setor na balança comercial (Tabela 5)

Uma vez inserida na dinâmica nacional, a economia de Mato Grosso do Sul assenta-se sobre sua formação social e credita à pecuária bovina o *status* de atividade principal⁷⁵, consolidada e em clara expansão, seguindo-se os inúmeros

⁷⁵ *Principal* aqui é considerado a partir do contexto de arrecadação de ICMS, fator de referência às políticas públicas no âmbito estadual.

investimentos que endossam os bons índices de qualidade notados mundialmente no setor.

Tal importância também pode ser confirmada pelas informações e números, abaixo dispostos.

A pecuária constitui-se na principal atividade econômica desenvolvida em Mato Grosso do Sul, fazendo-se presente em todas as regiões do estado, ocupando uma área de aproximadamente 13 milhões de hectares mecanizada com plantação de pastagens brachiárias e outros capins. (...). A pecuária estadual é voltada especialmente para a criação de gado de corte, em um regime de produção basicamente extensivo. (DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DE MS, 1996:26)

TABELA 6: Evolução do rebanho bovino brasileiro (cabeças) – 1991 a 1999.

Produtores	1991	1993	1995	1997	1999	Varição
Norte	14.972.698	15.967.592	17.292.124	17.857.692	19.017.021	27 %
RO	2.995.308	3.419.673	3.900.433	4.224.138	4.666.865	55 %
AC	650.039	739.781	857.812	948.725	1.073.925	65 %
AM	623.097	683.808	737.622	770.428	842.173	30 %
RR	383.196	396.756	412.304	427.676	457.220	19 %
PA	5.357.220	5.679.282	6.080.340	6.229.171	6.458.207	20 %
AP	57.217	58.870	61.151	61.787	66.480	16 %
TO	4.886.621	4.989.422	5.242.462	5.195.765	5.452.151	11 %
Nordeste	26.997.355	23.243.976	23.107.141	23.493.425	23.386.990	-13 %
MA	4.166.896	3.827.279	3.974.525	4.102.873	4.165.902	0 %
PI	1.925.853	1.680.713	1.737.816	1.723.899	1.723.482	-10 %
CE	2.916.728	2.443.968	2.398.095	2.316.313	2.215.383	-24 %
RN	1.080.521	960.517	960.235	975.256	966.421	-10 %
PB	1.596.149	1.404.852	1.365.540	1.351.508	1.332.300	-16 %
PE	2.210.998	1.890.163	1.913.740	1.976.091	2.003.403	-9 %
AL	1.003.015	943.434	952.698	968.963	964.874	-3 %
SE	1.102.726	978.374	948.769	940.617	929.059	-15 %
BA	10.974.469	9.114.676	8.855.723	9.137.906	9.086.167	-17 %
Sudeste	38.374.497	36.603.255	36.100.161	34.897.908	36.051.593	-6 %
MG	22.220.510	20.600.653	20.026.964	19.139.181	19.778.078	-10 %
ES	1.883.269	1.769.537	1.778.583	1.700.302	1.782.675	-5 %
RJ	1.926.703	1.871.037	1.820.343	1.741.326	1.791.119	-7 %
SP	12.344.014	12.362.028	12.474.270	12.317.098	12.699.721	2 %
Sul	26.401.640	26.325.185	26.233.301	25.650.158	26.316.977	0 %
PR	9.624.020	9.774.721	9.877.517	9.587.113	9.812.703	1 %
SC	3.109.191	3.127.508	3.112.197	3.041.578	3.022.222	-2 %
RS	13.668.428	13.452.956	13.243.587	13.021.468	13.482.053	-1 %
Centro-Oeste	48.534.546	49.993.443	50.701.052	49.661.135	52.213.785	7 %
MS	20.325.980	20.338.793	19.823.567	19.041.141	20.032.867	-1 %
MT	11.200.909	12.655.183	14.241.168	14.702.719	15.539.678	38 %
GO	16.915.179	16.860.703	16.550.310	15.833.825	16.556.150	-2 %
DF	92.478	88.763	85.998	83.451	85.090	-7 %
BRASIL	155.260.736	152.133.451	153.433.779	151.560.318	156.986.365	1 %

Fonte: FNP Consultoria (estimativa).

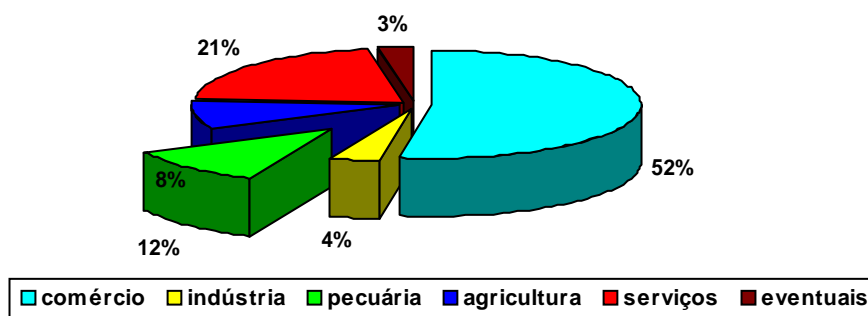
TABELA 7: *Ranking* de abate bovino (milhões/cabeças) – Brasil, 1991 a 2000.

Estados	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
SP	4,6	4,7	4,6	4,7	4,8	5,1	4,8	4,7	4,5	4,4
MS	2,7	3	2,9	2,8	3,1	3,5	3,4	3,3	3,3	3,4
GO	2,8	3	2,9	2,9	3,3	3,4	3,1	3	3	3,2
MG	3,1	3,3	3,3	2,8	3,3	3,7	3,2	3	2,9	3
RS	2,5	2,5	2,4	2,3	2,6	2,7	2,5	2,5	2,7	3
MT	1,5	1,6	1,6	1,7	2,0	2,2	2,3	2,4	2,5	2,8
BA	2,4	2,9	2,8	2,5	2,2	2,3	2,5	2,6	2,5	2,5
PR	2,1	2,1	2,1	2,2	2,4	2,6	2,5	2,4	2,3	2,5
Subtotal	21,7	23,1	22,6	21,9	23,7	25,5	24,3	23,9	23,7	24,8
Outros	6,5	6,9	6,9	6,5	7	7,2	7,2	7,5	7,3	8
Brasil	28,2	30	29,5	28,4	30,7	32,7	31,5	31,4	31	32,9

Fonte: ANUALPEC (vários anos)

Fica evidente a importância do Mato Grosso do Sul na produção pecuária nacional, tendo que ser efetivamente pensada como importante fonte de receitas e atividade econômica com potencial de crescimento, dados os seus índices estáveis de evolução do rebanho (Tabela 6) e sua evolução na quantidade de abates (Tabela 7), o que de certo também invoca à influência da abertura crescente dos mercados internacionais sobre a organização estadual da produção.

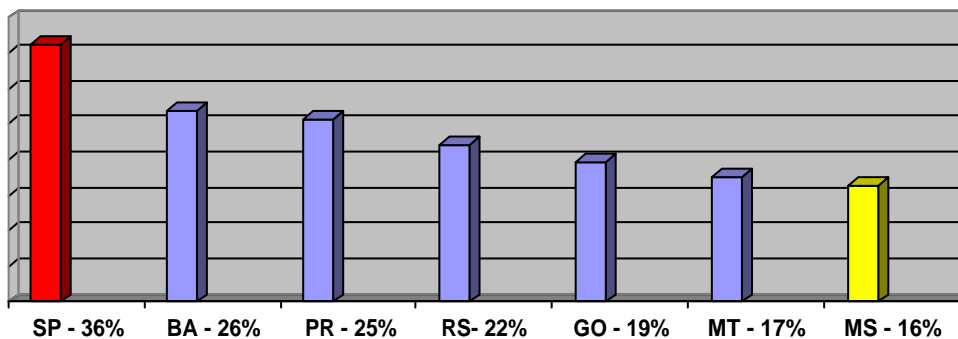
GRÁFICO 1: Arrecadação de ICMS – Mato Grosso do Sul, 1998.



Fonte: SEF/MS

Concomitante, tal importância também se refere ao viés de incremento à produção de renda e agregação de valor do produto *gado*, considerando o leque de possibilidades de sua exploração como produto final.

GRÁFICO 2 : Taxa de abate – *Ranking* dos Estados brasileiros.



Fonte: FNP Consultoria (2003)

TABELA 8: Municípios com os maiores efetivos bovinos – MS, 2000.

Município	Quantidade	Ranking estadual
Corumbá	1.501.764	1º
R. R. Pardo	1.166.564	2º
Três Lagoas	911.087	3º
Camapuã	743.608	4º
Água Clara	731.310	5º
Aquidauana	615.161	6º
Total	22.205.408.	-

Fonte: IBGE, 2001.

TABELA 9: Indicadores básicos da pecuária de corte – Mato Grosso do Sul, 1999.

Indicador	Quantidade
Tamanho do rebanho bovino	22,7 milhões
Evolução do rebanho bovino	0%
Total de abate bovino	3.184.109
Taxa geral do abate bovino	16%
Evolução do abate bovino (1991-99)	17%
Total do rebanho bovino confinado	145.000
Evolução do confinamento (1991-99)	163%
Preço médio das terras de pastagem	R\$ 745
Frigoríficos com SIF e SIE	48

Fonte: MICHELS, 2000.

Passados 27 anos desde sua criação⁷⁶, Mato Grosso do Sul apresenta hoje índices considerados de crescimento econômico (Gráfico 10), ao mesmo tempo em que acompanha, tal qual os grandes centros brasileiros, a escalada dos problemas

sociais que podem, dentre outros fatores, serem decorrentes de modelos de gestão pública ineficazes (Tabela 3 e 4).

Em especial, não usufruir do estágio das forças produtivas – em especial aquele relacionado com a *criação* de bovinos - como mecanismo de agregação de valor e transferência interna de renda é, no mínimo, uma incoerência.

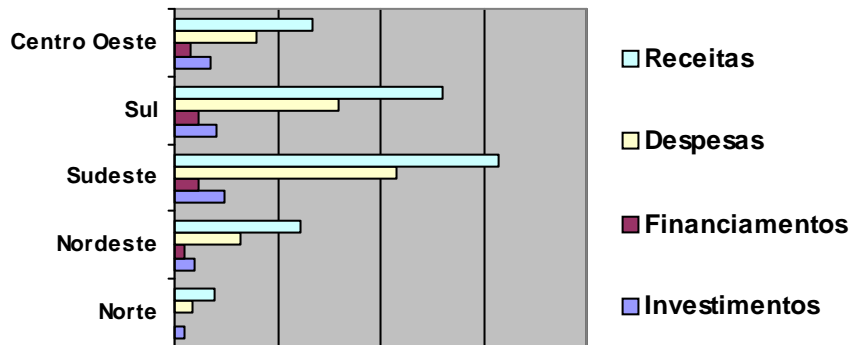
Observa-se que no tocante ao PIB do Brasil no ano de 1999, do total de 973,846 milhões de Reais, a participação de Mato Grosso do Sul fica na ínfima casa de 1,1 %, estando na 16^o posição do *ranking* nacional.

Na relação entre os resultados fiscais e primários de cada estado brasileiro, temos uma evidência da política do “Estado Mínimo”, com consequências importantes para os setores social e produtivo. Com grande volume de recursos destinados ao pagamento de dívidas junto ao setor financeiro, respeitando as determinações do Fundo Monetário Internacional através da busca incessante pelo Superávit Primário.

Mais atuais, os critérios que englobam os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), representam algo a mais com relação ao declamado crescimento econômico e seus reflexos nas políticas públicas. (Tabelas 11 e 12)

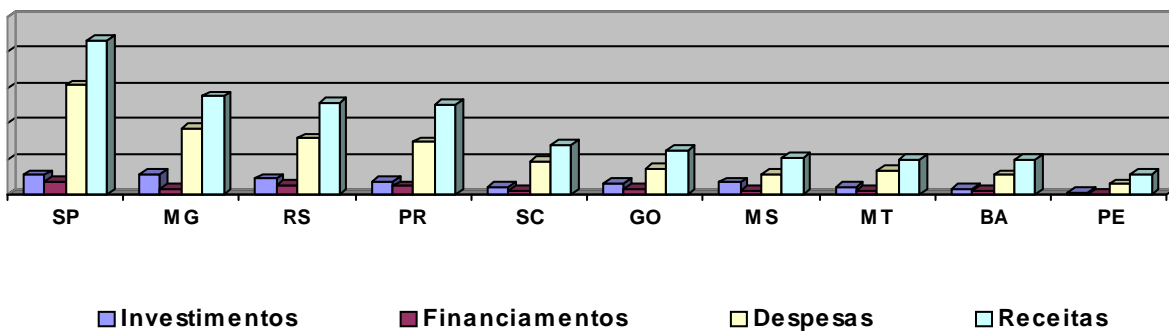
⁷⁶ Criado por Decreto Lei no ano de 1979.

GRÁFICO 3: Relação entre os principais dados que caracterizam o crescimento econômico – Regiões brasileiras, 2003.



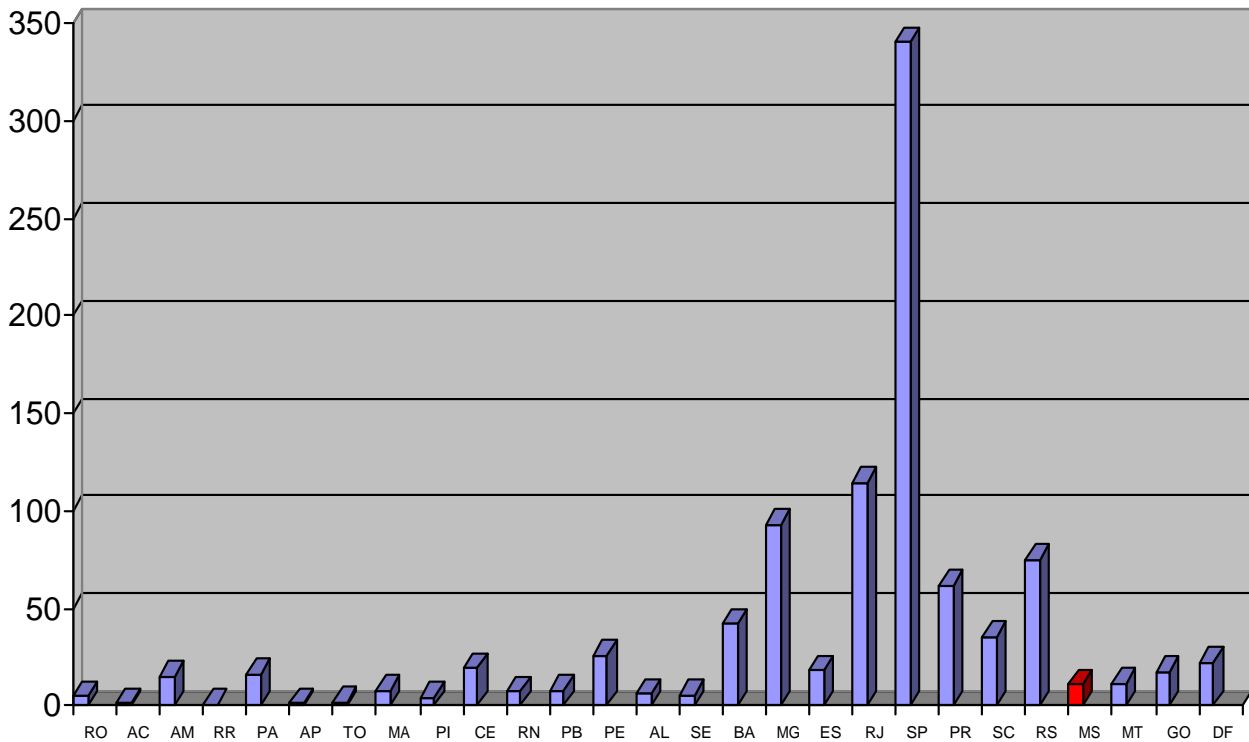
Fonte: IBGE, 2003.

GRÁFICO 4: Relação entre os principais dados que caracterizam o Crescimento Econômico – Dez maiores Receitas entre as Unidades da Federação, 2003.



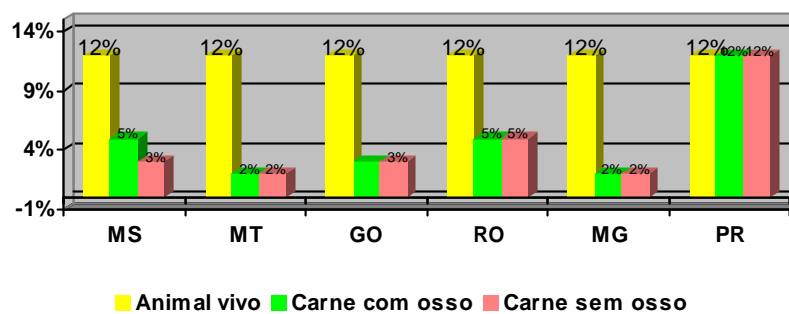
Fonte: IBGE, 2003.

GRÁFICO 5: PIB por unidade da Federação – *Panorama Comparativo*.
(por milhão de R\$)



Fonte: IBGE, 2002.

GRÁFICO 6: Incidência de impostos sobre a produção de carne bovina – Circuito Pecuário Centro-Oeste, 2000



Fonte: FNP Consultoria, 2000.

Ainda mais impicante é a situação se analisados os números sobre a incidência de impostos no setor produtivo brasileiro, como um todo, haja visto que o custo Brasil definitivamente não é exclusividade apenas da atividade pecuária. (Gráfico 6)

TABELA 10: Melhores IDH – *Ranking* mundial, 2003.

PAÍS	RANKING	ÍNDICE
<i>Noruega</i>	1º	0,963
Islândia	2º	0,956
Austrália	3º	0,955
Brasil	63º	0,792

Fonte: ONU – Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005.

TABELA 11: IDH – *Comparativo entre as U.F. brasileiras*

UF	IDH-M		VARIÇÃO GERAL	RANKING GERAL		VARIÇÃO DO RANKING
	1999	2000		1991	2000	
DF	0,798	0,844	0,047	1	1	0
SP	0,773	0,814	0,041	2	2	0
RS	0,757	0,809	0,052	3	3	0
SC	0,740	0,806	0,066	5	4	1
RJ	0,750	0,802	0,052	4	5	-1
PR	0,719	0,786	0,067	6	6	0
GO	0,707	0,770	0,062	9	7	2
MS	0,712	0,769	0,057	7	8	-1
MT	0,696	0,767	0,071	12	9	3
ES	0,698	0,767	0,068	10	10	0
MG	0,698	0,766	0,068	11	11	0
AP	0,691	0,751	0,061	13	12	1
RR	0,710	0,749	0,039	8	13	-5
RO	0,655	0,729	0,074	16	14	2
TO	0,635	0,721	0,086	17	15	2
PA	0,663	0,720	0,057	15	16	-1
AM	0,668	0,717	0,049	14	17	-3
RN	0,618	0,702	0,084	19	18	1
CE	0,597	0,699	0,102	23	19	4
BA	0,601	0,693	0,092	22	20	2
AC	0,620	0,692	0,072	18	21	-3
PE	0,614	0,692	0,077	20	22	-2
SE	0,607	0,687	0,080	21	23	-2
PB	0,584	0,678	0,094	25	24	1
PI	0,587	0,673	0,086	24	25	-1
MA	0,551	0,647	0,096	26	26	0
AL	0,535	0,633	0,098	27	27	0

Fonte: ONU – Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005.

TABELA 12: Piores IDH – Ranking estadual - MS

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 2000											
Novo Horizonte do Sul	MS	69,650	0,811	0,803	123,738	0,744	0,808	0,577	0,710	66	2822
Juti	MS	71,003	0,763	0,727	152,025	0,767	0,751	0,611	0,710	67	2825
Eldorado	MS	67,107	0,809	0,778	164,033	0,702	0,799	0,624	0,708	68	2855
Bodoquena	MS	65,396	0,827	0,811	167,482	0,673	0,822	0,628	0,707	69	2867
Taquarussu	MS	67,693	0,775	0,814	154,616	0,712	0,788	0,614	0,705	70	2914
Batayporã	MS	67,693	0,816	0,757	146,533	0,712	0,796	0,605	0,704	71	2920
Antônio João	MS	66,917	0,807	0,812	142,258	0,699	0,808	0,600	0,702	72	2951
Porto Murtinho	MS	65,751	0,820	0,728	166,251	0,679	0,789	0,626	0,698	73	3023
Dois Irmãos do Buriti	MS	65,050	0,812	0,786	132,222	0,668	0,803	0,588	0,686	74	3214
Paranhos	MS	69,108	0,749	0,691	113,769	0,735	0,730	0,563	0,676	75	3357
Tacuru	MS	65,211	0,739	0,756	118,411	0,670	0,745	0,570	0,661	76	3584
Japorã	MS	65,930	0,684	0,741	88,744	0,682	0,703	0,522	0,636	77	4015

Fonte: ONU -Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005.

Esses números que cruzam dados econômicos e a realidade social – sintetizada pelos critérios de IDH - corroboram para evidenciar as tendências das políticas públicas de Estado Mínimo, distanciadas do processo de valorização das especificidades locais, sem reconhecê-las como um importante mecanismo na via da redução das desigualdades sociais.

A bovinocultura de Mato Grosso do Sul, como atividade capitalista que é, e, na potencialidade da sua estrutura, mantêm-se com o maior rebanho bovino entre as unidades da federação, presente em todas as suas regiões (Gráfico6) e demonstrando índices de produtividade acima da média nacional e ainda com grande margem para expansão se comparados aos números europeus (Gráfico 7).

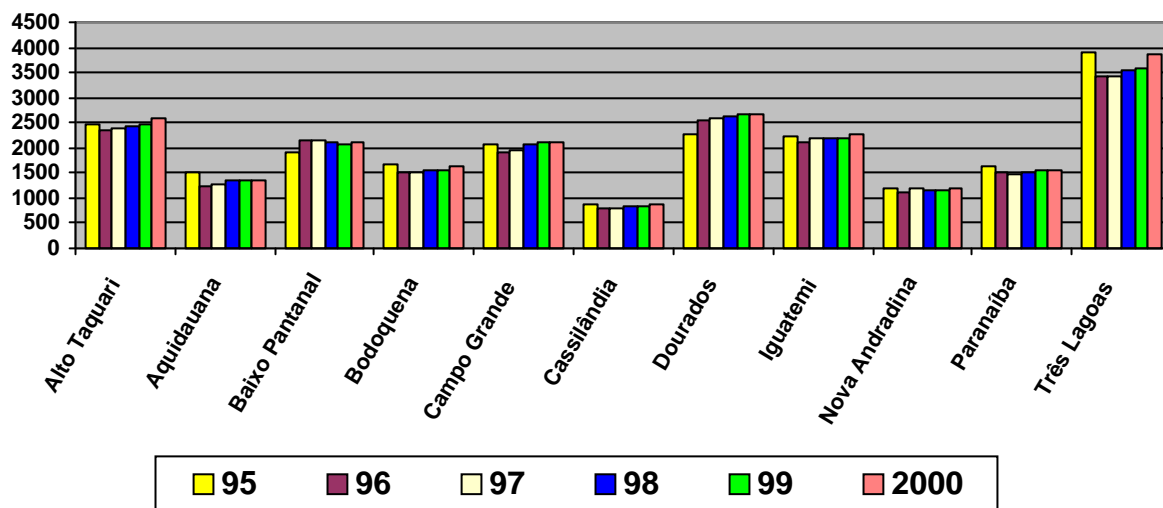
A relação entre a produção (rebanho) e a produtividade (taxa de abate) demonstra as tendências no que se refere a importância da otimização das técnicas e o emprego de tecnologias visando potencializar a produção comercial do gado bovino, bem como atender, através de política setorial, a cadeia

produtiva que configura a rede de relações da bovinocultura dentro e fora do estado.

Segundo o IAGRO/MS, o número total de produtores rurais cadastrados é de 48.880, sendo que destes, cerca de 329 constituem empresa rural registrada na Junta Comercial do estado. E, conforme coleta da pesquisa realizada por Flud Júnior (2002), a relação geral entre tamanho do imóvel e quantidade de cabeças apresentou a configuração disposta no Gráfico 8.

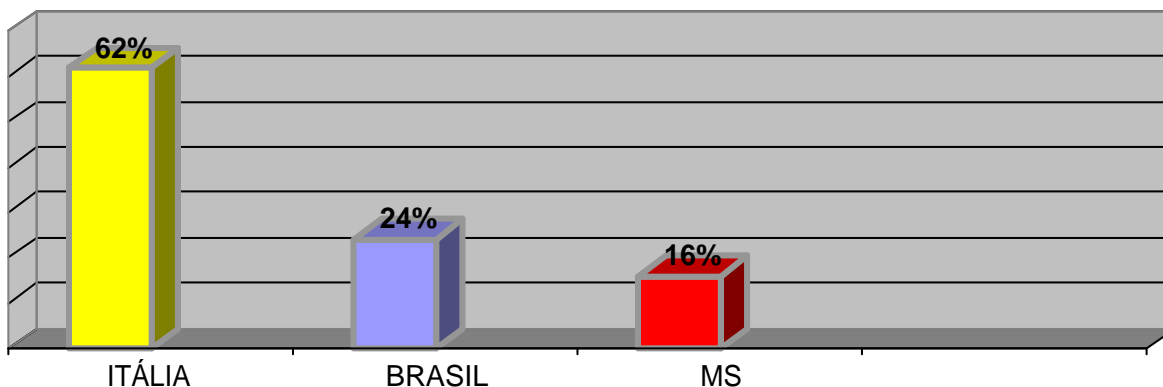
Ocorre que, há predominância das propriedades com área entre 1001 e 2000 *hectares* e 1001 e 2000 cabeças de gado, respectivamente, que denotam o caráter da grande indústria pastoril do estado.(Sodré, 1941).

GRÁFICO 7: Distribuição e evolução do rebanho –Por Microrregião Geográfica – MS, 1995 a 2000. (por mil cabeças)



Fonte: IBGE, 2001.

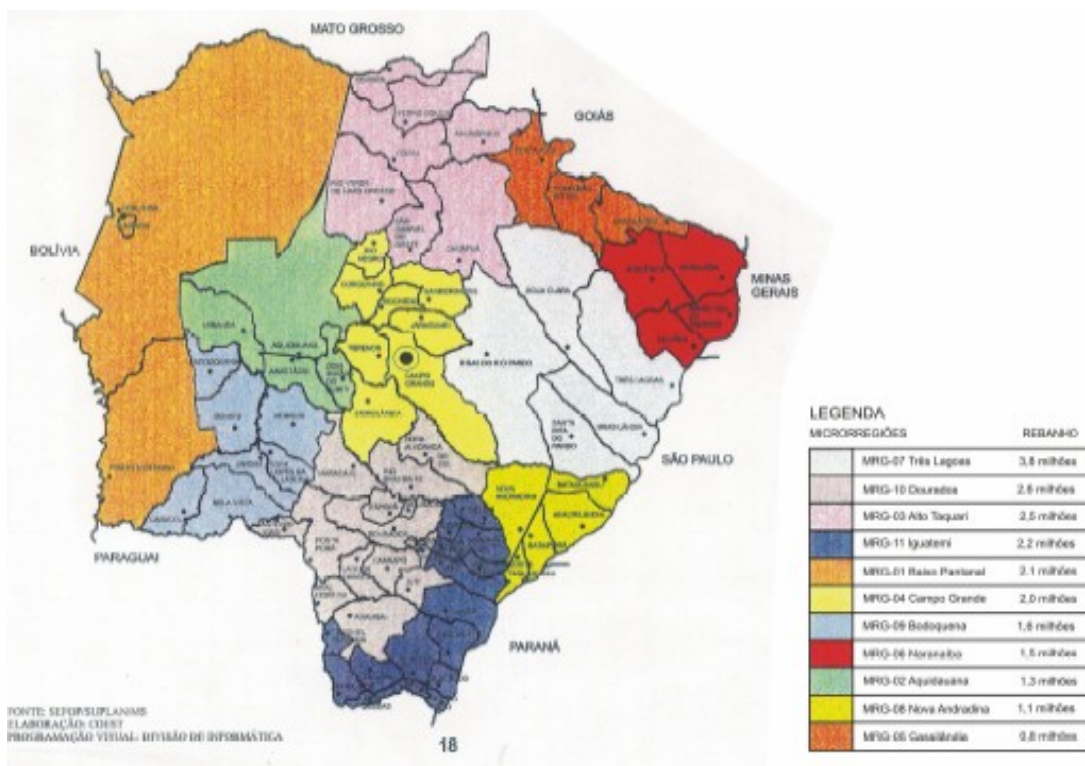
GRÁFICO 8: Comparativo entre taxas de abate.



Fonte: FNP Consultoria (2003)

FIGURA 16: Distribuição do rebanho por Microrregião Geográfica – MS, 2000.

Fonte: Produção da Pecuária Municipal/MS, 2000 e 2001.



Já com relação à especialização da etapa de produção de bovinos o cenário estadual encaminha-se para a verticalização, com tendência ao acúmulo das atividades de cria, recria e engorda, devendo-se fundamentalmente à chegada dos frigoríficos pela região do Brasil Central Pecuário.

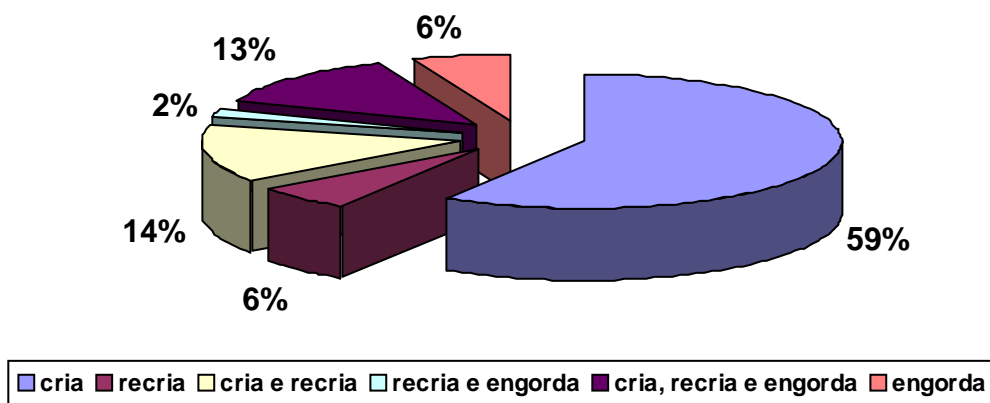
Em Mato Grosso até a década de 60 só existiam atividades de cria e recria de bovinos, que eram feitas em pastagens nativas, quase sem nenhuma tecnologia. Quando atingiam a idade para engorda, os bovinos eram exportados para outros estados considerados regiões de engorda, principalmente São Paulo.

Grosso modo, podemos caracterizar a especialização produtiva atual da pecuária em Mato Grosso do Sul incluindo a região de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas com predominância da prática intensiva, desenvolvendo as etapas de cria, recria e engorda, tanto em pastagens naturais quanto artificiais.

Já no Pantanal prevalece o sistema extensivo, com a utilização de grandes extensões de terras, com boas pastagens e grande influência do regime pluviométrico na formação das gramíneas e no manejo do gado.

Um terceiro sub-conjunto pode ser estruturado principalmente a partir da década de 70, quando a Serra de Maracaju, na região da Bodoquena, recebeu grande contingente de agricultores sulistas, especialmente paranaenses e gaúchos, atraídos pelo solo favorável à exploração agrícola. Esses agricultores passaram a exercer a atividade pecuária em terras de menor aptidão, dando início ao cultivo da pecuária intensiva. A forma extensiva ocupou os campos cerrados dessa mesma área, que passaram a receber gado do Pantanal para engorda.

GRÁFICO 9: Especialização produtiva na fase de produção de bovinos – MS, 2000.



Na etapa subsequente, do abate e frigorificagem, que constitui atividade atribuída aos abatedouros/frigoríficos, e que têm no animal abatido a fonte de produtos como a carne, miúdos e glândulas, cascos e chifres, intestinos e bucho, sangue e gordura e a pele, tem-se a instensificação da atividade, a partir desse contexto histórico.

Essas unidades industriais são inspecionadas pelo Serviço de Inspeção estadual – SIE/IAGRO ou pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF/DFA/MS, numa proporção de 2,2% por 97,8%, respectivamente.(Figura 22:164)

Nota-se que uma parte considerável do rebanho, sobretudo aquele distribuídos ao longo da divisa MS – SP, é destinado ao abate nas unidades industriais paulistas, o que segundo o IAGRO permeia os 16% do total de bovinos destinados ao abate.

Já no que se refere aos destinos da carne e subprodutos da pecuária Sul-mato-grossense, temos um panorama detalhado, logo a seguir no item **3.2, *Análise Vertical & Mercados, um ensaio sobre a espacialização da cadeia produtiva.***

TABELA 13: Setor frigorífico em Mato Grosso do Sul – 1999

Produção em 1999	1,1 milhões de ton/ano 3,15 milhões de animais/ano	R\$ 2,2 bilhões ao ano
Empregos diretos	10 500	R\$ 38 milhões ao ano
Arrecadação	4% de ICMS (carne com osso) 3% de ICMS (carne sem osso)	R\$ 60 milhões ao ano

Fonte: MICHELS, 2000.

A tabela permite visualizar a importância da agroindústria como geradora de renda e trabalho, dinamizando a economia estadual e possibilitando a retenção de uma fatia maior dos lucros provenientes da *bovinocultura*.

Atividade que, cabe destacar, sobretudo nos últimos dois anos, vêm sofrendo grandes impactos por ocasião dos últimos surtos da febre aftosa no estado⁷⁷.

⁷⁷ O surto que assolou a pecuária Sul-mato-grossense nestes dois últimos anos teve um saldo de 33 mil animais sacrificados, R\$ 30 milhões em investimento público para conter o vírus e mais de R\$ 18 milhões em indenizações do IAGRO/MS aos pecuaristas, fruto do embargo de 56 países. Sem contar os estragos diretos aos grandes grupos frigoríficos exportadores, como Bertin e Friboi que encontraram uma alternativa para reduzir as perdas, transferir a produção para os estados que não

3.2 Análise vertical & Mercados, um ensaio sobre a espacialização da cadeia produtiva.

Evidenciada a imponência dos números, parte-se agora para o entendimento dos aspectos que dão novo fôlego ao continuum de especialização produtiva no âmbito da macro-formação sócio-espacial do Mato Grosso do Sul.

Especificamente as características das etapas que envolvem a produção inicial do boi e seu consumo, em forma de produto final.

Tratada como fundamental para o desenvolvimento brasileiro por seu papel no abastecimento de centros urbanos consumidores, com momentos de inserção no mercado internacional e mesmo de entrada de capital industrial frigorífico estrangeiro, temos a partir dos anos 90, com a crescente abertura da economia brasileira e dos mercados internacionais, uma passagem às tendências que indicam, apesar de resistências dos EUA, União Européia e Japão, através de barreiras comerciais explícitas, a ampliação do mercado mundial de carne numa resposta à demanda de consumidores em busca de produtos de melhor qualidade e menor preço.

Antes dessa caracterização, algumas considerações são necessárias com relação aos conceitos elementares que contextualizam a temática das relações econômicas em rede.

Na intenção de cercar a análise de perspectivas teóricas consistentes, sem com isso pretender encerrar as discussões acerca dessas mesmas construções mas, sobretudo, identificar, nelas e com elas, a representação do real.

sofrem embargos, já que estas unidades trabalham com grande capacidade ociosa em suas diversas plantas pelo país. (ABAG, 2006)

A partir desse pressuposto, a atividade pecuária analisada encontra sua delimitação espacial a partir da instituição de suas relações diretas entre os agentes ligados sobretudo à etapa inicial de produção de matéria-prima, o que vale dizer, encontra seu recorte espacial na *região*.

Tendo isso, recorremos a Santos (1992), que, construindo o entendimento para Região⁷⁸, discorre,

(...) 'espaço da circulação e da distribuição' e o 'espaço do consumo' (...) o uso seletivo do espaço se daria sobretudo através desse processo, uma vez que, nas condições atuais de circulação rápida do capital, isto é, pela necessidade de rápida transformação do produto em mercadoria ou capital-dinheiro, nas condições atuais de reprodução, a capacidade maior de fazer circular rapidamente o produto é condição, para cada firma, de sua capacidade maior ou menor de realização, ou, em outras palavras, do seu poder de mercado, o que também quer dizer poder político.

Sem dúvida, o discernimento acima permite um entendimento com relação a estruturação política dos territórios marcados pelos conflitos de poder, entre os grupos sociais relevantes do processo de apropriação e uso do espaço, nas diferentes etapas caracterizadas pelas grandes entradas, pelo Pantanal, Planalto e Sul. Que instituem o caráter regional à produção econômica pesquisada.

Ainda, ao se referir especificamente ao conceito de Regiões produtivas, Santos (1996), coloca,

O problema de conhecer e definir regiões produtivas é o de saber onde estão, o que são, qual o cimento regional produzido por toda uma gama de interações criadas pelo próprio processo produtivo ao longo do tempo e os agravos a esse cimento regional, como resultado de processos produtivos novos, etc. O processo produtivo, visto em sua evolução, é que nos dará toda a gama de relações que desejamos captar: com a

⁷⁸ Mais sobre o conceito de Região, consultar SANTOS, Milton. Espaço & método. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

Natureza e o passado, entre as classes sociais, com áreas externas; tudo isso presidido localmente pelo *processo imediato de produção*, isto é, o trabalho para produzir o produto X, diferente do que seria exigido para produzir o produto Y; diferente do que se daria em outro momento histórico; diferente do que se efetuaría em outro lugar ou área". Sugere ainda: "Como trabalhar, então, cada região produtiva ? (...) a partir de dois enfoques, que são complementares: primeiro, a compreensão do presente, isto é, o entendimento de como elas são hoje. Segundo, a reconstituição de sua evolução, de maneira a ajudar uma melhor compreensão desse hoje. (...) Na verdade, cada região produtiva se liga de forma maior ou menor a áreas externas ao estado. Os níveis e a intensidade dessa interação para dentro e para fora de cada estado variam com o tempo. Pode-se dizer, também, que a cada momento histórico, a definição das disparidades regionais muda. Esses dois princípios, o da mudança da natureza das disparidades regionais e o do tipo de relações, internas ou externas, mantidas pela região produtiva, constituem, também, um dos elementos complementares à compreensão da significação atual das redes de cidades, que, de uma maneira ou de outra, presidem às relações existentes. (SANTOS, 1996:72-74 *Grifos meus*)

Tem-se aqui, como referência ao "cimento regional" de Santos (1996), a pecuarização acentando gradativamente a formação sócio-espacial, portanto, o processo produtivo em diferentes tempos, e, acomodando em cada tempo novos objetos, logo, instituindo a dinamicidade da formação econômica e social regional.

Também indissociável do conceito de cadeia produtiva, as Redes⁷⁹ se constituem numa infinita teia de relações que determinam e são determinadas umas pelas outras, assim como também observa Santos (1996),

(...) há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente. O fato de que a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento,

⁷⁹ SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura sócio-espacial".

Nesse caso, a produção e a comercialização da carne como alimento, caracteriza a solidariedade espacial, esteja ela fundada na divisão territorial, nacional e mesmo internacional do trabalho, dada a simplificação do processo produtivo, consideradas as etapas à montante e à jusante da fase de produção de bovinos.

Reuni-se então três conceitos fundamentais para o entendimento das relações que configuram a teia que interliga a fase de cria e recria do gado e suas nuances espaciais, pelos territórios instituídos pela formação histórico-regional.

Cientes de que nesse processo, a complexificação das relações entre os agentes e o mercado, e desses a representação espacial consequente, estão intimamente associados à intensificação da competitividade.

Logo, somamos a isso o fato de que,

(...) no que concerne especificamente a complexidade existente em toda a cadeia produtiva que envolve a criação pecuária bovina, faz-se, como prerrogativa de análise, contextualizar as estratégias empresariais adotadas frente a nova fisionomia dos mercados pós-90 e, tendo como fio condutor a relação entre estas estratégias e as suas respectivas trajetórias históricas e geográficas - sua formação sócio-espacial - sob o pressuposto básico de que, em um ambiente de acirrada concorrência, a diferença entre as firmas, quanto à capacitação tecnológica, escala de produção, diferenciação de produtos e marketing, constituem-se fatores determinantes das suas respectivas estruturas geoeconômicas. (ESPÍNDOLA, 2002)

O que conduz necessariamente à temática das inovações técnicas e tecnológicas como fundamentos para o entendimento dos estágios das forças produtivas no âmbito microrregional, explicitando os ritmos dos processos

atrelados a capacidade e motivação dos investimentos pelos empresários do setor pecuário.

Já se, considerada toda a cadeia, incluindo os subprodutos advindos da bovinocultura – couro, ossos, chifres, miúdos, outros – temos uma complexificação que representa a heterogeneização das relações de solidariedade espacial (SANTOS,1996) o que amplia as possibilidades da atividade econômica, uma vez tratado o produto “boi” com maior potencial de agregação de valor dentro do estado.

Sob esse viés é importante fazer algumas considerações, dadas as ramificações conceituais que cercam determinadas expressões como, Complexo Agroindustrial, *Agribusiness*, Complexo Agroindustrial, Cadeia de Produção Agropecuária, Sistemas Agroindustriais, Unidades Sócio-Econômicas de Produção e outras.

Nossa advertência considera a essência dos conceitos, independente da fundamentação em que se baseia cada análise, neste caso sob a influência das escolas Francesa e Norte americana⁸⁰.

Assim, independentemente da relevância dada ao agente dinamizador da cadeia de relações – entenda-se matéria-prima base ou produto final – o que nos importa aqui é a própria dinâmica em si, que institui o *continuum* do processo de produção, desde o boi até o consumidor, ou vice-versa.

Nessa perspectiva é que desenvolveremos o conceito de cadeia produtiva, algo mais complexo do que as análises tradicionais, pautados pelas construções de Batalha (1997), que as caracteriza, como,

(...) uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico (...) e também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre os estados de transformação, um fluxo de troca, situado a montante e a jusante, entre fornecedores e clientes", sendo, em síntese, "um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram articulação das operações. (BATALHA, 1995:43-50)

A cadeia de produção como um conjunto de operações técnicas constitui a definição mais imediata e conhecida do conceito. Esse enfoque consiste em descrever as operações de produção responsáveis pela transformação de matéria-prima em produto acabado. Segundo essa lógica, uma cadeia de produção se apresenta como uma sucessão linear de operações técnicas de produção e distribuição. (MICHELS, 2000:43)

Pode-se dizer ainda que ela se constitui numa sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico e também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e cliente. Logo, a cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações. (BATALHA, 1997:24)

Podemos sintetizar cada fase geral de uma cadeia de produção agropecuária da seguinte maneira, *Insumos*, empresas, em geral grandes grupos, que através do varejo atendem ao fornecimento de produtos tais como sais

⁸⁰ Ambas as teorias realizam cortes verticais no sistema econômico, porém para a escola francesa parte-se do produto acabado em direção à matéria-prima base de sua produção, enquanto que para os norte-americanos (Golberg) o ponto de partida da análise está na matéria-prima. (BATALHA, 1997:35)

minerais, vacinas, arame farpado, entre outros; *Produção*, reúne as firmas e os produtores rurais que fornecem matérias-primas iniciais como a pecuária, a piscicultura, a agricultura, e outros, para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final; *Industrialização*, é constituída pelas firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais, destinados ao consumo, podendo se constituir em uma unidade familiar ou um grande grupo, como por exemplo os frigoríficos Bertin, Independência, e outro; *Comercialização*, etapa representada pelas empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia e que viabilizam o comércio e o consumo, como exemplo os açougues, mercados, hipermercados, e outros.

Para incrementar ainda mais este conceito, incluindo a atividade a qual a tratada pesquisa está pautada, consideramos fundamental a caracterização dos segmentos que, como segue nos referenciando Batalha (1997), estão a jusante (saída do produto final) e a montante (entrada de matéria-prima), a partir de quatro macro-segmentos ou mercados de análise, a saber: *o mercado entre os produtores de insumos e os produtores rurais, o mercado entre os produtores rurais e a agroindústria, o mercado entre a agroindústria e os distribuidores e, finalmente, o mercado entre distribuidores e consumidores finais.*

A montante da fazenda, existem inúmeras organizações de insumos agrícolas e de produção, compreendendo, sementes, fertilizantes, inseticidas, herbicidas, fungicidas, suplementos para ração, vacinas, medicamentos, combustíveis, tratores, máquinas e implementos.

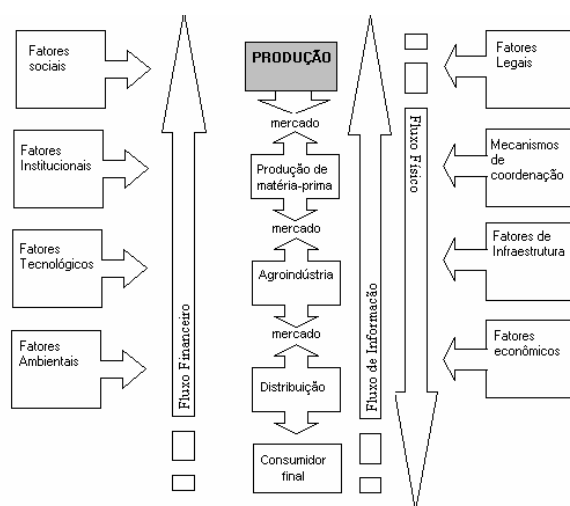
A jusante, encontram-se complexas estruturas de armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição, cujas funções,

somadas às mencionadas anteriormente, são, mais intensas e complexas que as atividades realizadas dentro da fazenda.

Estima-se, grosso modo, que no Brasil, do total de operações ligadas ao complexo agroindustrial, 8% se referem a produção de bens e serviços destinados ao próprio mercado rural antes da produção na fazenda, 32% são de produção agropecuária propriamente dita e 60% dizem respeito às atividades que caracterizam as etapas “da porteira para fora”. (FLUD JÚNIOR, 2002:32)

FIGURA 17: A Cadeia Produtiva da Carne bovina – Relações Generalizadas.

Fonte: BATALHA e SILVA, 1999.



Percebe-se, sob este ponto de vista, que temos estruturas de mercado diferenciadas em cada etapa, o que não permite portanto, tratar a atividade simplesmente a partir de uma análise de concorrência perfeita.

Num jogo de forças, o que se nota é a crescente atuação do setor de distribuição, notadamente as grandes redes de supermercados, atuando como oligopólio diferenciado, estando as franjas de empresas marginais (açougues e

boutiques) em franco processo de redução de importância. Este setor, segundo a perspectiva do Syrilo e Sproesser (1995), atualmente dispõe do controle sobre a formação dos preços, dado seu ganho de escala.

Atualmente nota-se a crescente influência das grandes redes de supermercados no âmbito das relações que envolvem a cadeia, com destaque para grupos como *Carrefour* e *Pão de Açúcar*, que desenvolvem programas de controle de qualidade do produto carne, remetendo exigências ao setor produtivo.

Essas ações buscam sobretudo obter a confiança dos clientes, uma vez que as pesquisas mostram a carne como um dos campeões de fidelização, ou seja, através dela é possível conquistar maior assiduidade nas lojas de cada grupo. (DBO RURAL, 2000:84)

No caso específico do *Carrefour* há uma associação à marca do grupo, ou seja carne com o selo de “Garantia de Origem Carrefour”.

O grupo vem investindo maciçamente nas suas unidades espalhadas por 21 países, com destaque para o atrelamento do preço a ser pago ao produtor ao índices regionalizados da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, que lhes garante uma otimização dos lucros frente às negociações com os fornecedores.

Outras exigências complementam os programas de qualidade da rede, com destaque para o “Rastreamento do nascimento ao abate”, onde consegue-se obter o histórico da animal abatido através dos “brincos” ou *chips*, que fornecem o ano de nascimento, a fazenda de origem e a sigla do estado fornecedor.

Ainda, o grupo *Carrefour* exige do pecuarista formas sustentáveis de gestão da propriedade, englobando entre outras variáveis, pastagens mapeadas, indicando os cercamentos dos pastos e as áreas de reservas, com as respectivas

cartas disponibilizadas para auditorias , além de um controle sobre a mão-de-obra empregada e do respeito à legislação trabalhista. (DBO RURAL, 2000:87)

Contrariando as tendências de aumento da produção confinada, o grupo estabelece mais valor à carne produzida pelo sistema extensivo, reconhecendo as propriedades de sabor do produto.

Além do controle sobre a fase de produção, percebe-se uma rígida atuação sobre o setor de frigorificação, com determinações ligadas ao manejo da carne abatida e à temperatura da carne na hora do transporte, mantendo-se técnicos plantonistas nas unidades industriais.

É bom salientar que as parcerias vislumbram as relações com os produtores já estabelecidos, em média aqueles cujo rebanho varia de 5 a 10mil cabeças, ou seja, elas não priorizam os pecuaristas menos competitivos.

Na outra ponta da cadeia temos o produtor - pecuarista - diretamente atrelado à estrutura de oligopólio homogêneo - na etapa de abate -, com poucas empresas frigoríficas negociando com muitos produtores ou, em outros casos ligados a uma estrutura de concorrência perfeita, mais presente nos mercados locais e nacional.

Ressalta-se que, mesmo dentro da produção existem (como já explicitado) especializações que diferenciam as margens de lucro da etapa, sendo que a fase de engorda têm hegemonia sobre as fases de cria e recria, no que se refere à formação de preços e relações de mercado. O que se explica pela dependência das fases iniciais à dinâmica dos ciclos climáticos influenciando na formação das pastagens, além dos riscos de doenças no rebanho e outros.

No rumo desta especialização temos o setor de insumos, que se apresenta como oligopólio concentrado, ou quase monopólio, dominado pelas grandes empresas, em geral transnacionais.

Essa análise das principais relações estabelecidas nos quatro principais elos da cadeia produtiva da bovinocultura de corte brasileira nos permite afirmar que os produtores rurais (pecuaristas), por seu grande número, são pressionados, de um lado, pelo mercado de insumos, concentrado em oligopólios ou mesmo monopólios, e de outro pela indústria de abate (frigoríficos), constituída por oligopólios concentrados, que determinam, por exercerem a distribuição, o preço a ser pago pela arroba de animal vivo. O pecuarista se limita a ser predominantemente um tomador de preços, tanto de seus insumos quanto do produto final, a arroba do boi (vivo ou morto). Além do exposto, os limites naturais - fertilidade do solo, estacionalidade - acabam impondo uma fragilidade ainda maior às relações negociais do pecuarista. (SYRILO e SPROESSER, 1999 *apud* MICHELS, 2000:57-61)

A cadeia produtiva da pecuária bovina de corte brasileira é uma das mais complexas quanto a sua estruturação e aos agentes nela envolvidos, cumprindo ao longo da história e do desenvolvimento brasileiros um papel fundamental, especialmente a partir do abastecimento de carne e couro aos centros urbanos em formação nas diversas regiões do país.

Quanto à abrangência das relações de mercados podemos caracterizá-la com três dimensões, *global, regional, nacional*, respeitando a estrutura da cadeia, ou seja, as atividades tanto à montante quanto à jusante da fase de produção de bovinos, dispostas em síntese para análise na figura 19.

Como atividade econômica, esta pecuária tem seus conflitos marcados pela posição de cada grupo com relação a prática dos preços. Com diferenças entre os representantes dos três elos, a *produção, o abate e a distribuição*, dado a diferenciação e os componentes de agregação de valor das etapas.

Senão vejamos no Gráfico 10 e na Figura 18, a participação de cada setor na formação de preço do produto final, neste caso específico, a carne.

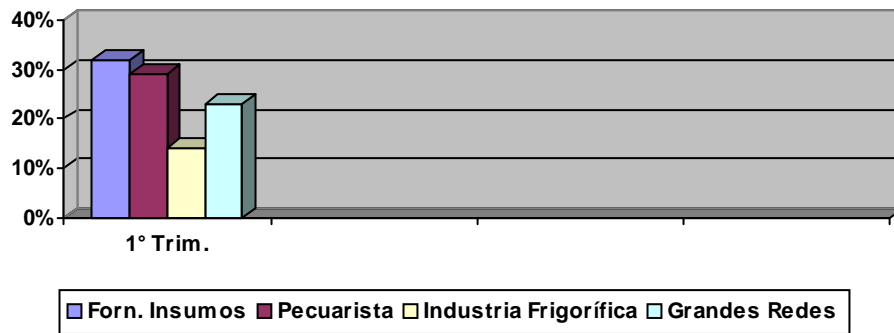
Com relação às inferências políticas no setor pecuário brasileiro, a grande contribuição de Miguel Gimenez Benites pode dar aporte ao entendimento sobre os conflitos que envolvem cada elo da cadeia, desde sua formação histórica.

Ele demonstra como os interesses de cada grupo se impõe na construção das políticas para o setor, aproximando-se das concepções *duais* da formação brasileira (RANGEL, 1981).

Centraliza sua pesquisa em duas grandes vertentes, uma primeira que analisa a implantação da economia natural, de monopólio e de mercado, desde os séculos XVIII, XIX e início do XX, já a Segunda traz uma luz sobre os conflitos e alianças entre os grupos de interesse da economia pastoril, o incremento da estrutura da economia de mercado como fundamentos para o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Situa-se cronologicamente nos períodos entre 1915 a 1930, com o estabelecimento da indústria frigorífica na Região do Brasil Central Pecuário (MAMIGONIAN, 1976), entre 1930 a 1937, a gênese da organização desse setor e por fim, entre 1964 e 1984, da sua reestruturação.

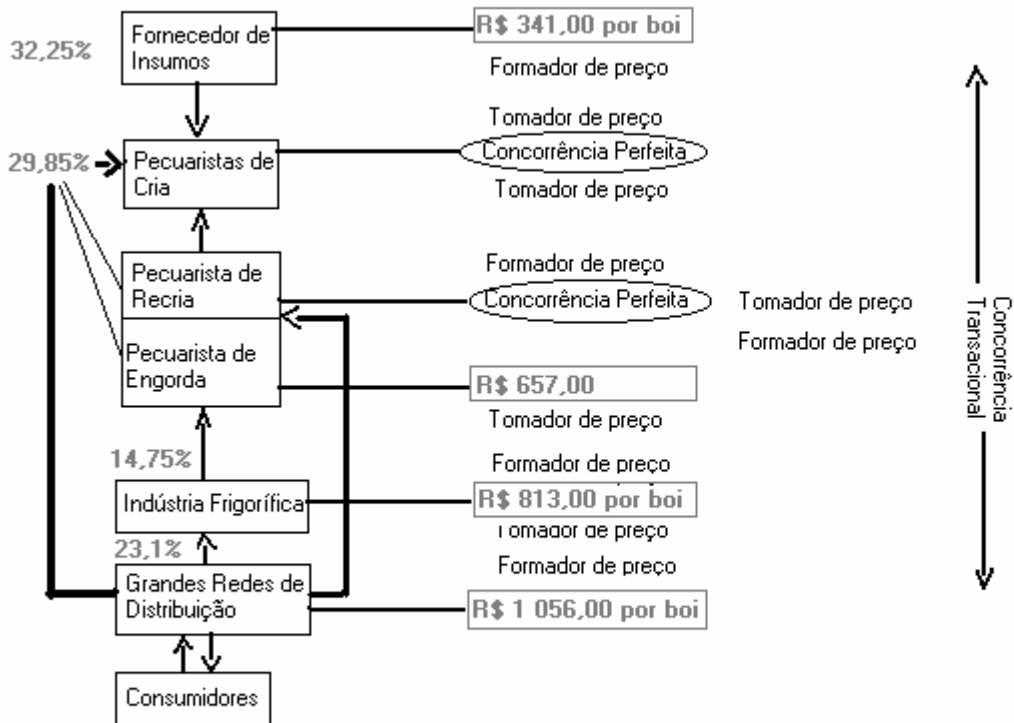
Benites enfoca a apropriação da atividade pelo governo brasileiro na intenção de incluí-la no bojo do desenvolvimento industrial nacional. Buscando estratégias para o equilíbrio do abastecimento interno, dentre outras, atingindo o consumidor das classes de baixa renda. O que, segundo ele, refletia positivamente nos setores da imprensa e ajudava na manutenção da imagem dos governos populistas.

GRÁFICO 10: Agregação de valor na cadeia produtiva da carne – MS, 1999.



Fonte: MICHELS, 2000 (adaptado)

FIGURA 18: Agregação de valor pela cadeia produtiva da carne – MS, 1999



Fonte: MICHELS, 2000.

Sintetiza os esforços do setor com relação ao direcionamento da produção para os mercados interno e externo. Conclui que a partir dos anos 30 há priorização do mercado interno pelo governo brasileiro e suas políticas setoriais.

Já no período entre Guerras ocorre uma transição de prioridades para o mercado externo, visando uma compensação pela queda das exportações do café e da borracha.

Este momento constitui o marco da entrada do Mato Grosso do Sul no mercado internacional de carne resfriada.

Temos assim, na contextualização do conjunto das relações que envolvem a transformação do gado bovino em produto comercializável, até o consumidor final, o que intitulamos *Esquema da Funcionalidade na Bovinocultura, um ensaio*.

(Figura 19)

FIGURA 19: Funcionalidades espaciais nas etapas da bovinocultura.

Ainda, no que se refere a produção bovina também responsável por fornecer produtos não-alimentícios destinados à indústria, têm-se uma variabilidade de destinos comerciais, desde o consumo direto até o fortemente intermediado, envolvendo numerosas indústrias de transformação que surgem para satisfazer uma demanda final cada vez mais sofisticada e exigente, organização das etapas complementares à criação, mais complexas enquanto relações que transcendem o espaço local e alcançam outras escalas.

Com essa perspectiva, buscamos olhar as construções sobre o desenvolvimento da pecuária sul-mato-grossense a partir de uma abordagem sistêmica, considerando que,

(...) entre os grandes gargalos no desenvolvimento do Complexo Agroindustrial está, em primeiro lugar, um problema conceitual (...) nossa incapacidade de enxergar o sistema como um todo, de reconhecer o enorme crescimento da interdependência da agropecuária com outros setores econômicos, o que vem inibir um processo integrado de planejamento e trabalho conjunto que permita formular políticas sólidas visando atender, com maior eficiência, nossas metas econômicas e sociais. (ARAÚJO, 1990 *apud* FLUD JÚNIOR, 2002:34. *Grifos meus*)

Essas determinantes, pensadas no conjunto de suas relações e conflitos, constituem em poderosa ferramenta para compreender a dinâmica de funcionamento da Cadeia Produtiva, tratando-se de uma metodologia que leva a uma divisão setorial do sistema produtivo, permitindo a formulação e análise de políticas públicas e privadas, servindo como ferramenta de descrição técnico-econômica, de metodologia de análise e estratégia das firmas, além de ferramenta de análise das inovações tecnológicas e de apoio à tomada de decisão acerca do emprego de novas técnicas e tecnologias. (BATALHA, *op cit*)

O conceito de Agronegócio é incluso nesta perspectiva como instrumento analítico e experimental para a realização de diagnósticos e simulações de

estratégias para as cadeias produtivas, dada sua importância crescente como neologismo nas discussões e construções acadêmicas⁸¹.

No contexto geral pode-se afirmar, que

(...) o *Agribusiness* engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços. (ARAÚJO *apud* FLUD JÚNIOR, 2002:34)

Ainda mais contemporâneo, o conceito de *Clustes* ou SPL (Sistema de Produção Local) encaminham nesse sentido, ao ampliar as perspectivas acerca da acomodação de diferentes etapas produtivas, de um produto específico forte, intensificando o fluxo do capital na escala local e regional.

Pode-se entender os *clusters*, ou Sistemas Produtivos Locais (SPL), como concentrações espaciais de negócios independentes que se comunicam, dialogam e transacionam para partilhar coletivamente tanto oportunidades quanto ameaças, gerando novos conhecimentos, concorrências inovadora e chances de cooperação.

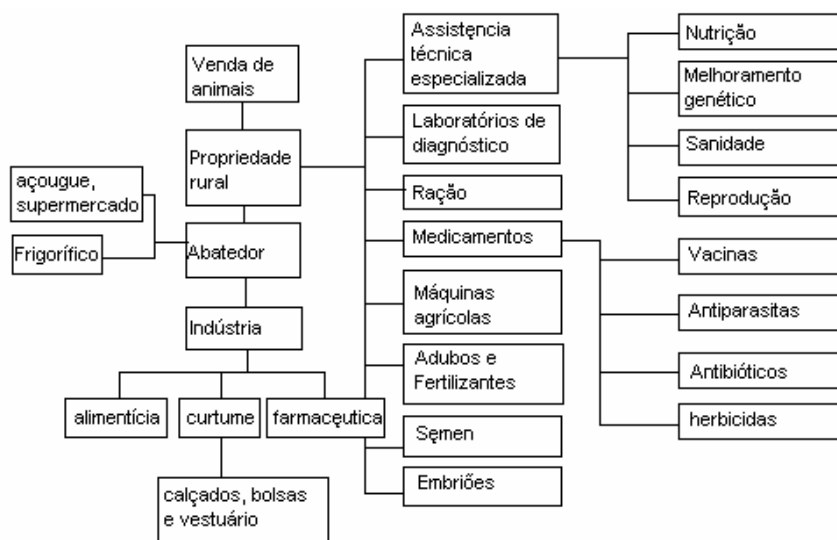
Quando chegam a se consolidar, esses *clusters* também podem dar origem a um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que tendem a estimular uma outra trindade fundamental para o dinamismo econômico, a combinação de concorrência com cooperação, a combinação de conflito com participação e a combinação do conhecimento local e prático com conhecimento científico.

⁸¹ PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Régis. Impacto das revoluções tecnológicas na agricultura. In: PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. (Orgs). Reestruturação no agribusiness brasileiro:

O fato de os *clusters* (ou SPL) não resultarem de planos especialmente concebidos para construí-los não significa que sua existência deva ser atribuída ao acaso. Pelo contrário, uma vez identificados, embriões de *clusters* (ou SPL) podem ser decisivamente alavancados por ações dos poderes públicos que consolidam o ambiente institucional necessário ao aprofundamento e à expansão das duas mencionadas trindades do dinamismo econômico. (VEIGA, 2001:109)

Assim, temos ferramentas suficientes para entender a dinâmica da organização das forças produtivas, em especial o que se dá com a pecuária sul-mato-grossense, no bojo de suas relações e conflitos e, também por ocasião destes, suas perspectivas.

FIGURA 20: Caracterização do *Cluster* da Pecuária de Corte: Complexo Produtivo.



Fonte: HADDAD, 1998.

3.3 Conjuntura

Considerando que, neste processo de complexificação das relações que envolvem a *bovinocultura* estadual, ocorre um aprimoramento da rede com a intensificação dos contatos com as externalidades, por conseguinte, engendra também uma nova dinâmica ao próprio processo produtivo, numa síntese das inversões e reflexos produto da chegada pelo espaço do meio técnico-científico.

As duas Guerras Mundiais permitiram sem dúvida uma realocação da posição dos grupos de interesse no âmbito da política e economia mundiais, servindo - como qualquer outra Guerra - como "momento de arrumação das hegemonias", com os países voltando-se para dentro e repensando suas relações internacionais.

Por este tempo, surge o GATT (1945), apontando estatísticas sobre os sistemas tarifários e inaugurando novas tendências com relação aos mecanismos de controle sobre o crescente mercado internacional.

Seguiram-se encontros que marcaram as discussões sobre a proteção dos mercados nacionais frente à internacionalização da produção e do consumo.

Já a partir de 1993, com a Rodada do Uruguai, ocorre a diminuição geral das barreiras alfandegárias, na defesa do discurso da Globalização da economia.

Para o setor agropecuário, os resultados da Rodada do Uruguai foram diversos, destacando-se a substituição das barreiras não-tarifárias pelas tarifárias, visando a ocorrência, entre 1996-2002, de uma redução média de 36% para os países desenvolvidos e 24% para os países em

desenvolvimento, destas tarifas; a ampliação do acesso aos mercados dos países desenvolvidos de 3%, entre 1996-1998, para 5%, entre 1999-2002; da redução dos subsídios às exportações de 36% para os países desenvolvidos e 24% para os países em desenvolvimento, entre 1996-2002.

Embora reconheça-se a importância de tais medidas, essa reunião, conhecida também como "Rodada do Milênio", acabou por se constituir num verdadeiro fracasso, sobretudo porque os países desenvolvidos se negaram a incluir na pauta de negociações da posterior Rodada de Seattle, as discussões relativas à redução dos subsídios agrícolas.

Demonstrando claramente a importância das ações Governamentais e a participação incisiva do Estado nas decisões políticas acerca das atividades econômicas dos países Centrais, derrubando o discurso da flexibilização econômica e da Globalização, ainda que alguns insistem em acreditar, escusos são seus interesses.

Para que tenhamos uma idéia do que efetivamente representam estas tarifas protecionistas para custos os países exportadores, por exemplo, de carne bovina, como o Brasil, tínhamos em 2000, alíquotas de 26% (EUA), 50% (Japão) e 76% (União Européia).

Essas tarifas representam um volume de recursos que saem das mãos dos produtores, tornando-os menos competitivos no mercado externo.

Além delas, os produtos exportados pelo Brasil ainda disputam a concorrência internacional altamente subsidiada. Tais subsídios inviabilizam a produção de países como o Brasil, dada a concorrência desleal que, por exemplo, só no ano de 1998 significou a transferência, por parte dos governos da União

Européia no setor agropecuário cifras de US\$ 140 bilhões, enquanto que os EUA, Canadá e México destinaram US\$ 97 bilhões, US\$ 4,2 bilhões e US\$ 5,9 bilhões, respectivamente. (Revista Valor Econômico, 2000)

O agronegócio brasileiro, mesmo com esta política protecionista praticada pelos países ricos, representou em 2003, 34% do PIB nacional, 42% da pauta de exportações e 37% dos empregos no país. Este comportamento tem íntima relação com o processo de modernização implementado pelas agroindústrias nas cadeias produtivas e nos sistemas de distribuição e comercialização, implementando um dinamismo ao setor, em destaque a produção de carne que, em fevereiro de 2004 apresentou receitas de US\$ 667,6 milhões.(ESPÍNDOLA, 2004)

Trazendo à luz as discussões acerca das teorias que buscam explicar as novas configurações que as relações entre produção e espaço assumiram no fim do século XX, Martin BODDY (1990) traz um crítica à tendência de generalização das análises sobre os regimes de acumulação, demonstrando a importância das construções teóricas de Scott (1988a), Storper e Christopherson (1987), Schoemberger (1988), Bagnasco (1977) e Brusco (1983), como contribuições para a compreensão de tais mudanças, mas limitadas para servir como teoria geral para a Geografia da produção e suas nuances contemporâneas.

Continua, sustentando que diferentes motivos estão por trás da internacionalização da produção, dentre eles: o custo da mão-de-obra, a penetração nos mercados, objetivos de tangenciar os custos das barreiras tarifárias, uma tentativa de segmentar a produção como defesa contra

organizações sindicais, economias de escala obtidas pela interpenetração de mercados importantes, incluindo cooperação entre firmas.

É claramente importante relacionar as análises de enfoque local ou regional com o nível nacional e com o nível mundial das empresas transnacionais e dos fluxos financeiros. A abertura das economias locais e regionais também enfatiza a necessidade de análises setoriais. A mudança na produção e a evolução das estratégias competitivas são, frequentemente, específicas a setores e devem ser analisadas nesse nível.

(...)Está implícito que as políticas locais e regionais devem criar os pré-requisitos para a formação de redes integradas de produtores de médio e pequeno porte. Em outras palavras, que as localidades e regiões tenham a possibilidade de criar ativamente um modo de regulação social apropriado.

(...)Sendo assim, as estratégias locais, sejam elas econômicas ou de emprego, têm seu lugar, mas é importante não atenuar as relações de conflito de base classista, racial e de gênero que existem dentro de localidades e regiões e que estruturam qualquer política de base local. Por último parece evidente que as políticas de nível nacional, embora enfraquecidas em face das multinacionais, continuam sendo um ponto de intervenção crucial". (BODDY, 1990:56)

O fato é que o mercado produtor de carne bovina brasileiro, apesar das restrições às exportações, mantém altos seus índices de produtividade, constata-se que entre os anos de 1990 e 2002 o país manteve um crescimento médio na ordem de 68%, além de ampliar seu volume de exportações em 273%, conforme estatísticas da FNP/ANUALPEC (2003).

O que, segundo ESPÍNDOLA (2002), está associado ao intenso processo de reestruturação da cadeia produtiva da carne bovina como, por exemplo, melhorias nas pastagens, na alimentação dos animais, no manejo, nos investimentos em genética e na erradicação da febre aftosa, além dos programas de incentivo à produção de novilho precoce, à redução de ICMS, à ampliação de ferramentas de gestão, aos programas de qualificação da carne (selos) e de

rastreabilidade e, finalmente, aos investimentos na área de processamento (ESPÍNDOLA, 2002).

Conseqüentemente, as transformações nos aspectos mencionados colocam novos elementos na dinâmica da bovinocultura de corte brasileira, o que em conjunto, nos últimos anos, representou a correlação de fatores como o já citado crescimento do comércio mundial, mais intensidade na movimentação do capital transnacional e principalmente o surto das transações financeiras como elementos determinantes para o ganho de investimentos em pesquisa e tecnologia e um conseqüente salto de produtividade da pecuária brasileira.

O que evidencia grandes transformações em termos de custos estruturais que se avizinham, impondo portanto verdadeiras revoluções em setores diversos da economia, o que é extensivo a bovinocultura de corte sul-mato-grossense.

A carne, produto de destaque na cadeia, esteve, como já dito, preponderantemente voltada para o mercado interno, só se voltando efetivamente para o mercado internacional, a partir dos anos 90.

Atualmente, com um rebanho total de um bilhão de cabeças e abate estimado de 229 milhões, o comércio internacional de carne bovina deve chegar somente a 10% da produção mundial. Com a intensificação do comércio mundial e as perspectivas de ampliação de mercados, em especial da União Européia e Ásia, o Brasil espera poder obter vantagens comparativas e competitivas na bovinocultura.

Conta-se com o fato que, apesar das restrições sanitárias e barreiras comerciais, o Brasil atingiu em 1999 seu recorde de exportações de carne bovina,

totalizando 500 mil toneladas em equivalentes-carcaça⁸², correspondentes a aproximadamente 700 milhões de Dólares.⁸³

Neste sentido, a ampliação do mercado mundial para a carne bovina brasileira também passa pelo processo de erradicação da febre aftosa, inicialmente com vacinação e posteriormente sem vacinação, uma vez que os mercados mais importantes do mundo, tais como Japão e EUA, respectivamente importando 972 mil toneladas e 1,272 milhões de toneladas (em equivalentes-carcaça), impedem a entrada de carne bovina procedente de países que não sejam considerados livres de febre aftosa sem vacinação.

Nos duênios de 1999-2000 e 2005-2006, o estado de Mato Grosso do Sul sofreu com a descoberta de focos de *febre aftosa*, o que, de maneira geral, embora tenha reduzido drasticamente o volume de exportações brasileiras, ajudou ainda mais na consolidação da agroindústria do estado.

O que leva-nos a deduzir sobre os ganhos futuros com a retomada do comércio internacional, controlado o surto, uma vez que a parte agregada pela indústria, sobretudo a paulista, tende a se deslocar gradativamente para o setor Sul-mato-grossense.

É esse contexto em que a cadeia da carne bovina brasileira se encontra, o de uma veloz e definitiva abertura comercial e financeira, juntamente com a ruptura do modelo de substituição de importações, impondo às empresas brasileiras uma maior competitividade produtiva. Nessa "lógica", o agronegócio brasileiro, que historicamente estruturou-se de forma predominante para o

⁸² Constituído pelo animal abatido, sem os miúdos e o couro.

mercado interno, assume o novo desafio de voltar-se para o mercado externo de forma competitiva, atendendo às diversas exigências institucionais e mercadológicas desses novos mercados.⁸⁴

Paralelamente nota-se a presença de setores tradicionais que se mantêm distantes destas transformações radicais mas que paradoxalmente as complementam, como é o caso da pecuária pantaneira, notadamente subsidiária da pecuária do planalto, no que se refere ao uso de técnicas de manejo modernas e tecnologia nova e novíssima.

Portanto, com a confirmação das tendências expressas e a crescente abertura de mercados, juntamente com a redução de custos, observa-se o grande potencial da cadeia produtiva da carne bovina. Não obstante relatar a fatia que representa a produção do agronegócio para o PIB/Mundo, 6,6 trilhões de dólares (ou 22% dos 30 trilhões de dólares), colocando-o como o maior negócio do mundo, superior ao petróleo, telecomunicações e energia (...) com projeção de crescimento para os próximos 30 anos de 1,46 % a.a., chegando em 2028 à cifra dos 10,2 trilhões de dólares, segundo estudos da Harvard School. (PRADO,1999 *apud* MICHELS, 2000:28-9)

Para completar, a constituição dos Circuitos Pecuários expressa outra faceta da organização espacial e conseqüente modernização da atividade no país - neste caso, de caráter sanitário, aspecto que caracteriza um dos mecanismos internacionais de controle sobre os mercados produtores e consumidores.

⁸³ ANUALPEC, vários anos

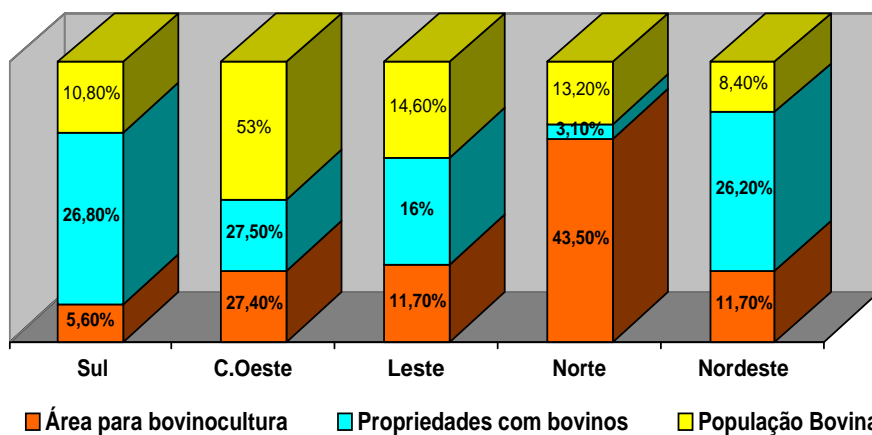
⁸⁴ Construções baseadas em MICHELS, 2000:86-97)

Um circuito é uma região produtora de bovinos na qual existam relações comerciais de bovinocultura e na qual a situação sanitária seja relativamente homogênea. Os critérios adotados para a conformação dos Circuitos Pecuários levaram em consideração, as similaridades técnicas de produção, o trânsito de animais, produtos e subprodutos, a estruturação dos sistemas estaduais de combate à febre aftosa e o número de casos registrados nos últimos anos. (MICHELS, 2000:147)

A classificação por Circuito inclui o grau de risco de cada conjunto, o que impõe restrições ao trânsito de animais produtos e subprodutos entre os estados produtores. (Gráfico 11) Isso interfere na arrumação espacial das relações verticais da fase de produção de bovinos, como pode ser notado no Gráfico 9, da página 134.

Após o estabelecimento dos Circuitos Pecuários a bovinocultura mundial rearrumou sua organização. No Mato Grosso do Sul, além da sensível diminuição das saídas de animais “em pé” para a industrialização n’outros centros, também e por conseqüência, pode-se observar uma nova estruturação industrial, com deslocamento de unidades frigoríficas, especialmente as de abate, para as proximidades das regiões produtoras.

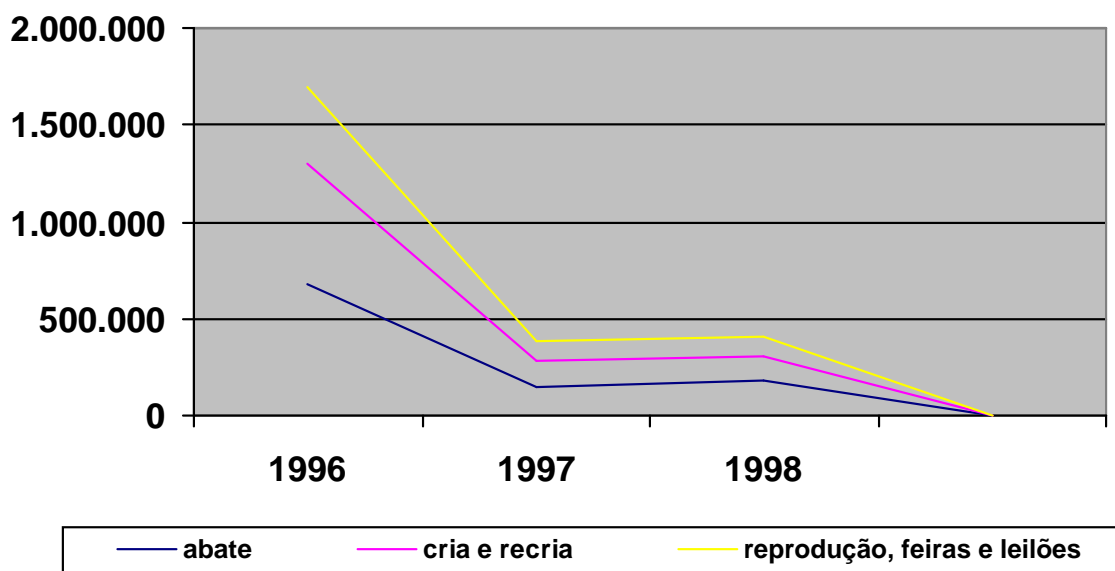
FIGURA 21: Principais características dos Circuitos Pecuários Brasileiros.



Fonte: MMA, 2000.

Os critérios sanitários que instituem os circuitos acentuam ainda mais a importância do Brasil central pecuário (MAMIGONIAN, 1986) como produtor nacional de gado e, dadas as suas características (Figura 20) requer atenção especial por parte das políticas de controle de doenças do rebanho, inclusive como proteção a essa que constitui uma das principais fontes de riqueza do país.

GRÁFICO 11: Evolução da saída de bovinos de Mato Grosso do Sul com destino a São Paulo – 1996 a 1998.



Fonte: MAA

A abrangência de cada circuito pecuário atende a seguinte configuração, circuito *Centro-Oeste*, a área geográfica que reúne as UF de GO, MT, MS, DF, SP e mais a região Noroeste do estado do PR, triângulo mineiro, Alto Paranaíba, Chapadão do Paracatu, Alto São Francisco, Centro- Oeste e Sul do estado de MG e as regiões de Gurupi, Paraíso e parte de Porto Nacional e Miracema do Tocantins, no estado do Tocantins; circuito *Sul* abrange os estados do RS, SC e Sul do PR; circuito *Leste* inclui os estados do RJ, ES, BA, SE e a região Nordeste de MG; circuito *Norte* abrange o AC, RO, AM, RR, AP, PA e região Nordeste do TO; por fim, o circuito *Nordeste* formado pelos estados de AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA.

Evidentemente, as novas exigências internacionais relacionadas à erradicação da febre aftosa, a partir das regras da OIE, incrementam a

regionalização do setor impondo-lhe a necessidade de modernização, a partir da obrigatoriedade da desossa em certas regiões, com conseqüente redução dos custos e melhoria da carne comercializada no país e no mercado internacional.

Como reflexo e evidência, entre 1990 e 1996 o abate em Mato Grosso do Sul cresceu 180% e o confinamento 163%.

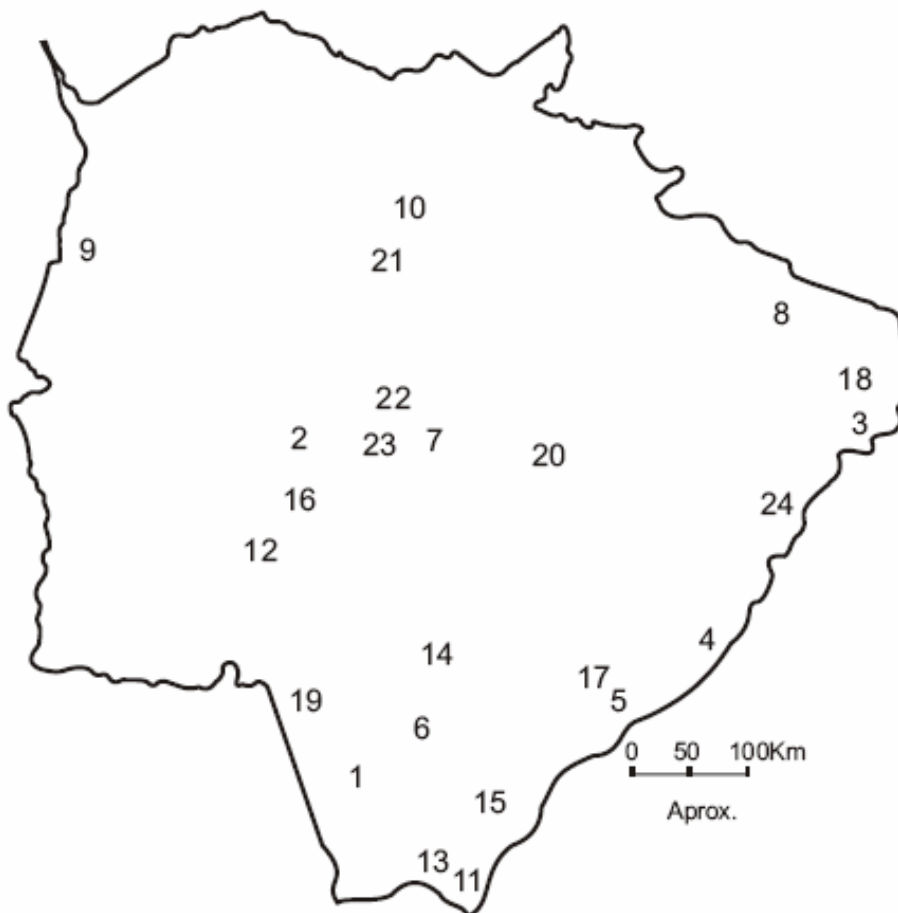
Ainda assim, trata-se do estabelecimento de estratégias de controle de mercado sobre as tendências de internacionalização das atividades de produção e consumo.

É importante ressaltar que a febre aftosa não tem conseqüências diretas para a saúde humana, até onde as pesquisas comprovaram. O que existe entorno da problemática sanitária envolve sobretudo questões econômicas ligadas à proteção dos rebanhos.

Assim, o maior problema dessa doença reside na disseminação descontrolada, podendo causar grandes prejuízos na produção por ocasião da perda de peso dos animais e, em alguns casos, inclusive o óbito.

FIGURA 22: Chegada recente da indústria de frigorificagem em Mato Grosso do Sul.

Fonte: ANUALPEC (adaptado pelo autor)



LOCALIZAÇÃO	UNIDADES	ABATE	%	LOCALIZAÇÃO	UNIDADES	ABATE	%
1- Amabai	1	580	3,8	13- Iguatemi	2	700	4,6
2- Anastácio	1	600	3,9	14- Staporã	1	450	2,9
3- Ap. Taboado	2	820	5,3	15- Navaraí	2	1010	6,6
4. Bataguassu	1	640	4,8	16- Nioaque	1	350	2,3
5. Bataiporã	1	740	4,8	17- N. Andradina	2	1538	10
6. Caarapó	1	530	3,4	18- Paranaíba	1	560	3,6
7. Campo Grande	4	2770	18,1	19- Ponta Porá	1	300	1,9
8. Cassilândia	1	380	2,4	20- R. R. Pardo	1	530	3,4
9. Corumbá	1	100	0,6	21- Rio Verde	1	300	1,9
10. Coxim	1	350	2,3	22- Rochedo	1	500	3,2
11. Eldorado	1	320	2,1	23- Terrenos	1	430	2,8
12. G. L. Laguna	1	250	1,6	24- Três Lagoas	1	500	3,2
TOTAL					31	15,248	100

No contexto da apropriação fundiária os critérios sanitários apresentam a seguinte configuração,

TABELA 14: Relação entre a formação dos Circuitos Pecuários, a área ocupada e o tamanho do rebanho – BRASIL, 1998.

Circuito pecuário	% total da área	% total das propriedades com bovinos	% total do rebanho
Sul	5,6	26,8	10,8
Centro-Oeste	27,4	27,5	53
Leste	11,7	16,3	14,6
Norte	43,5	3,1	13,2
Nordeste	11,7	26,2	8,4
Total	100	100	100

Fonte: MMA,2000

A tabela retrata uma nova regionalização da produção, porém limitada aos critérios sanitários, o que significa reduzir a contextualização das formações econômicas e sociais às perspectivas mercadológicas.

O que, por certo, apenas serve como técnica de classificação e mecanismo de controle da doença, tendo que, necessariamente, recorrer às peculiaridades de cada formação, se a pretensão for compreender a dinâmica da atividade como estrutura que perpassa as relações comerciais e atinge o âmbito das relações sociais de produção.

Nota-se que quando a análise leva em consideração a configuração dos Circuitos a importância dos estados do Centro Oeste é ainda maior, sobretudo por causa da quantidade do rebanho no cômputo nacional (53%).

Especificamente o circuito Norte evidencia o processo recente de apropriação latifundiária (43,5% do total da área destinadas à bovinocultura) e a expansão das culturas comerciais e a criação sobre as áreas desmatadas.

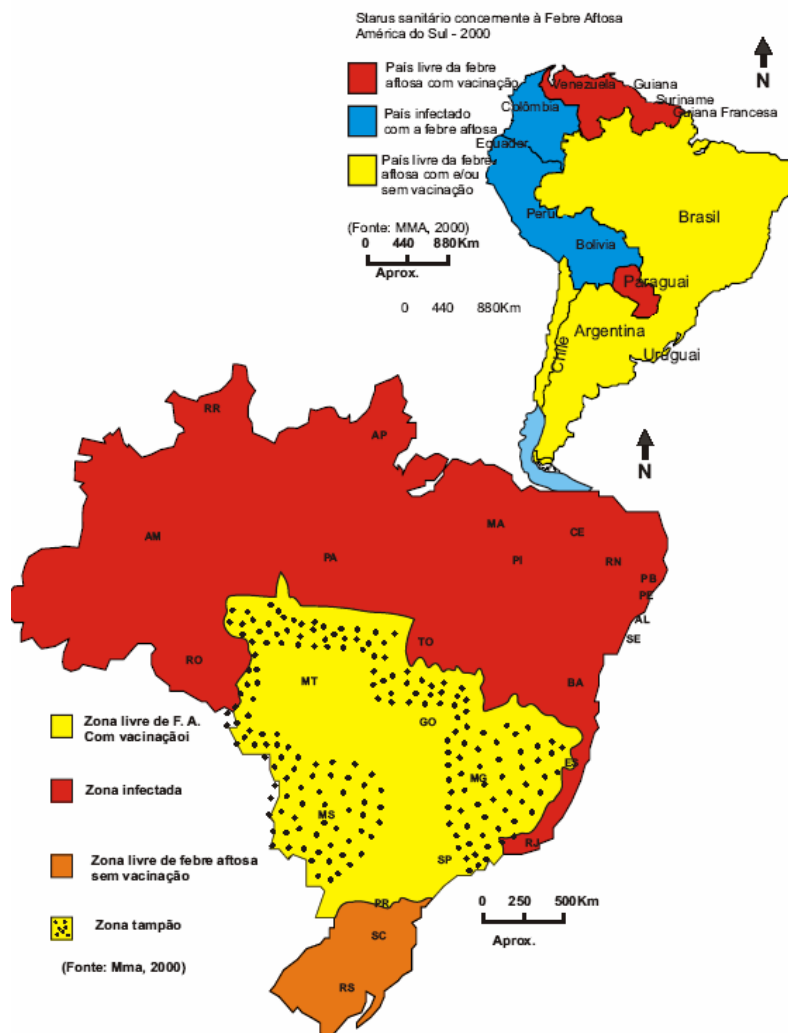
Por fim, o circuito Sul apresenta a compartimentação característica das áreas de expansão da pequena propriedade mercantil, típica da formação gaúcha.

Institucionalmente a espacialização dos circuitos apresenta a seguinte configuração,

FIGURA 23: Espacialização da pecuária brasileira por critérios sanitários.

Fonte: MMA, 2000 (adaptado)

3.4 Inovações



Conseqüentemente o processo de especialização de nada tem de acidental, uma vez que está rigorosamente condicionado aos progressos da técnica e estes, por sua vez, ao desenvolvimento das ciências. (RANGEL,1990:57).

Uma vez considerado que,

(...) em um ambiente de acirrada concorrência interfirmas, e a bovinocultura se encaixa nesta perspectiva, a diferença entre elas quanto à capacitação tecnológica, escalas de produção, diferenciação de produtos, estrutura gerencial, marketing, distribuição, etc., constitui um fator determinante das estruturas geoeconômicas, que, por sua vez, são condicionadas por combinações geográficas. Essas combinações 'podem ser divididas em três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas, que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo mais interessantes, que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, biológicos e humanos". (CHOLLEY, 1964 *apud* ESPÍNDOLA, 2002:6)

Especificamente com relação ao boi em pé, as questões relacionadas às pastagens naturais também têm estreita relação com a dinâmica climática, podendo readequar a oferta conforme os períodos estacionais.

A criação da EMBRAPA/Gado de Corte, partiu da fundamentação de objetivos como o aprofundamento das discussões sobre a lei de inovações, agência de inovações tecnológicas, gestão do conhecimento na transferência de tecnologias, avanço do conhecimento em áreas de fronteira e a estruturação de parcerias estratégicas.

Ainda, segundo a EMBRAPA/PC, a fase de cria é a mais desafiadora e complexa do sistema agropecuário de produção, o que reflete em algumas importantes dificuldades ao incremento da sua eficiência produtiva.

Com relação a tecnologia de insumos, diferente do que ocorre na agricultura, onde cerca de meia dúzia de insumos resultam em grande aumento de

produtividade, na *bovinocultura de corte* o avanço científico e tecnológico é desenvolvido dentro das universidades e centros de pesquisas.⁸⁵

Estes, se não forem gerenciados de uma forma sistêmica anulam os potenciais benefícios. Além do que, dificilmente interessam às empresas que transformam tecnologias em insumos comercializáveis.

As principais tecnologias desenvolvidas para a produção de bovinos, com impactos no processo, relacionam-se à melhorias nas taxas de desmame e eficiência das vacas, sendo pouco recentes e inovadoras se pensadas isoladamente. Desmame precoce, desmame interrompido, uso de estação de monta, uso da condição corporal da vaca, seleção, touros férteis, sincronização deaios e cruzamentos são tecnologias com mais de vinte anos.⁸⁶

Portanto, na pecuária de cria as tecnologias estratégicas são aquelas relacionadas com a gestão do conhecimento e dos processos, como por exemplo, um ajuste na temporada de acasalamento, desmame na idade correta, estratificação nos lotes de matrizes conforme suas necessidades alimentares pontuais, controle dos nascimentos, suplementação mineral específica, genótipo adaptado ao ambiente, carga animal compatível com o meio e outras.⁸⁷

⁸⁵ Esse conhecimento dificilmente pode ser transformado em tecnologia de insumos para ser comercializado de forma mais global entre os pecuaristas. Além disso, esses conhecimentos, quando aplicados à produção, não resultam em mudanças rápidas e/ou substantivas com relação ao processo, dados os inúmeros outros fatores que envolvem a etapa.

⁸⁶ Essa é outra característica da atividade, pois nenhuma empresa vende conhecimento mas sim o produto do conhecimento, o insumo.

⁸⁷ Essas inovações porém, só têm resultados satisfatórios quando manejadas em conjunto, por isso a denominação “tecnologia de processos na pecuária”. Segundo a EMBRAPA/GC, só por esse meio ocorrerá um avanço generalizado da pecuária, especialmente da fase de cria, tornando-a mais competitiva e atraente para o produtor e para as empresas de insumos.

Nas duas últimas décadas o setor pecuário bovino sul-mato-grossense passou por uma grande evolução baseada na formação de pastagens artificiais, no melhoramento genético do rebanho e na instalação de indústrias frigoríficas no território estadual. A introdução dessas novas tecnologias no campo acarretou uma melhoria na qualidade genética do gado e uma diminuição na idade de abate.

A instalação de invernadas em áreas de vegetação original foi incentivada com a chegada de empresas de outros estados. Fazendeiros paulistas instalaram plantéis de gado *nelore* em invernadas de capim *colonião* e se beneficiaram dos estímulos advindos de ações de valorização da região Centro-Oeste e da melhoria das vias de comunicação com São Paulo.

Outra transformação ocorrida na exploração da pecuária foi a modernização da criação tradicional de bovinos em áreas recobertas pela vegetação de cerrado. A descoberta da EMBRAPA sobre a viabilidade produtiva da *brachiária* para o cerrado constitui uma verdadeira revolução para a bovinocultura de corte no Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul em particular.

A introdução de tecnologia moderna no sistema de criação teve impacto econômico altamente positivo, pois a região, além de sustentar a criação, passou a fazer a recria do gado. (MICHELS, 2000:237)

O uso de informática como instrumento de difusão de informações já é um importante passo no caminho desse desenvolvimento. Na esteira dessa inovação a EMBRAPA/GC, vinculada ao MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), desenvolveu o *Gerenpec 1.0*, um *software* que permite ao usuário fazer projeções e simulações de resultados físicos e econômico-financeiros em uma fazenda de gado de corte.

O programa considera as inúmeras alternativas de produção e disponibiliza ferramentas adequadas para decisões coordenadas. Trata-se do primeiro *software* que permite simulações, os já existentes dão ênfase ao controle do rebanho, especificamente.

Observa-se assim que a produção Sul-mato-grossense correspondeu à dinâmica econômica refletindo na sua organização espacial os parâmetros gerenciais evidenciados prioritariamente nas estruturas industriais clássicas.

Uma vez considerada a "indústria pecuária" podemos então estender estes comportamentos - guardadas as devidas proporções - também à realidade notada dentro das fases de produção, abate e distribuição dos produtos do boi, específicos que são da realidade sócio-econômica sul-mato-grossense.

Possibilitando pois, o uso da vasta literatura sobre teorias econômicas para compreender o comportamento evolutivo desta atividade.

Com relação a tomada de decisões vislumbrando-se o desenvolvimento das forças produtivas, no âmbito da bovinocultura e sua cadeia produtiva, podemos explorar o referencial neochumpeteriano que traz a compreensão dos fatores que determinam as capacidades de cada firma de conseguir este progresso, a saber: *aprendizagem e rotina*, através do "aprender fazendo", "aprender usando" e "aprender experimentando". Neste caso o papel da Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária, em Mato Grosso do Sul, já demonstrava sua importância desde as primeiras décadas do século XX; *acúmulo de competências (path dependency)*, o que sobretudo "da porteira pra dentro" ganha importância pelo caráter conservador, característico da etapa de produção (cria, cria e engorda); *ambiente e seleção*, notados mais intensivamente no espaço da

"porteira pra fora", onde as relações de mercado se tornam mais complexas e os custos de transação se tornam determinantes da otimização de cada etapa; e por fim, a *competência central*, que define uma firma e explica porque elas diferem entre si, considerando os aspectos de especialização, integração vertical, diversificação, conglomeração, participação em redes e estratégias, o que é extensivo, mais uma vez, a toda a cadeia. (TIGRE, 1998 *apud* ESPÍNDOLA, 2002:13)

Como dois bons exemplos para ilustrar o estágio das forças produtivas no Mato Grosso do Sul, considerando a referida contextualização, podemos citar o recente processo de verticalização do setor de produção de bovinos, influenciado sensivelmente pelos últimos surtos de *febre aftosa*, principalmente na região de fronteira com o Paraguai. Além da posição do empresariado do setor agroindustrial em transferir suas unidades para dentro do estado, deixando grande quantidade de capacidade ociosa nas suas plantas, o que nos leva a deduzir, grosso modo, sobre as perspectivas desse grupo com relação ao futuro do setor.

GRÁFICO 12: Capacidade instalada e percentual de utilização do setor frigorífico - MS, 2001



Fonte: IAGRO/MS, 2002.

A análise do gráfico 12 também possibilita entender a alternativa para reduzir as perdas com a crise atual da *aftosa*, neste caso pelos grupos exportadores (sob inspeção federal – SIF), uma vez que a capacidade ociosa média (59%) existe nas unidades fora do estado, o que por ora faz com que estas últimas absorvam a produção embargada do Mato Grosso do Sul.

No *rol* das inovações historicamente implementadas pela pecuária Sul-mato-grossense temos, especificamente na etapa de produção de bovinos, a suplementação alimentar, a introdução de raças indianas (zebu), o melhoramento de pastagem com a utilização de leguminosas estilozantes, o aprimoramento genético dos rebanhos através da inseminação artificial e comercialização de

sêmen de reprodutores de linhagem, organização espacial das áreas de pastagem através dos cercamentos⁸⁸.

Mais recentemente o controle do rebanho através do monitoramento por satélite, dentre outras.

A adoção das inovações está relacionada com a incerteza em relação ao maior ou menor conhecimento dos parâmetros que interferem nas tomadas de decisões sobre a produção.

Michels (2000), identifica quatro tipos de incertezas do produtor, sendo: *Incerteza técnica* que decorre do caráter aleatório dos rendimentos, dada as variações climáticas, as enfermidades e as pragas; a *Incerteza econômica* que está associada às oscilações de preços, na medida que o empresário, quando da tomada de decisão de investimento, não sabe exatamente que preço poderá obter por seu bem; a *Incerteza tecnológica* que é derivada das inovações tecnológicas, que podem determinar certas formas de produção ou corrigir estruturas produtivas obsoletas e finalmente a *Incerteza relativa* que estão afeitas ao meio institucional - as políticas públicas, por exemplo - em que se encontram os empresário rurais e/ou produtores. (MICHELS, 2000 *op cit*)

Embora o emprego de novas técnicas e o uso de tecnologia avançada seja evidente na produção pecuária, o setor, assim como grande parte d'outros que

⁸⁸ O aparecimento do arame, que facilitava a divisão das fazendas e otimizada as fases de produção, revolucionou a atividade pecuária, sendo útil sobretudo para a expansão da indústria frigorífica, durante a Primeira Guerra Mundial.

compõem a estrutura produtiva nacional, ainda se esbarra em problemas de infraestrutura, que acabam por reduzir a competitividade junto ao mercado externo.

Mato Grosso do Sul sempre foi conhecido como "terra do boi", e a década de 70 ficou marcada por um grande esforço para mudança na estrutura produtiva do rebanho bovino no estado. O desenvolvimento com técnica mais avançada para o cultivo de mais hectares de lavouras, nos anos 70, comprometidos com a exportação, detonaram indiretamente um processo de mudanças no setor pecuário, de caráter irreversível.

Já nos anos 90 ficaram marcadas as políticas que intensificaram os sistema agroindustrial brasileiro entorno da produção de *commodities*, sobretudo através da realocação de investimentos em infraestrutura de transportes visando atingir os mercados produtores recém-instalados na faixa mais ao Norte do Brasil. (CASTRO, 1999:212)

Podemos evidenciar tal processo de modernização, em consonância com as políticas nacionais advindas dos planos, *Trienal* (1963-65), *PAEG* (1964-66), *PED* (1968-70), *Metas e Base* (1970-73), *I PND* (1972-74) e *II PND* (1975-79).

À medida em que evoluía o processo modernizador na agricultura, aumentava a malha rodoviária estadual interligando as áreas produtoras e consumidoras.

Com efeito, facilitava não só a saída de produtos agrícolas, como também abriam-se as portas à possibilidade para a saída do gado em volumes maiores.

Nesse contexto, técnicas novas de adestramento do rebanho foram impostas aos tradicionais pecuaristas. Isto levou a pecuária mais tradicional a

plantar sua área de pastagem (substituindo áreas naturais), a recondicionar a alimentação do animal, a estabelecer aplicação de vacinas, vermífugos e inseminação artificial.

Dessa formas, aumentou-se a "taxa de desfrute" do rebanho, melhorou-se a qualidade da carne, e, politicamente, ocorreu a transformação na base política: velhas oligarquias latifundiárias reverteram-se em modernos empresários.

Em 1985 a implantação de unidades industriais em Mato Grosso do Sul fora notável. Esmagadoras de soja, moinhos de trigo, frigoríficos, fecularias, curtumes, degerminações de milho, abatedouro, fábricas de rações, laticínios, graxarias, fábricas de fertilizantes e usinas de açúcar, entre outras, promoveram, já naquele ano, a criação de mais de 3 mil empregos diretos⁸⁹.

É bom ressaltar que o processo de modernização da cadeia da bovinocultura brasileira não recebeu os mesmos impactos percebidos no setor avícola. Mesmo assim, dada a intensificação da concorrência internacional, a produção de carne bovina teve ganhos consideráveis em seus índices de produtividade.

Entretanto Jank (1996) afirma que os pecuaristas, diferentemente dos produtores de frangos e de suínos, por fatores históricos, culturais e econômicos, têm características próprias em relação à atividade produtiva, o que interfere numa melhor coordenação da cadeia produtiva. Além do tradicional orgulho e independência que caracterizam a personalidade da maioria dos pecuaristas de

⁸⁹ Atualmente, elas empregam mais de 7.500 pessoas. Passando também a influenciar a industrialização de outros setores, aumentando a articulação da produção e acentuando a arrecadação do ICMS. (MICHELS, 2000 *Op cit*)

corte do Brasil, estes empresários ainda têm a seu favor a baixa perecibilidade do produto “boi a pasto”⁹⁰.

Tal fato lhes confere uma grande autonomia de comercialização e, em consequência, um alto poder de negociação diante dos frigoríficos. No caso das aves e suínos, a situação é diametralmente oposta, predominam os pequenos proprietários, a alta perecibilidades do produto da granja e o baixo poder de negociação ante a agroindústria. (JANK,1996:149)

Ocorreram inúmeras tentativas de articulação entre os elos da cadeia pecuária no Brasil, tais como a criação das Câmaras Setoriais, do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC) e o Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (FUNDEPEC).

Porém não resultaram numa plena articulação (pretendida), dada a característica conservadora que ainda predomina em toda a estruturação da atividade, em destaque no setor de produção.

Mas, segundo para Michels (2000), essa realidade pode estar sendo modificada, uma vez que, no mercado interno os agentes de distribuição, especialmente as grandes redes de supermercado vêm dinamizando as relações e impondo uma necessidade de adequação voltada aos interesses do capital, portanto, delimitando os custos de transação como elementos também importantes da constituição dos elos da cadeia.

⁹⁰ Há concepções mais atuais que não consideram mais o produto “boi a pasto” como reserva de valor, dadas as condições de concorrência dos mercados e dos aspectos ligados aos custos de produção, por ocasião da associação do preço do produto carne às características de *commodities*, além dos riscos sanitários inerentes à atividade.

Já no mercado externo pode-se identificar o aumento da pressão por parte dos frigoríficos exportadores, que passaram a selecionar e mesmo estimular o fornecimento de matérias-primas mais elaboradas por parte do pecuarista, objetivando atender as exigências dos mercados internacionais.

Constata-se que, com as já citadas alterações recentes na regionalização da pecuária de corte brasileira, marcadas por intenso deslocamento do abate (atividade da indústria frigorífica) para a Região Centro-Oeste e por novas formas de produção - tais como os Programas de Novilho Precoce - ora presentes em muitas unidades da federação, estão impondo transformações decisivas à evolução da atividade no Brasil. (*op cit*)

É mister relatar a ausência de projetos governamentais que tratem exclusivamente da atividade pecuária, sendo que o Plano Nacional de Pecuária, editado em 1980 pelo governo militar, acabou por constituir numa análise profunda sobre a atividade no país, sendo considerado o último grande plano para o desenvolvimento do setor no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos sintetizar todo o processo de arrumação e organização espacial da produção pecuária e da instituição da identidade Sul-mato-grossense em oito intensos momentos, a saber:

O *primeiro* deles está relacionado com a gênese da atividade como subsidiária da mineração até século XVIII; o *segundo* corresponde ao momento de arrumação fundiária após a Guerra com o Paraguai, no século XIX; o *terceiro* é constituído pelos reflexos do monopólio da Cia Mate Laranjeira, entre o fim do século XIX e início do XX; o *quarto* momento é marcado pela expansão dos capitais estrangeiros (charqueadas) e do mercado internacional, antes e após a Primeira Grande Guerra; o *quinto* relaciona-se diretamente com a continuidade da expansão do mercado de carne (agora resfriada), com a implantação dos frigoríficos no estado de São Paulo e a intensificação do transporte ferroviário via Noroeste do Brasil, nas décadas de 40 e 50; o *sexto* tem ligação com as políticas de Estado, mais precisamente a "marcha para o Oeste" e a "expansão das fronteiras agrícolas", marcando a fase de expansão de novas culturas pelo cerrado; no *sétimo*, a crise da década de 80 denota uma reorganização interna da produção e, por fim, o *oitavo* e mais recente episódio sentido pela abertura dos mercados e a efetivação do setor de frigorificagem, também por ocasião das novas exigências sanitárias.

Com relação especificamente às *Entradas* ao território Sul-mato-grossense, em síntese, podemos caracterizar o processo de apropriação não-índia como tendo sido constituído por três grandes variantes, sendo a *primeira* (Pantanal),

pioneira-fluvial, ligada às estratégias militares do governo colonial, sobretudo motivada pela resistência indígena às passagens do ouro em direção à metrópole, corroborada pela própria crise do ouro que posteriormente inverteu as atenções para o centro portuário de Corumbá, efetivamente mais dinâmico por aquele tempo (século XVIII) e fundamentalmente condicionado pelas veias naturais – rios – que acessavam os lugares mais interiores.

Já a *Segunda* (Planalto), influenciada pelo incremento do mercado nacional de carne, motivando a expansão das atividades criatórias de Minas Gerais e São Paulo, em direção ao Planalto e Campos de Vacaria, também associada às crises políticas mineiras (século XIX), pelos projetos de colonização e exploração das companhias estrangeiras (século XIX e XX)⁹¹ e pelo incremento à migração européia ocasionado pela implantação da linha ferroviária Bauru-Corumbá e posterior afloramento da urbanização.

Por fim, a *terceira* (Sul), transcorrida no extremo Sul, tendo como marco a exploração dos ervais, primeiro pelos grupos estrangeiros, depois pelas oligarquias locais⁹² ditando o ritmo da configuração fundiária e a expansão da formação gaúcha inaugurando a chegada da pequena propriedade pelo Oeste brasileiro, o que, de geral implementou nova dinâmica ao processo de ocupação naquele lugar.

⁹¹ A partir de 1907 inicia-se um processo de ocupação das terras sul-mato-grossenses, a partir dos incentivos federais e a participação das empresas privadas de transporte e colonização, visando a criação de núcleos de povoamento. (LE BOURLEGAT, 2000. *op cit*)

⁹² Nota-se que, a partir da Proclamação da República, as terras devolutas passam a ser competência dos estados, as oligarquias regionais se vêem ainda mais à vontade para estabelecer sua política fundiária, concentracionista e excludente. (WEINGARTNER, 1995:43)

Assim, a seqüência histórica denota a existência de estratégias de ocupação rápida, através da permissão às posses livres das terras da coroa, estando esse título atrelado às exigências de um regime do tipo feudal, na organização do interior das fazendas⁹³.

Gradativamente, com a ascensão da classe dos capitalistas comerciantes ao poder político do estado, dispondo da legitimidade de legislar sobre a questão fundiária, fez-se prevalecer os interesses em torno da produção extensiva de caráter latifundiário e escravagista, estabelecendo o caminho da expansão do modo de produção capitalista sobretudo no Pantanal e no Planalto.

Já no extremo Sul temos, na chegada da formação gaúcha, a inauguração da fase de conflitos entre a pequena propriedade mercantil e o citado latifúndio (representado pela Cia Matte Larangeira) que estruturava a formação mais ao Norte.

Esse momento evidenciou o choque entre as duas vias de acumulação – Democrática e Prussiana – e implementou a peculiaridade do desenvolvimento das forças produtivas Sul-mato-grossenses.

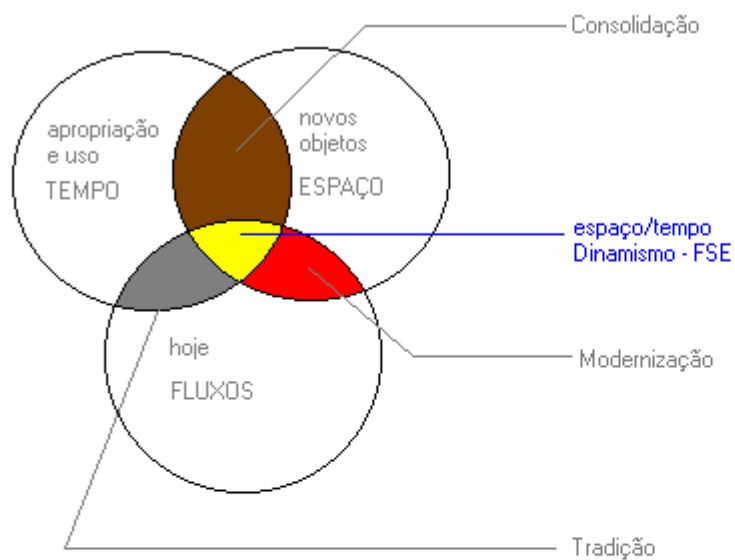
Para completar, sintetizamos o processo de formação sócio-espacial do Mato Grosso do Sul a partir da caracterização das dimensões temporais e

⁹³ O que em geral, constituía a emersão da *Segunda dualidade* brasileira. (Grifos meus)

espaciais que marcaram cada momento da chegada dos modos de produção naquela parte do Brasil.

FIGURA 24: Matriz Espaço/Tempo da FSE Sul-Mato-Grossense.

Fonte: Do autor



REFERENCIAS

- ABRÃO, Vera Lucia dos Santos. A pecuária em Corumbá - Uma contribuição ao estudo da natureza das relações de produção e de trabalho no Pantanal. (dissertação) FFLCH - USP, 1983.
- ALBANEZ, Jocimar Lomba. Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: O extremo sul de Mato Grosso (1940-1970). (dissertação) Mestrado em História. UFMS – *Campus de Dourados*. Dourados, 2003.
- ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. UNESP. Presidente Prudente, 2003.
- ALVES, Gilberto L. Mato Grosso e a História : 1870 - 1929, ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. BPG nº61, 1984. p.5-81.
- ANDRADE, Manuel Corrêa de Oliveira. A pecuária no agreste pernambucano. Recife, PE, 1961.
- ANUALPEC: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio/Ed. Argos, (vários anos)
- ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira. UNESP Assis, 1989.
- AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. Álbum gráfico do estado de Mato Grosso. Hamburgo/Corumbá, 1914.
- AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim nº208, Geografia nº11, FFLCH - USP, 1956.

- AZEVEDO, F. Um trem corre para Oeste. Martins. São Paulo, 1950.
- BANDUCCI JUNIOR, A. Sociedade e natureza no pensamento pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na “Nhecolândia” (Corumbá/MS). (dissertação) USP. São Paulo, 1995. 200p.
- BARROS, A. L. de. Gente pantaneira (Crônicas de sua história). Lacerda editores. Rio de Janeiro, 1998.
- BATALHA, Mário O. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. *Revista de Administração*. São Paulo V. 30, n. 4 , 1995. p. 43-50.
- _____. (Coord.) Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 1997.
- BATALHA, M.O.; SILVA, Andrea Lago da. Marketing & agribusiness: um enfoque estratégico. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 5, 1999. p. 30-9.
- BECKER, Berta K.; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BENITES, Miguel Gimenez. Brasil central pecuário: interesses e conflitos. UNESP/FCT. Presidente Prudente, 2000. 283 p.
- BIANCHINI, Odaléa da C. Deniz. A Companhia Mate Laranjeira e a ocupação da terra no sul de Mato Grosso (1880 - 1940). UFMS. Campo Grande, 2000.
- BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892 –1997). (tese) FFLCH - USP. São Paulo, 1997.
- BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VAILADARES, Licia.; PRETECEILLE, Edmond. (Coords)

Reestruturação Urbana: tendências e desafios. Ed. Nobel/IUPERJ. São Paulo, 1990.

BOTHOMORE, Tom (ed). Campepinato. In: Dicionário do pensamento marxista. 1988.

BRUNO, E. S. História do Brasil - geral e regional, grande oeste (GO e MT). 2ª ed. Cultrix, vol. VI. São Paulo, 1957. 181p.

CAMPESTRINI, Hidelbrando et alli. História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1995.

CASTRO. Ana Célia. Novas tendências do agribusiness internacional, In: CASTRO. Iná Elias de.; MIRANDA. Mariana.; EGLER. Cláudio A G. Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise de sistemas em Geografia. Hucitec e EDUSP. São Paulo, 1979.

CORRÊA FILHO, V. A propósito do boi pantaneiro. Série monografias cuiabanas, Vol.VI. Empresa Grafia Editora, Paulo Pongeti & Cia, Rio de Janeiro, 1926.

_____. História Literária e Científica. 1939. p.77-88.

_____. Pantanaís mato-grossenses (Devassamento e ocupação). Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação n.2, Série A *Livros*. IBGE-CNG, Rio de Janeiro, 1946. 170p.

CORRÊA, Lucia S. Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso: 1870 –1920. S/ed, 1981.

CORRÊA, U. B. Coronéis e bandidos em Mato Grosso, 1889 - 1943. EUFMS. Campo Grande, 1995. 189p.

CORREIO DO ESTADO: 14/07/2005. "Mato Grosso do Sul eleva exportação de carne bovina em 245%." p.14a

CORREIO DO ESTADO: 15/06/2005. " Ministro estuda revogar liberação de gado paraguaio." p.14a

COSTA, Maria de Fátima. *História da Ocupação da Bacia do Alto Rio Araguaia*. Cuiabá-Neru- UFMT/Tübingen, Centro de Pesquisa sobre a América Latina, nº3, série Diagnóstico, 1995.

_____. *História de Um País Inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVII*. São Paulo, Estação Liberdade - Kosmos, 1999.

D'ALLINCOURT, L. Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato-Grosso. In: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & filhos. 1877 - 1878. p. 69 - 278. Vol. III.

DBO RURAL. Revista de Negócios do Criador. 2000.

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Finanças, Orçamento e Planejamento. Campo Grande, 2006.

ESPÍNDOLA, C. J. Agroindústrias no Brasil (O caso Sadia). Editora Grifos. Chapecó, 1999. 263 p.

_____. O potencial brasileiro no mercado mundial de carnes. (Artigo) Revista da Associação de Geógrafos Brasileiros/AGB. Bauru, 2004.

_____. As agroindústrias da carne no sul do Brasil. (tese) FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

FABRINI, João E. A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí. (dissertação) FCT - UNESP. Presidente Prudente, 1996.

FLUD JÚNIOR, Celso. Indicadores potenciais das unidades de negócios básicas da cadeia produtiva do couro, como alternativas de desenvolvimento para Mato Grosso do Sul. (dissertação) UCDB, Campo Grande, 2002. 170f.

FNP/ANUALPEC (1996, 2003) Anuário estatístico da pecuária de corte. São Paulo. FNP Consultoria & Comércio.

GRESLLER, L. A. ; SWENSSON, L. J. Aspectos históricos do estado de Mato Grosso do Sul - destaque especial ao município de Dourados. (Dourados: sn), 1988.

HADDAD, Paulo R. A competitividade do agronegócio: estudo de cluster. In: CALDAS, R. de Araújo (Ed). Agronegócio brasileiro: Ciência, tecnologia e competitividade. Brasília: CNPq, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo, Ed. Alfa Ômega, 1976.

_____. Caminhos e Fronteiras. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1995.

_____. O extremo oeste. Brasiliense. São Paulo, 1986. 172p.

_____. Caminhos e fronteiras. Cia das Letras, 3ª ed.. 1994.

_____. et alli. Migrações Internas no Brasil: 1872 - 1970. IPE - USP. São Paulo, 1984.

IBGE /DP-CCN - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2004.

IBGE - MS. Exposição de motivos para a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro. 1979:159

IBGE. Incentivos à migração para o centro-oeste.1990, Vol. 2 p.214 - 219.

IBGE: Censo Agropecuário 1985 e 1995/6

IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI. Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. (Série histórica, Coletânea), Campo Grande, 1986.

Joaquim Augusto da Costa Marques: Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo presidente do estado do Mato Grosso, ao instalar-se a 3ª Sessão ordinária da 9ª Legislatura em 13 de maio de 1914, Typ. Off, Cuiabá, 1914.

KUPFER, David. Uma abordagem neo-shumpeteriana da competitividade industrial. In:Ensaio FEE, ano 17, n.1. Porto Alegre, 1996.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais.(tese) UNES/PP. Presidente Prudente, SP, 2000.

Lei 440 (e alterações da Lei 701 (87) e Lei 1239): Cria o Conselho de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso do Sul.

LEITE, E. F. Marchas na história - comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayes. UNESP Assis, 2000.

LENHARO, A. Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. NIDHIR/UFMT. Ensaio n°1, 1982.

LÊNIN, Wladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Abril Cultural. São Paulo, 1983.

LÊNIN, V.I. O Estado e a revolução. São Paulo. Hucitec, 1983.

LINHARES, T. História econômica do mate. Livraria José Olympio Ed. Rio de Janeiro,1969.

LUCÍDIO, J. A. B. Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois (aocupação do planalto sul (de) Mato Grosso, 1830 - 1870). (Dissertação) ICHF - FF, Niterói/RJ, 1993. 189p.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. Mato Grosso do Sul – Fazendas, uma memória fotográfica. Campo Grande, Gráfica e Editora Alvorada, 2003.

_____ Mato Grosso do Sul – Fazendas, uma memória fotográfica. Campo Grande, Gráfica e Editora Alvorada, 2004.

_____ Mato Grosso do Sul – Fazendas, uma memória fotográfica. Campo Grande, Gráfica e Editora Alvorada, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central pecuário. In: Boletim Paulista de Geografia, v.51, p. 7-14. São Paulo, jun. 1976.

_____ ; REGO, José Márcio.(Orgs) O pensamento de Inácio Rangel. In: Revista de Economia Política. São Paulo, 1 (4):5-34, jan-mar., 1981.

_____. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. Geosul nº1, ano 1, 1986. p. 39-58.

_____. Introdução ao pensamento de Inácio Rangel. GEOSUL, n.3. p. 65-8. Florianópolis, jan-jun, 1987.

_____. Estado, privatização e organização do espaço no Brasil. In: Informe-AGB, n.50. São Paulo, 1993.

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: Cadernos Geográficos n.2. Departamento de Geociências – CFH/UFSC. Florianópolis, 2000.

_____. A Geografia e a “Formação Social como teoria e como método” In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org) O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996. p. 198-206

MARTINS, J. de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCS, L. M. & NOVAES F. A. (orgs): A história da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. 4º vol. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 659 - 726.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.

MARTINS, S. O fenômeno da urbanização em Mato Grosso do Sul. UCDB, Campo Grande, 2000. 66p.

MARX, K. O Capital Vol. IV. Nova Cultural

MENDONÇA, R. História de Mato Grosso. Ave Maria, 1970.

MICHELS, Ido Luiz. A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul. (Tese) FLCH – USP. São Paulo, 2000.

MONTEIRO, C. A. de Figueiredo. Os geossistemas como elemento de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente. Revista de Ciências Humanas, v. 4, n. 19. Florianópolis, 1996. p. 67-101.

MORENO, Gislaene. Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo.

NASCIMENTO, L. M. do. As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica. FCL - UNESP Assis. (Dissertação) Assis, 1992.

NOGUEIRA, A. X. A linguagem do homem pantaneiro. (tese) Mackensie. São Paulo, 1989. 384p.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. Paraíso e inferno na Amazônia legal. In: Revista Travessia. São Paulo: CEM, ano I, nº3, 1989. p.19-25.

OLIVEIRA, Tito C. M. Agroindústria e reprodução do espaço - o caso da soja no Mato Grosso do Sul. USP (tese), 1993.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da nação. Campinas: UNICAMP, 1998.

PARRA, M. A. T. Regiões Bioclimáticas do estado de Mato Grosso do Sul. Rio Claro (tese) UNESP IGCE, 2001. 231f.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. *História da fundação de Campo Grande*. Campo Grande, MS: Edição do autor, 2001

PESAVENTO, Sandra Jathay. A Revolução Federalista. Brasiliense. São Paulo, 1983.

PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Régis. Impacto das revoluções tecnológicas na agricultura. In: PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. (Orgs). Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio. ABAG/Agroanalysis/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999a.

PRADO, Marcelo. O agribusiness em mundo globalizado. In: Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio. Rio de Janeiro: Abag/Agroanalysis/Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PRATES, Arlene Maria Waykot. Geo-História - a concepção e Braudel. GEOSUL, ano V, n.10, segundo semestre de 1991.

PROENÇA, A. C. Pantanal: gente, tradição e história. Edição do Autor. Campo Grande, 1992. 144p.

QUEIROZ, P. R. C. de. As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904 - 1908). Ampo Grande, EUFMS, 1997b. 163p. il.

_____. As condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. In: Fronteiras, Revista de História. EDUFMS, vol. 1, nº2. Campo Grande, 1997. p.113-136.

RANGEL, I. M. Dualidade básica da economia brasileira. ISEB. Rio de Janeiro, 1957.

_____. História da dualidade brasileira. Revista de economia política, (4) 1. Brasiliense. São Paulo, 1981.

_____. Ciclo, tecnologia e crescimento. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1982.

_____. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. São paulo, Bienal. 1990.

_____. Economia, milagre e anti-milagre. Zahar. Rio de Janeiro, 1985.

REVISTA VALOR ECONÔMICO. Julho de 2000.

ROSA, A. dos S. Monções de Mato Grosso: embarcações fluviais e transportes terrestres. Campo Grande, MS. UCDB, 2002.

SANTOS, Milton . Espaço & Sociedade. Vozes. Petrópolis, 1982.

_____. Por uma geografia nova. Hucitec. São Paulo, 1986.

_____. Metamorfose do Espaço Habitado. Hucitec. São Paulo, 1988.

_____. Espaço & Método. Nobel. São Paulo, 1997.

SAKAMOTO, A. Y. Contribuição ao estudo do espaço de produção capitalista de Mato Grosso - Meados do século XIX até a década de 1930. São Paulo: USP 1989. (Dissertação).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *As Minas de Cuiabá: Primeiros Tempos*. Revista Universidade, Cuiabá, II, (1), 1982, p. 25- 32.

SODRÉ, Nelson W. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. José Olympio. Rio de Janeiro, 1941.

_____. Brasil, radiografia de um modelo. Bertrand Brasil, 7a edição. Rio de Janeiro, 1987.

SOTCHAVA, V. B. O estudo de Geossistemas. Métodos em Questão, n.16, 52 p., IG –USP. São Paulo, 1977.

SOUZA, J. B. de. Mato Grosso: terra da promessa. São Paulo: s/ed, 1953.

SOUZA, Lécio G. de. História de Corumbá. UFMS/CEUC, 1985

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, 1981.

TROTSKY, L.eon. A história da revolução russa. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

VALVERDE, Orlando.Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá. In: Boletim Campo-grandense de Geografia n.1.AGB. Campo Grande, 1986a.

VEIGA, José Eli. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. Estudos Avançados 15 (43), 2001. p. 101-119.

VEIGA, Jonas Bastos da; (et al). Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2004. 162 p.

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul. Edições Est. Porto Alegre, 1995.

ANEXO 1: Recorte espacial da pesquisa – O Mato Grosso do Sul e suas Microrregiões geográficas.



ANEXO 2: *Os Ciclos Longos de Kondrattief.*

ANEXO 3: Leis da dualidade básica da economia brasileira (Inácio Rangel)

DEFINIÇÃO: Em suma, a sociedade dual brasileira, respondendo, como qualquer outra formação, ao crescimento de suas próprias forças produtivas, muda de modo de produção e o faz no mesmo sentido geral no qual muda a sociedade humana, passando a um modo de produção superior, mas tem um modo peculiar de mudar, isto é, o faz em obediência a certas “leis” específicas – as leis da dualidade brasileira, a saber:

1ª Lei: Quando se cumprem as pré-condições para a passagem a um estágio superior – basicamente, quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes, consubstanciadas na dualidade básica – esta muda, como todas as formações sociais em tais casos, mas o faz apenas por um dos seus “pólos”, guardando o outro sua estrutura e integrando-se na *nova dualidade*, correspondendo ao estágio imediatamente superior do desenvolvimento.

2ª Lei: Alternadamente, mudam o pólo interno e o externo.

3ª Lei: O pólo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já existente no seu lado externo.

4ª Lei: Conseqüentemente, o lado externo do pólo em mudança muda-se. Também, passando a adotar instituições característica de um modo de produção mais avançado, que comporá nova união dialética (de contrários) com o Lado interno recém-criado.

5ª Lei: Como formação periférica que é, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne ao *quantum* e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco.

ANEXO 4: Síntese dos Planos de Desenvolvimento no Brasil – décadas de 60 a 80.

Plano	Governo	Período
Plano trienal de desenvolvimento econômico e social	João Goulart Castello Branco	1963-65
Características		
<ul style="list-style-type: none"> - Sob responsabilidade de Celso Furtado, busca alternativas para o desenvolvimento da economia brasileira que perdera impulso no início da década de 60, em razão do esgotamento do modelo de SI (subst. Import.) - Caberia ao Estado, como propulsor da economia, reativar taxas de crescimento econômico, controlar a inflação, intensificar os investimentos no campo social, resolver o problema da dívida externa, reduzir as disparidades econômicas do país, etc. - Segundo ele o obstáculo que causara tal estagnação era a estrutura agrária brasileira, que não assimilava técnicas modernas e acabava por atrasar o conjunto da economia, e que precisava ser modificada com rapidez e eficiência. - Dentro dessa proposta o plano apresenta aprofundado estudo sobre as atividades agrícolas e de abastecimento. - Segundo ele, a demanda por produtos primários, instalada pelo processo de industrialização, favoreceu o aumento de preços dos produtos agrícolas, ocasionando uma transferência de renda para o setor em contra-partida estagnando o próprio processo de industrialização. - Ao mesmo tempo reconhece a alteração da estrutura dos custos agrícolas com a incorporação de máquinas, fertilizantes, defensivos, peças, acessórios, combustíveis, lubrificantes, etc., à produção rural. E mesmo com o fim dos subsídios (uma vez que a maior parte destas inovações eram importadas) não aliviara a industrialização e ainda sobrecarregara o setor agrícola. - Assim chega-se a seguinte assertiva (sob a referida perspectiva) <ul style="list-style-type: none"> • “todos os estudos e investigações sobre as causas do atraso relativo da agricultura brasileira, da sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais conduzem, unânime e inevitavelmente, à identificação das suas origens na deficiência da estrutura agrária do país, a qual se constitui no mais sério obstáculo à exploração racional da terra, em bases capitalistas e de permanente aprimoramento tecnológico da atividade agrícola, que viriam a emprestar à produção a flexibilidade reclamada pelo processo de desenvolvimento da economia nacional e pelo rápido crescimento da população”. (Brasil. Presidência da República. <i>Plano trienal de desenvolvimento econômico e social 1963 – 1965 (síntese)</i>. p. 140.) • como objetivos do plano destaca-se: expansão da produção de alimentos (compatível com o estímulo da demanda); correção de distorções e deficiências no setor de produtos de exportação; produção de matérias-primas para o mercado interno. • Sendo assim, a ação do governo é considerada fundamental, e “ a agricultura, mais que qualquer outro setor de atividade econômica, exige uma atenção permanente do Governo. A introdução, no meio rural, dos instrumentos que a ciência e a técnica oferecem hoje ao agricultor, bem como a adoção de formas superiores de organização e exploração da propriedade, dependem, em larga medida, da intensidade e da continuidade dos trabalhos de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento, os quais, por sua natureza e custo, só podem ser realizados através de agências governamentais. • Como mecanismos governamentais, destacou-se: <i>pesquisa & fomento, crédito agrícola, política do preço mínimo, incentivo à indústria de implementos e fertilizantes e do armazenamento e silagem.</i> 		
Plano	Governo	Período
- O PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo	Castello Branco	1964-66

Características

- Sob responsabilidade de Roberto Campos instaura-se a primeira proposta de reformulação da estrutura econômica nacional e de retomada do crescimento do governo militar.
- Também calcado nos ideais liberais e na busca incessante pelo crescimento econômico pós-esgotamento do modelo de SI, contenção da inflação, melhoria das condições de vida da população, diminuição dos desníveis sócio-econômicos (regionais e setoriais), emprego e a correção de déficits da balança de pagamentos.
- No tocante ao setor agrícola o Paeg incorpora as diretrizes do Plano Trienal.
- Assumiu o discurso sobre o atraso da agricultura como grande obstáculo ao crescimento econômico nacional.
- Priorizou-se a modernização da agricultura que, nos moldes do produtivismo já apresentava sinais de esgotamento.
- Com relação à estrutura agrária, "(...) já que uma Reforma Agrária de sentido tradicional não pode remediar a queda de produto derivado do declínio da produtividade do trabalho e do solo, segue-se que o tipo de reforma que o país deve realizar não pode apenas considerar a redistribuição de terras. Terá de incorporar a esse processo de mudança econômico-social elevado conteúdo de política agrícola, traduzido em medidas tais como educação, novos esquemas de tributação da terra, organização cooperativa e melhoria do sistema de crédito rural". (Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de ação econômica do governo, 1964-1966 (síntese)*. p. 15.
- Tendo isso, as metas do governo para o setor agrícola se pautam:
 - Aumento da produção de alimentos, matérias-primas e de produtos exportáveis.
 - Preocupação com a diminuição de importações agrícolas (principalmente o trigo).
 - Preocupação com a redistribuição geográfica da população rural, aliviando as pressões demográficas de lugares como o Nordeste para áreas vazias.
 - Eliminação do controle de preços e o incentivo à exportação.
 - Aprimoramento da política dos preços mínimos (subsídios)
 - Expansão do crédito agrícola.
 - Aumento da capacidade de armazenagem.
 - Incentivos à utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas.

Investimentos em mecanização, pesquisas e aperfeiçoamento de métodos de produção.

Plano	Governo	Período
Programa Estratégico de Desenvolvimento	Costa e Silva Médici	1968-1970

Características

- A cargo do ministro Hélio Beltrão que elabora as *Diretrizes de Governo* que juntamente com o Programa Estratégico de Desenvolvimento, comporá o *Plano Trienal* do governo Costa e Silva.
 - Baseado na aceleração de desenvolvimento e no controle da inflação, procurando identificar os principais fatores causadores da inflação e da estagnação do crescimento, para neles centrar seus esforços.
 - São listadas áreas estratégicas, a saber:
 - Elevação da produção e da produtividade agrícola.
 - Ruptura das barreiras do abastecimento.
 - Revolução tecnológica na agricultura.
 - Meta de crescimento de 5% a.a na produção de produtos essenciais como carne, feijão, arroz, leite, batata, milho, legumes.
 - Incentivo ao uso de insumos e à industrialização do meio rural.
 - Processos democráticos de reforma agrária e instalação de colônias auto-administráveis.
- Produção e alimentos para os grandes centros, matéria-prima para indústria e produtos qualificados para exportação.

Plano	Governo	Período
- Metas e bases para a ação do governo	Médici	1970-73

Características

- Sob responsabilidade do ministro João Paulo Veloso se fundamenta no progresso social e distribuição de renda, uma vez que se encontrava a pleno vapor o chamado "milagre brasileiro", com a inflação baixada a patamares civilizados.
- Na agricultura buscou-se:
 - Dotar o setor de um sistema de apoio financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços.
 - Realizar a expansão de áreas, principalmente através da ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste (cerrados), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste.
 - Converter em realidade a Reforma Agrária, onde a propriedade da terra constitui obstáculo à produtividade.
 - Transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não-tradicionais.
 - Efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas principalmente nos grandes centros urbanos.
 - Aumento da produção na ordem de 6 a 8% aa.

<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento acelerado da pecuária. • Política de defesa dos produtos de base – café, açúcar, algodão, cacau, etc, para preservar a geração de divisas. • Fortalecimento da infra-estrutura agrícola (eletrificação rural, irrigação, estradas) • Instauração efetiva da reforma agrária. • Expansão da área de colonização. • Ocupação dos espaços vazios (centro-oeste, meio-norte, amazônia e nordeste). <p>Modernização do sistema nacional de abastecimento.</p>		
Plano	Governo	Período
I Plano Nacional de Desenvolvimento	Médici	1972-74
Características		
<ul style="list-style-type: none"> - Ainda no governo Médici, o I PND é mais complexo que o Metas e Bases, traz como seus principais objetivos, embalado pelo “Milagre Brasileiro”: • colocar o Brasil na categoria dos países desenvolvidos em uma geração. • Duplicar a renda <i>per capita</i>, comparativamente a de 1969. • Expandir a economia e assegurar taxas de crescimento na ordem de 8 a 10% aa. • Este é o primeiro plano a não acusar problemas estruturais na agricultura, nem apontar seu caráter retardatário, embora admitisse que o processo de desenvolvimento fosse acionado pelos setores diretamente produtivos, indústria e agricultura. • Fala-se em dinamizar, modernizar setores mas não os apresenta como gargalos ao processo de desenvolvimento. • Outro aspecto importante é o fato da expressão Reforma Agrária ser abolida do texto, passando-se a falar em racionalização da estrutura agrária, desapropriação e redistribuição de terras. • Busca-se taxas de crescimento para o setor agrícola na ordem de 7% aa, orientando-o para o seguinte sentido: <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a agricultura moderna, empresarial no Centro-Sul; - Tornar viável a agricultura nordestina, assentada sobre o Proterra (Programa de Redistribuição de terras e de estímulos à agroindústria do Norte e do Nordeste) - Modernização das estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas. 		
Plano	Governo	Período
II Plano Nacional de Desenvolvimento	Geisel	1975-79
Características		
<ul style="list-style-type: none"> - Na responsabilidade do ministro Veloso que se encarrega da recém-criada Secretaria de Planejamento, na esteira da crise internacional do petróleo e do fim do “Milagre brasileiro”. - Muito diferente dos planos antecessores o II PND retoma as questões vinculadas à balança de pagamentos, com a busca do crescimento econômico e controle de inflação. - Além da política de distribuição de renda, preservação da ordem social e política. - Desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e dos recursos naturais. - Reconhece-se o dinamismo do setor agropecuário brasileiro e a ele reserva-se uma papel estratégico. - Isso significava uma contribuição mais significativa para o crescimento do PIB, com menor preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador. - De outro lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados. - Estava delineado o tríptico objetivo da estratégia governamental: <ul style="list-style-type: none"> • Responder à demanda do mercado de consumo interno. • Responder à necessidade de aumento das exportações. • Fornecer estímulos à agroindústria. - Para isso identificou-se áreas de atuação: <ul style="list-style-type: none"> • Política de uso da terra para fins agropecuários. • Esforço de modernizar e de dotar de bases empresariais o setor agropecuário, sobretudo no centro-sul. • Execução da reforma agrária e de programas de redistribuição de terras. • Estratégia de ocupação de novas áreas (centro-oeste, Amazônia, Nordeste). <p>Em síntese, levar a capacidade empresarial para o setor agropecuário e disseminação da empresa rural.</p>		

Fonte: Do autor (Org)

ANEXO 5: Relação dos Empreendimentos no Mato Grosso - 1891 a 1929

<i>Razão social</i>	<i>Ano fundação</i>	<i>sede</i>	<i>capital</i>	<i>Fim</i>
Cie des Produits Cibilis	1895	Bruxelas	5 milhões francos	Matadouro de Descalvados
Cie de Cadutchoucs du Matto-Grosso	1898	-	1 milhão francos	Borracha
Societé Industrielle et agricole na Brési	1906	Bruxelas	3 milhões francos	Diversos
Albuna S/A	1900	-	1,35 milhões	Borracha
Cie de L'Urucum	1906	-	4,7 milhões	Minerais
Societé Anonyme Galyba	1913	-	1 milhão	Divesos
Cia Mate Larangeira	1891	-	1,5 milhões réis	Erva
Larangeira Mendes & Cia	1902	Buenos Aires	-	Erva
Territorial Franco-Brasileira	-	-	-	Pecuária
Madeira and Mamoré Railway	1907	-	2,3 milhões libras	Ferrovia
Brazil Land/Cattle and Packing Co.	1911	SP	1 milhão dólares	Agropecuária
Sociedade Anonyma fomento Argentina Sudamericano	1905	-	174,1 mil libras	Diversos
Sociedade anonyma Rio Branco	1913	Montevidéo	423 mil libras	Produção comercial e agropecuária
Truste del Alto Paraguay	1909	-	175 mil libras	-
Dambrósio, Legrand & Cia	-	Montevidéo	-	Saladeiro Miranda
Moali & Gosso Ledesma	-	-	-	Saladeiro MT
G. C. Dickinson & Cia	-	-	-	Saladeiro
Pinsdorf & Cia	-	-	-	Saladeiro
Coxim Gold Dredging c.	19??	-	-	Ouro
Brumado gold Dredging c.	19??	-	500 mil pesos ouro	Ouro

Fonte: SAKAMOTO, 1989.

ANEXO 6: Números atualizados sobre o PIB e a pecuária Sul-mato-grossense.

Produto Interno Bruto 2003

Valor adicionado na agropecuária – 2003	6.580.903	mil reais
Valor adicionado na Indústria – 2003	3.691.848	mil reais
Valor adicionado no Serviço – 2003	7.234.045	mil reais
Dummy – 2003	-518.745	mil reais
Impostos – 2003	1.981.452	mil reais
PIB a Preço de mercado corrente – 2003	18.969.505	mil reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Pecuária 2004

Bovinos – efetivo dos rebanhos	24.715.372	cabeça
Suínos – efetivo dos rebanhos	838.026	cabeça
Equínos – efetivo dos rebanhos	366.399	cabeça
Asininos – efetivo dos rebanhos	3.935	cabeça
Muare – efetivo dos rebanhos	45.863	cabeça
Bubalinos – efetivo dos rebanhos	18.568	cabeça
Coelhos – efetivo dos rebanhos	1.395	cabeça
Ovinos – efetivo dos rebanhos	417.356	cabeça
Galinhas – efetivo dos rebanhos	2.675.596	cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	21.326.624	cabeça
Codornas – efetivo dos rebanhos	32.480	cabeça
Caprinos – efetivo dos rebanhos	30.602	cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças)	495.943	cabeça
Leite de vaca - produção - quantidade (mil litros)	491.098	mil litros
Ovinos tosquiados - quantidade (cabeças)	61.664	cabeça
Lã - produção - quantidade (kg)	100.029	Kg
Casulos do bicho-da-seda - produção - quantidade (Kg)	379.398	Kg
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	30.466	mil dúzias
Ovos de codorna - produção - quantidade (mil dúzias)	552	mil dúzias
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg)	365.589	Kg

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2004.

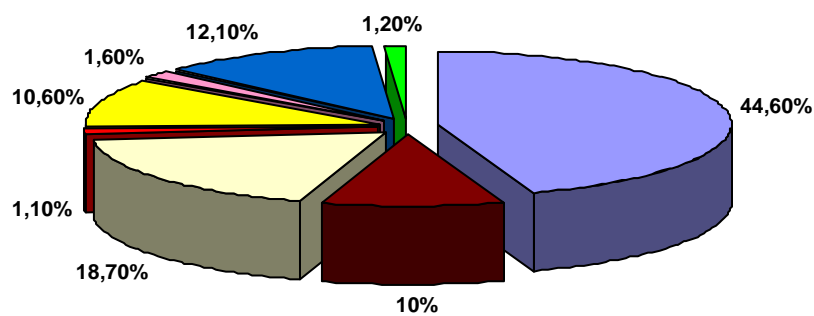
Pecuária 2003

Bovinos - efetivo dos rebanhos	24.983.821	cabeça
Suínos - efetivo dos rebanhos	813.359	cabeça
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	362.894	cabeça
Asininos – efetivo dos rebanhos	3.881	cabeça
Muare - efetivo dos rebanhos	45.289	cabeça
Bubalinos – efetivo dos rebanhos	18.536	cabeça
Coelhos - efetivo dos rebanhos	1.362	cabeça
Ovinos - efetivo dos rebanhos	405.153	cabeça
Galinhas – efetivo dos rebanhos	2.494.653	cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	21.653.009	cabeça
Codornas – efetivo dos rebanhos	23.188	cabeça
Caprinos – efetivo dos rebanhos	29.872	cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças)	486.714	cabeça
Leite de vaca – produção - quantidade (mil litros)	481.609	mil litros
Ovinos tosquiados - quantidade (cabeças)	59.604	cabeça
Lã - produção – quantidade (kg)	96.202	Kg
Casulos do bicho-da-seda - produção - quantidade (Kg)	551.749	Kg
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	28.421	mil dúzias
Ovos de codorna - produção - quantidade (mil dúzias)	433	mil dúzias
Mel de Abelha – produção - quantidade (kg)	407.471	Kg

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2003.

ANEXO 7: Custos de produção em propriedade de nível tecnológico médio – fase de cria -MS, 2000.

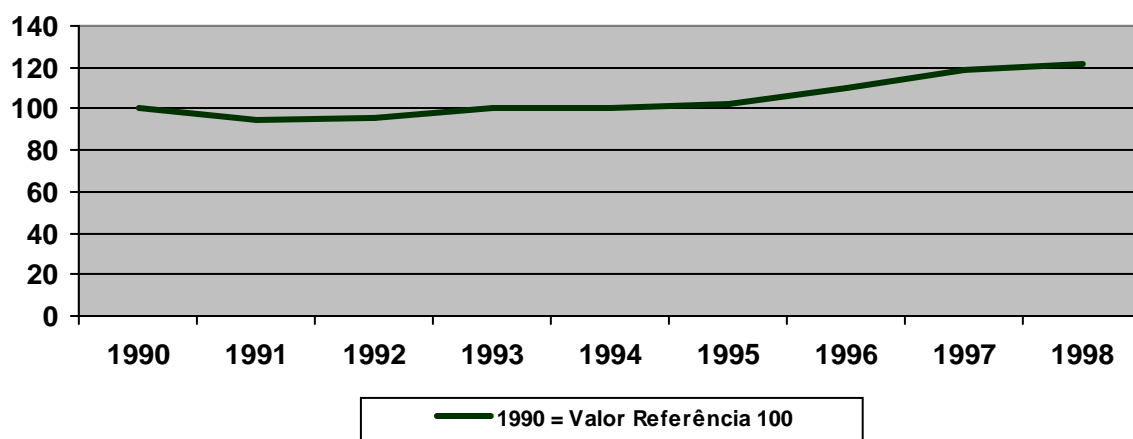
FASE E NÍVEL DA PRODUÇÃO	CRIA COM EMPREGO MÉDIO DE TECNOLOGIA
ÁREA DA PROPRIEDADE	2 000 h a
CAPITAL INVESTIDO	R\$ 1. 912. 000, 00
REBANHO (Nº CABEÇAS)	1. 121
CUSTO TOTAL POR UNIDADE ANIMAL	R\$ 142, 26
CUSTO TOTAL SEM O CUSTO DE OPORTUNIDADE	R\$ 78, 50
FUNDERSUL EQUIVALENTE À 3,8% DE UMA CAMIONETE (USADA PARA ACESSAR A PROPRIEDADE)	R\$ 1. 932, 00
TOTAL DE CUSTOS FIXOS	R\$ 136. 242, 94
TOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS	R\$ 23. 921, 89
CUSTOS TOTAIS	R\$ 160. 164, 83



- Custos de oportunidade
- Depreciação de pastagens
- Mão-de-obra
- Veterinários
- Depreciação de máquinas e benfeitorias
- Contabilidade
- Diesel e Manutenção
- Fundersul

Fonte: MICHELS,2000.

ANEXO 8: Variação nos índices de preços do boi gordo – Brasil, 1990 a 1998.



Fonte: Dados básicos do IEA.

ANEXO : Modelos dos questionários utilizados nas expedições.

MUNICÍPIO: _____

Fazenda: _____ Área: _____ Cab/Gado: _____

—

DATA: _____ / _____ / 2005-06-30

PESQUISA: “ DAS ENTRADAS RECENTES AO DINAMISMO ECONÔMICO DE MS – O LUGAR DA PECUÁRIA NA FSE DO ESTADO “

INSTITUIÇÃO: PPGGeo/ UFSC/ Florianópolis - SC

Questões para GSR 2) PECUARISTA

- 1) Qual a origem da sua propriedade ? Foi comprada recentemente, herdada, comprada há muito tempo ?
- 2) Por que criar gado ? De onde veio a idéia ? Tradição, Investimento, outro ?
- 3) A atividade pecuária é prioritária ou complementar ?
- 4) Já foi melhor criar gado ? Quando ? Por quê ?
- 5) Que tipo de prática você desenvolve ? Intensiva e/ou extensiva ? Cria, Recria, Engorda ?
- 6) Qual o destino da produção ? Por que esta escolha ? Quem faz a negociação ?
- 7) O quanto é importante os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e o uso de novas tecnologias para este setor ?
- 8) Qual foi o último investimento feito como este propósito ?
- 9) Qual a importância dos órgãos de classe ? Sindicatos, Associações, etc ?
- 10) Qual a relação entre o pecuarista e o poder público municipal ? Estadual ? Federal ?
- 11) Fazendo uma rápida retrospectiva, quando, na sua opinião, ocorreram as piores crises no setor ?
- 12) Como você superou esta crise em especial ?

- 13) Qual a participação do setor bancário na sua produção ? Intensa, Media, Pequena ou nenhuma ?
- 14) Como pecuarista, a Lei _____, sobre as exigências relativas a refrigeração, cortes, embalagens se caracterizou num impacto positivo ou negativo ? Por quê ?
- 15) A agroindústria é uma alternativa para a valorização da produção? Por quê ?
- 16) Existe alguma informação que o(a) Sr(a) considera importante constar neste projeto ?

MUNICÍPIO: _____

DATA: _____ / _____ / 2005-06-30

**PESQUISA: “ DAS ENTRADAS RECENTES AO DINAMISMO ECONÔMICO DE
MS – O LUGAR DA PECUÁRIA NA FSE DO ESTADO “**

INSTITUIÇÃO: PPGGeo/ UFSC/ Florianópolis - SC

Questões para GSR 4) POPULAÇÃO

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Escolaridade: _____
- 4) Ocupação: _____
- 5) Qual a origem da família: _____
- 6) Há quanto tempo mora na cidade _____
- 7) O que motivou a vinda para esta cidade: _____

MUNICÍPIO: _____

DATA: _____ / _____ / 2005-06-30

**PESQUISA: “ DAS ENTRADAS RECENTES AO DINAMISMO ECONÔMICO DE
MS – O LUGAR DA PECUÁRIA NA FSE DO ESTADO “**

INSTITUIÇÃO: PPGGeo/ UFSC/ Florianópolis - SC

Questões para GSR 3) INDÚSTRIAS

- 1) Produto: _____
- 2) Matéria-Prima: _____
- 3) Origem da Matéria-Prima: _____
- 4) Destino da produção: _____

- 5) Qual a origem do capital investido ? Vem de que lugar ? Nacional ou Estrangeiro ? Se nacional, vêm de que família ?
- 6) Sobre as determinantes locacionais: Por que a escolha por esta localização?
- 7) Numa rápida retrospectiva, qual (is) foi (ram) os piores momentos de crise?
- 8) Qual (is) as alternativas encontradas para superá-las ?
- 9) Qual a relação como o setor público ? Benéfica, conflituosa ou inexistente ? Justifique:
- 10) Quais as perspectivas com relação a novos investimentos, reestruturação, novos mercados, infraestrutura, incentivos, parcerias, outros ?
- 11) Sobre a mão-de-obra empregada: Qual a quantidade ? Qual o grau de qualificação ?

Existe alguma informação que o(a) Sr(a) considera importante constar neste projeto ?

MUNICÍPIO: _____

DATA: _____ / _____ / 2005-06-30

PESQUISA: “ DAS ENTRADAS RECENTES AO DINAMISMO ECONÔMICO DE MS – O LUGAR DA PECUÁRIA NA FSE DO ESTADO “

INSTITUIÇÃO: PPGGeo/ UFSC/ Florianópolis - SC

Questões para GSR 1) PREFEITURA MUNICIPAL

- 1) Qual a principal fonte de arrecadação do município ? E a segunda ?
- 2) Qual a importância da produção pecuária para o município ?
- 3) Quais as perspectivas com relação à economia do município,(setores produtivos: primário e secundário), no que se refere a projetos de incremento e/ou incentivo à produção?

- 4) Em linhas gerais, atualmente o que se considera mais importante para o município?
 - a) Melhorar o que já existe através de algum incentivo ?
- 5) Incentivar a expansão de outros setores (outras culturas, agroindústrias, etc – Quais?) para agregar valor à produção (de que forma) ?
- 6) Criar novas infraestruturas (energia, transporte, etc) ?
- 7) Buscar parcerias com a iniciativa privada, instituições representativas (associações, sindicatos,etc) e de suporte técnico (Embrapa, Epagri, Sebrae, Universidades, Escolas de Formação técnica, etc) ?
- 8) Qual a participação do pecuarista na vida política do município ?
- 9) Qual a saída pra melhorar a qualidade de vida da população do município ?
- 10) Existe alguma informação que o(a) Sr(a) considera importante constar neste projeto e que de alguma maneira pode colaborar para esta busca de melhor qualidade de vida no seu município ?

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.